Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 8

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 9

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 12

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 17

Demonstração do Resultado Abrangente 19

Demonstração do Fluxo de Caixa 20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 22

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017 23

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 24

Demonstração do Valor Adicionado 25

Relatório da Administração 27

Notas Explicativas 68

Proposta de Orçamento de Capital 155

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 156

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 160

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 161

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 162

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 163

Motivos de Reapresentação 164

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.849.198	1.867.664	2.086.725
1.01	Ativo Circulante	66.897	55.714	34.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.763	25.048	17.986
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.925	2.055	2.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.925	2.055	2.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	48.209	28.611	13.925
1.01.08.03	Outros	48.209	28.611	13.925
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	48.006	28.592	13.930
1.01.08.03.03	Outros Créditos	203	19	-5
1.02	Ativo Não Circulante	1.782.301	1.811.950	2.052.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	159.760	161.235	160.719
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217	217
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.604	6.134	5.984
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	2.604	6.134	5.984
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.678	17.623	17.257
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	19.678	17.623	17.257
1.02.02	Investimentos	1.616.555	1.644.222	1.884.281
1.02.02.01	Participações Societárias	1.616.555	1.644.222	1.884.281
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	89.884	77.605	85.626
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.443.925	1.478.799	1.701.538
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	82.746	87.818	97.117
1.02.03	Imobilizado	37	41	46
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37	41	46
1.02.04	Intangível	5.949	6.452	6.955
1.02.04.01	Intangíveis	5.949	6.452	6.955
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.949	6.452	6.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.849.198	1.867.664	2.086.725
2.01	Passivo Circulante	41.717	18.927	4.365
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	749	1.051	964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	749	1.051	964
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	749	1.051	964
2.01.02	Fornecedores	1.092	1.292	1.080
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.092	1.292	1.080
2.01.03	Obrigações Fiscais	86	77	377
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83	75	374
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78	71	68
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	5	4	306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	2	3
2.01.05	Outras Obrigações	39.790	16.507	1.944
2.01.05.02	Outros	39.790	16.507	1.944
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.524	16.301	1.736
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	266	206	208
2.02	Passivo Não Circulante	6.625	6.499	6.517
2.02.04	Provisões	6.625	6.499	6.517
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.451	1.325	1.343
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41	29
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	147	21	51
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	1.800.856	1.842.238	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.302.766	1.189.031	1.133.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	147.943	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.146.571	1.037.930	988.983
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.226	-687.109	-398.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	163.833	63.674	-12.987
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.162	-29.447	-24.265
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	-2.059
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.099	-1.953	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	95.074	13.337
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	163.833	63.674	-12.987
3.06	Resultado Financeiro	1.199	2.811	3.170
3.06.01	Receitas Financeiras	1.341	2.870	3.222
3.06.02	Despesas Financeiras	-142	-59	-52
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	165.032	66.485	-9.817
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	165.032	66.485	-9.817
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	165.032	66.485	-9.817
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,03740	1,50550	-0,24020
3.99.01.02	PN	4,44110	1,65610	-0,26420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,03740	1,50550	-0,24020
3.99.02.02	PN	4,44110	1,65610	-0,26420

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	165.032	66.485	-9.817
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-153.194	-284.300	-132.861
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-153.194	-284.300	-132.861
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.838	-217.815	-142.678

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-27.584	-26.415	-22.113
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-25.042	-26.781	-21.528
6.01.01.01	Resultado antes do IR e da CSLL	165.032	66.485	-9.817
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.975	1.976	1.976
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-192.094	-95.074	-13.337
6.01.01.05	Constituição (Reversão) Provisão para Contigências Passivas	126	-18	80
6.01.01.07	Juros e variações monetárias	-81	-150	-430
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.542	366	-585
6.01.02.02	Depósitos Judicias	-2.055	-366	-408
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	130	758	-414
6.01.02.05	Outros Variações nos Ativos	-184	-23	-10
6.01.02.17	Fornecedores	-200	212	162
6.01.02.18	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-302	87	219
6.01.02.19	Tributos a Recolher	9	-300	-134
6.01.02.20	Outras Variações Passivos	60	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	34.608	34.702	43.736
6.02.04	Dividendos Recebidos	34.608	34.702	43.736
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.309	-1.225	-28.872
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-15.309	-1.225	-28.872
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.285	7.062	-7.249
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.048	17.986	25.235
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.763	25.048	17.986

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.948	-39.195	0	-42.143
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	-39.195	0	-42.353
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	210	0	0	210
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	166.955	-155.117	11.838
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	165.032	0	165.032
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.923	-155.117	-153.194
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	1.923	-1.923	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-153.194	-153.194
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.683	-116.683	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.683	-116.683	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.790	0	-15.790
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.790	0	-15.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.219	-289.034	-217.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.485	0	66.485
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	4.734	-289.034	-284.300
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	4.734	-4.734	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-284.300	-284.300
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.429	-55.429	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	55.429	-55.429	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.652	-154.330	-142.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.817	0	-9.817
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	21.469	-154.330	-132.861
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuido	0	0	0	21.469	-21.469	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladoria	0	0	0	0	-132.861	-132.861
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.652	-11.652	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	11.652	-11.652	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.727	-3.712	-3.256
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.727	-3.712	-3.256
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.727	-3.712	-3.256
7.04	Retenções	-1.975	-1.976	-1.976
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.975	-1.976	-1.976
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.702	-5.688	-5.232
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	193.435	97.944	16.559
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	95.074	13.337
7.06.02	Receitas Financeiras	1.341	2.870	3.222
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	187.733	92.256	11.327
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	187.733	92.256	11.327
7.08.01	Pessoal	21.888	25.318	20.522
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.994	23.865	19.298
7.08.01.02	Benefícios	293	374	162
7.08.01.03	F.G.T.S.	601	1.079	1.062
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	468	386	536
7.08.02.01	Federais	332	264	386
7.08.02.02	Estaduais	10	84	62
7.08.02.03	Municipais	126	38	88
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	345	67	86
7.08.03.02	Aluguéis	203	67	86
7.08.03.03	Outras	142	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	165.032	66.485	-9.817
7.08.04.02	Dividendos	42.353	15.790	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.679	50.695	-9.817

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	9.854.745	9.060.252	8.628.715
1.01	Ativo Circulante	4.353.420	3.872.617	3.765.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	564.594	917.464
1.01.03	Contas a Receber	1.592.693	1.399.563	1.270.105
1.01.03.01	Clientes	1.431.571	1.251.864	1.128.299
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.962.129	1.719.835	1.520.588
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-530.558	-467.971	-392.289
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	161.122	147.699	141.806
1.01.04	Estoques	8.636	9.732	10.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	63.264	75.831	121.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	63.264	75.831	121.761
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.990.767	1.822.897	1.446.203
1.01.08.03	Outros	1.990.767	1.822.897	1.446.203
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	89	9.045	7.959
1.01.08.03.04	Outros Créditos	221.505	250.663	180.261
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	226.737	0	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	31.433	30.277	28.242
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.511.003	1.532.912	1.229.741
1.02	Ativo Não Circulante	5.501.325	5.187.635	4.863.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.816.040	1.644.921	1.418.149
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Titulos para Necociação	137.261	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217	217
1.02.01.04	Contas a Receber	54.359	38.904	34.393
1.02.01.04.01	Clientes	51.634	35.380	31.497
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.725	3.524	2.896
1.02.01.07	Tributos Diferidos	712.532	641.806	514.870
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	712.532	641.806	514.870
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	3.092	6.622	6.472

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	2.604	6.134	5.984
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	908.579	820.111	724.936
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	21.092	19.440	17.985
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	170.350	161.430	124.336
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	441.030	397.355	349.041
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	26.522	0	0
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	249.585	241.886	233.574
1.02.02	Investimentos	228.663	216.481	227.554
1.02.02.01	Participações Societárias	228.663	216.481	227.554
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	145.917	128.663	130.437
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	82.746	87.818	97.117
1.02.03	Imobilizado	160.066	151.672	158.495
1.02.04	Intangível	3.296.556	3.174.561	3.058.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.296.556	3.174.561	3.058.978
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.287.592	3.164.619	3.046.954
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.964	9.942	12.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	9.854.745	9.060.252	8.628.715
2.01	Passivo Circulante	4.438.978	4.486.667	3.816.122
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	208.503	200.623	183.326
2.01.01.01	Obrigações Sociais	208.503	200.623	183.326
2.01.02	Fornecedores	1.006.854	831.582	625.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.006.854	831.582	625.100
2.01.03	Obrigações Fiscais	223.897	208.823	158.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	65.373	74.108	49.184
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.300	19.832	3.145
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	44.238	44.574	40.761
2.01.03.01.03	Outros	3.835	9.702	5.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	156.601	132.472	107.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.923	2.243	2.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	452.478	340.390	310.152
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	321.089	88.057	202.996
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	320.322	88.057	202.996
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	767	0	0
2.01.04.02	Debêntures	131.389	252.333	107.156
2.01.05	Outras Obrigações	2.384.470	2.765.944	2.418.088
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.763	19.732	17.016
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.763	19.732	17.016
2.01.05.02	Outros	2.368.707	2.746.212	2.401.072
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	39.524	16.301	1.736
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.269.327	2.677.615	2.298.120
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	4.638	51.960
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	59.856	47.658	49.256
2.01.06	Provisões	162.776	139.305	120.940
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	162.776	139.305	120.940
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	162.776	139.305	120.940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02	Passivo Não Circulante	3.614.911	2.731.347	2.736.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	967.585	142.292	477.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	597.712	42.409	130.035
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	325.026	42.409	130.035
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	272.686	0	0
2.02.01.02	Debêntures	369.873	99.883	347.604
2.02.02	Outras Obrigações	155.412	221.835	281.820
2.02.02.02	Outros	155.412	221.835	281.820
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.988	41.060	25.600
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	105.948	156.610	155.686
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476	2.475
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	21.689	98.059
2.02.03	Tributos Diferidos	10.144	9.613	7.859
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.144	9.613	7.859
2.02.04	Provisões	2.481.770	2.357.607	1.969.432
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.054.032	1.996.750	1.592.880
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.626	59.791	60.504
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	65.850	64.095	46.480
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.842.197	1.738.673	1.371.313
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	136.359	134.191	114.583
2.02.04.02	Outras Provisões	427.738	360.857	376.552
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	425.687	358.700	353.504
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.051	2.157	23.048
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.800.856	1.842.238	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.302.766	1.189.031	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	147.943	144.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.146.571	1.037.930	988.983
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.226	-687.109	-398.075

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.664.544	7.076.936	6.096.307
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	6.885.723	6.160.449	6.262.837
3.01.02	Receita de Construção - CPC 17	453.365	441.025	411.828
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	322.064	473.134	-586.088
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	3.392	2.328	7.730
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.834.756	-6.197.380	-5.571.711
3.02.01	Custo das Mercadorias Vendidas	-5.672.845	-5.044.881	-4.502.071
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-13.188	-24.700	-37.463
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-695.358	-686.774	-620.349
3.02.04	Custo de Construção - CPC 17	-453.365	-441.025	-411.828
3.03	Resultado Bruto	829.788	879.556	524.596
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-434.108	-574.359	-430.836
3.04.01	Despesas com Vendas	-233.372	-250.948	-210.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-315.679	-380.590	-335.126
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	95.246	47.616	74.422
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.697	9.563	40.423
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	395.680	305.197	93.760
3.06	Resultado Financeiro	-108.493	-149.041	-120.313
3.06.01	Receitas Financeiras	244.943	297.306	367.620
3.06.02	Despesas Financeiras	-353.436	-446.347	-487.933
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	287.187	156.156	-26.553
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-122.155	-89.671	16.736
3.08.01	Corrente	-107.727	-68.395	-207.877
3.08.02	Diferido	-14.428	-21.276	224.613
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	165.032	66.485	-9.817
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	165.032	66.485	-9.817
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	165.032	66.485	-9.817
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.99.01.01	ON	4,03740	1,50550	-0,24020
3.99.01.02	PN	4,44110	1,65610	-0,26420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,03740	1,50550	-0,24020
3.99.02.02	PN	4,44110	1,65610	-0,26420

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	165.032	66.485	-9.817
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-153.194	-284.300	-132.861
4.02.01	Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquido de Tributos	-153.194	-284.300	-132.861
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.838	-217.815	-142.678
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.838	-217.815	-142.678

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-383.785	321.469	750.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	578.330	483.650	619.263
6.01.01.01	Resultado Antes do IRPJ e da CSLL	287.187	156.156	-26.553
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	214.916	218.046	235.576
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-19.697	-9.563	-40.423
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-41.366	-40.808	-39.123
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	180.332	112.833	222.569
6.01.01.08	IR e CSLL pagos	-116.042	-75.689	-158.045
6.01.01.09	Juros pagos	-65.111	-74.485	-9.104
6.01.01.11	Despesas Atuariais	27.067	73.047	71.580
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contigências Passivas	20.639	20.815	296.292
6.01.01.13	Provisão/Reversão para Perdas de Ativos	-4.406	-3.092	-11.780
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	45.655	53.695	39.679
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-3.392	-2.328	-7.730
6.01.01.16	Realização de Provisão para Perdas	0	0	-6.358
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de liquidação Duvidosa	46.432	54.167	51.789
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	899	856	834
6.01.01.19	Ganhos ou Perdas em Participações Societárias (ativos)	5.217	0	60
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-962.115	-162.181	130.886
6.01.02.02	Ativos Financeiros – (CVA, Bonificação de Outorga)	-193.817	-381.977	603.216
6.01.02.03	Contas a Receber	-271.972	-187.508	137.411
6.01.02.04	Subsídio CDE (Decreto Nº 7.891/2013)	21.909	-303.171	-567.505
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	10.915	44.475	34.152
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-8.920	-37.094	36.537
6.01.02.07	Estoques	1.096	274	-1.970
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	9.348	-105.006	-66.908
6.01.02.14	Fornecedores	175.272	206.482	-107.221
6.01.02.15	Tributos a Recolher	23.389	57.601	-309.957
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13.808	32.757	77.792

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-521.467	381.255	783.616
6.01.02.18	Passivos Financeiro - "Parcela A" - CVA	-53.258	288.746	-225.148
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-176.649	-160.135	-253.496
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	8.231	1.120	-9.633
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-396.653	-371.561	-369.443
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intangível	-406.439	-389.643	-375.155
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital	-9.926	-9.926	-5.498
6.02.05	Dividendos Recebidos	19.712	28.008	11.210
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	913.904	-302.778	-385.289
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-254.268	-201.765	-219.373
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	1.039.179	202	11.106
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-15.309	-1.225	-28.872
6.03.06	Ingressos de Debêntures	394.292	0	151.850
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-249.990	-99.990	-300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	133.466	-352.870	-4.583
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	564.594	917.464	922.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	698.060	564.594	917.464

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161	0	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-2.948	-39.195	0	-42.143	0	-42.143
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	210	0	0	210	0	210
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	-39.195	0	-42.353	0	-42.353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	166.955	-155.117	11.838	0	11.838
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	165.032	0	165.032	0	165.032
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.923	-155.117	-153.194	0	-153.194
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	1.923	-1.923	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-153.194	-153.194	0	-153.194
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	116.683	-116.683	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.683	-116.683	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-15.790	0	-15.790	0	-15.790
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-15.790	0	-15.790	0	-15.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.219	-289.034	-217.815	0	-217.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.485	0	66.485	0	66.485
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	4.734	-289.034	-284.300	0	-284.300
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	4.734	-4.734	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-284.300	-284.300	0	-284.300
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.429	-55.429	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	55.429	-55.429	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.652	-154.330	-142.678	0	-142.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.817	0	-9.817	0	-9.817
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	21.469	-154.330	-132.861	0	-132.861
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuido	0	0	0	21.469	-21.469	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	0	0	-132.861	-132.861	0	-132.861
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	11.652	-11.652	0	0	0	0
5.06.04	Ajuste Passivo Atuarial	0	0	11.652	-11.652	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	12.587.105	11.493.221	10.478.835
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.062.067	11.011.375	10.054.111
7.01.02	Outras Receitas	118.105	94.988	64.685
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	453.365	441.025	411.828
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-46.432	-54.167	-51.789
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.415.843	-5.792.798	-5.116.150
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.771.986	-5.148.067	-4.604.108
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-190.492	-206.798	-106.572
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	3.092	6.358
7.02.04	Outros	-453.365	-441.025	-411.828
7.02.04.01	Custos Construção - CPC 17	-453.365	-441.025	-411.828
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.171.262	5.700.423	5.362.685
7.04	Retenções	-214.916	-218.046	-235.576
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-214.916	-218.046	-235.576
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.956.346	5.482.377	5.127.109
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	264.640	306.869	408.043
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.697	9.563	40.423
7.06.02	Receitas Financeiras	244.943	297.306	367.620
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.220.986	5.789.246	5.535.152
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.220.986	5.789.246	5.535.152
7.08.01	Pessoal	700.305	781.527	676.218
7.08.01.01	Remuneração Direta	599.540	681.220	580.212
7.08.01.02	Benefícios	74.155	72.313	68.891
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.610	27.994	27.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.982.974	4.472.654	4.366.918
7.08.02.01	Federais	2.852.377	2.566.116	2.372.489
7.08.02.02	Estaduais	2.124.265	1.901.621	1.988.137
7.08.02.03	Municipais	6.332	4.917	6.292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	372.675	468.580	501.833

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.01	Juros	33.316	46.976	101.645
7.08.03.02	Aluguéis	19.239	22.233	13.900
7.08.03.03	Outras	320.120	399.371	386.288
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	49.312	10.384	21.148
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	270.808	388.987	365.140
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	165.032	66.485	-9.817
7.08.04.02	Dividendos	42.353	15.790	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	122.679	50.695	-9.817

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC

CNPJ: 83.878.892/0001-55
NIRE: 42.3.0001127-4
Inscrição Estadual: 250.166.321

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi mais um período desafiador para os agentes do setor elétrico e, nesse contexto, a Celesc vem buscando atuar de forma estratégica, mantendo foco na melhoria contínua, com eficiente gestão do sistema elétrico, da estrutura financeira e patrimonial, produzindo retorno aos investidores e auxiliando na promoção do desenvolvimento econômico da sociedade catarinense.

O impacto dessa atuação se reflete nos resultados positivos alcançados no ano, que demonstram, mais uma vez, as condições da Companhia não só para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, como também para dar prosseguimento aos objetivos e planos traçados para garantir sua sustentabilidade.

Em 2018 o EBITDA do Grupo Celesc perfez R$610,6 milhões, resultado 16,7% superior ao alcançado em 2017 (R$523,2 milhões). O Lucro Líquido foi de R$165,0 milhões, com aumento de 148,2% em relação ao do exercício anterior (R$66,5 milhões), e a evolução do Lucro Líquido e do EBITDA em 2018 seguiram o crescimento da Receita Operacional Líquida – ROL. A ROL encerrou o ano em R$7,7 bilhões, montante 8,3% superior ao registrado em 2017. A alta se deve especialmente ao maior faturamento da Celesc Distribuição no período, tendo em vista o aumento de 2,7% no volume de energia distribuída na área de concessão da Empresa e ao efeito tarifário positivo médio de 13,86% a partir do mês de agosto.

O bom histórico de desempenho vem favorecendo os investimentos em toda a área de concessão. Em 2018, foram aplicados R$506,0 milhões em recursos para obras de ampliação, melhoria e automação do sistema. Deste total, R$487,0 milhões foram aplicados pela subsidiária Celesc Distribuição, com incremento de 2,9% em relação ao volume registrado em 2017 (R$473,2 milhões). Na área de geração, os investimentos totalizaram R$19,1 milhões, volume 18,1% maior que o registrado em 2017 (R$16,1milhões).

Com os investimentos ao longo dos últimos anos, os indicadores de qualidade do serviço têm mantido melhoria contínua e as Centrais Elétricas de Santa Catarina vem se firmando cada vez mais como grupo, com constante e consistente desenvolvimento das atividades de geração de energia e novos negócios. Além da política de investimentos, as subsidiárias mantém o foco na otimização dos custos operacionais, reduzindo continuamente o custo de PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros). Tal comportamento tem permitido o bom desempenho econômico-financeiro do Grupo, como pode ser visto na evolução do seu EBITDA, notadamente desde 2015, ano da prorrogação do contrato de concessão. Naquele ano, a geração de caixa resultante das atividades foi de R$354,8 milhões. Neste final de 2018, em apenas três anos, o volume é 72,4% superior.

Para os próximos anos, o Grupo já tem uma linha de crédito garantida junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para viabilizar o financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética da Celesc Distribuição. Os recursos serão aplicados na execução de obras de ampliação e modernização do sistema elétrico, nos próximos quatro anos (até 2022). Esta operação junto ao BID traz uma série de importantes vantagens em relação aos demais modais de financiamento.

Diante do dinamismo e evolução do setor, a Celesc vem atuando de forma a manter-se cada vez mais eficiente, aumentando o volume de investimentos no sistema elétrico, nos programas de Pesquisa & Desenvolvimento, Eficiência Energética, relacionamento com os clientes e na expansão do parque gerador. Os resultados positivos registrados nos indicadores técnicos e econômicos traduzem uma maior solidez do Grupo, e principalmente um atendimento cada vez melhor à sociedade catarinense.

A DIRETORIA

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, da Manifestação do Conselho de Administração, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório é prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, mas está à disposição para acesso público nos *websites* da Celesc, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia impressa em jornal de grande circulação na cidade e no Estado onde está localizada a sede da Companhia e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, de acordo com a legislação brasileira.

Ainda com vistas à homogeneidade da comunicação com os seus diversos públicos, a Celesc divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, desenvolvido conforme as diretrizes da *Global Reporting Initiative – GRI*, a ser disponível no portal de Relações com Investidores, no endereço: **www.celesc.com.br/ri.**

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS EM 2018

O investimento cada vez maior na eficiência dos serviços e em ações que evocam a questão da sustentabilidade tem rendido posições de destaque em diversos eventos e premiações. Em 2018, a Celesc recebeu o reconhecimento público por meio dos seguintes prêmios e certificações.

Prêmio Qualidade APIMEC

A Celesc foi uma das dez instituições agraciadas com o Prêmio Qualidade 2018 pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – APIMEC para as reuniões mais bem avaliadas do ano.

Cerca de 6 mil profissionais de investimento participaram das 65 Reuniões APIMEC/SP. Seguindo a tradição de transparência e prestação de contas, cada reunião foi analisada pelos participantes por meio de um questionário em que mensura a qualidade das informações apresentadas, incluindo dados econômico-financeiros, e de governança e sustentabilidade, além da própria dinâmica da reunião.

Em 2018, a Associação comemorou 47 anos de atuação, visando qualificar analistas e demais profissionais de investimento e contribuir para o desenvolvimento do mercado. Entre as diversas atividades técnicas da associação, um destaque são as reuniões presenciais.

Selo Empresa Cidadã

A Celesc foi certificada como Empresa Cidadã pelo Programa Novos Caminhos promovido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina com o apoio da FIESC, da Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SC, Associação Catarinense de Medicina – ACM, Ministério Público de Santa Catarina – MP/SC, entre outras.

Desde 2013, o Programa Novos Caminhos estimula a capacitação de adolescentes com idade acima de 14 anos, que se encontram ou passaram por medida de proteção e acolhimento, como é o caso da Celesc que recebe esses jovens, em algumas Agências Regionais, como jovens aprendizes.

Mais Sustentáveis/Guia Exame de Sustentabilidade

A 19º edição do Guia Exame de Sustentabilidade 2018 apontou a Celesc entre 77 empresas-modelo em 19 setores da economia, considerando questionário elaborado pela Fundação Getúlio Vargas/SP.

No segmento Energia, a Celesc se destacou junto com outras sete empresas do Setor: Enel, AES Tietê, EDP Energia, Elektro, Eletropaulo, Grupo Engie e Light.

O questionário do Guia divide as informações em dimensão geral, econômica, social e ambiental. Cada uma delas pode ganhar a nota máxima de 100 pontos. No item Dimensão geral do quadro de desempenho avaliado, a Celesc ficou com nota 77,7. Na Dimensão Social, a nota recebida foi 74,8.

A Celesc foi reconhecida como empresa que investe em sustentabilidade por meio de suas áreas de Eficiência Energética e Responsabilidade Socioambiental, considerando principalmente três grandes projetos, a saber:

Bônus Eficiente – Linha Fotovoltaica do Programa de Eficiência Energética – PEE Celesc D, que promoveu instalação de sistemas fotovoltaicos para microgeração em unidades residenciais, incentivando a expansão dessa fonte de geração de energia em Santa Catarina.

Banho de Energia, que também integra o portfólio de projetos do PEE, desenvolvido para aproveitamento do calor das chaminés de fogão a lenha para aquecimento de água para chuveiro e torneiras, gerando economia na conta de luz em residências na região serrana.

Curso de Eletricista Predial, realizado em parceria com FIESC/Senai, que capacitou gratuitamente jovens em situação de vulnerabilidade social, mulheres, consumidores de baixa renda e egressos do sistema penitenciário.

Prêmio IASC – Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

A Celesc D foi vice-campeã no prêmio IASC 2017, nas categorias Melhor do Brasil e Melhor da Região Sul. O resultado obtido pela Celesc D – 73,90 foi o melhor desde 2014. Por conta da evolução, a Empresa ficou com resultado final acima da média geral; da média entre as concessionárias acima de 400 mil consumidores; e da média da região Sul.

Aferido por meio de pesquisa de opinião com consumidores, os resultados da Celesc a posicionaram entre as melhores empresas em três categorias **Brasil** e **Sul** – acima de 400 mil unidades consumidoras; e **Maior Crescimento 2016/2017**. O Prêmio IASC 2017 reconhece, anualmente, as distribuidoras mais bem avaliadas na percepção do consumidor residencial.

1º lugar Ranking ANEEL – Qualidade do Atendimento

Pelo segundo ano consecutivo, o Contact Center Celesc D alcançou a primeira posição no Ranking ANEEL de qualidade do atendimento telefônico entre as distribuidoras que atendem mais de 500 mil unidades consumidoras.

O Indicador de Nível de Serviço – INS, percentual de chamadas atendidas em até 30 segundos em relação ao total de chamadas recebidas nos períodos típicos, foi de 97,8%, bem acima da meta estabelecida pela ANEEL que é, no mínimo, de 85%.

Prêmio Expressão Ecologia

Desenvolvido por meio do Programa de Eficiência Energética – PEE Celesc D, o projeto intitulado **Banho de Energia** foi reconhecido pelo Prêmio Expressão de Ecologia, considerado a maior premiação ambiental do Sul. Nessa edição, o Prêmio Ecologia teve 2.643 casos inscritos.

Desenvolvido desde 2014 em municípios da Serra Catarinense, com investimentos de quase R$6,0 milhões, o projeto promoveu a instalação de trocadores de calor em fogões à lenha para aquecer a água em consumidores da área rural, além da troca de lâmpadas tradicionais por outras, de maior eficiência e economia.

Certificação Boas Práticas em Gestão Pública

A Celesc D recebeu o selo pelo case "Seleção de Projetos de Eficiência Energética", que trata das chamadas públicas como mecanismos que proporcionam lisura e transparência na definição dos beneficiados pelo PEE Celesc D.

O mérito do projeto foi reconhecido com uma das 35 Melhores Práticas pela Comissão Organizadora do Prêmio UDESC/ESAG de Boas Práticas em Gestão Pública 2018.

Prêmio CIER Categoria Prata

A Celesc D foi a segunda melhor colocada no Grupo 1 – Empresas com mais de 500 mil consumidores no prêmio promovido pela Comissão de Integração Energética Regional – CIER, com sede no Uruguai.

De acordo com os critérios estabelecidos, os prêmios relativos às categorias Ouro (1º), Prata (2º) e Bronze (3º) são concedidos às empresas com melhor desempenho no Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida (ISCAL, em espanhol) na pesquisa regional CIER de Satisfação de Clientes – ERSC 2018. Participaram da pesquisa CIER/ABRADEE deste ano 87 empresas, das quais 53 concorreram ao Prêmio CIER.

Prêmio Fritz Müller

A Celesc D foi uma das instituições que recebeu o 20º Prêmio Fritz Muller, concedido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA como reconhecimento do estado a empresas que desenvolvem projetos que vão além da legislação ambiental e resultam em benefícios para a conservação do meio ambiente. Nessa edição, foram inscritos 124 projetos de 85 organizações catarinenses.

A Celesc D venceu a categoria *Controle da Poluição Atmosférica* com o projeto *Eletropostos*, desenvolvido em parceria com a Fundação Certi/UFSC, por meio de seu Programa de P&D, que consolidou a instalação do maior corredor elétrico em operação no Brasil.

1º lugar Rodeio Nacional de Eletricistas + Melhores Práticas

A Celesc D foi a grande vencedora do VII Rodeio Nacional de Eletricistas + Melhores Práticas realizado simultaneamente ao 23º Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica – SENDI, em Fortaleza.

A melhor prática defendida pela Celesc D, intitulada Sinalizador de Rompimento de Elo Fusível para Chaves Fusíveis de Distribuição de Energia Elétrica, e os bons resultados alcançados pela equipe Celesc D2 garantiram o prêmio de primeiro lugar na competição.

Melhores Artigos no SENDI 2018

Durante o evento, a Empresa recebeu duas premiações: uma com o artigo sobre o projeto Bônus Motor do PEE Celesc D, considerado o melhor na categoria **Eficiência Energética**.

O outro artigo levou o prêmio na categoria **Inovação e Segurança**, abordando o trabalho de inspeção de atividades no Sistema Elétrico de Potência com reconhecimento de imagem e uso de inteligência artificial.

Troféu Imigrante – Prefeitura Concórdia

A Prefeitura de Concórdia homenageou a Celesc D pelo papel no desenvolvimento econômico do município, concedendo o **Troféu Migrante**. A Empresa foi destaque na Categoria Grande Porte como prestadora de Serviços.

A homenagem foi entregue a 30 produtores em cinco áreas de atividades: Suinocultura, Bovinocultura, Avicultura, Grãos e Atividades Alternativas. Além disso, 65 empresas receberam o Troféu Migrante nas áreas de Transportes de Cargas, Construção Civil, Comércio, Indústria, Prestadores de Serviço e Agroindústria.

Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio

Para divulgar a diversidade econômica das empresas da Serra Catarinense, o Correio Lageano e o Instituto José Paschoal Baggio realizam o Prêmio Empreendedor, homenageando as 50 empresas com os maiores índices de retorno de ICMS adicionado e 5 (cinco) empresas como Destaque Empreendedor, por suas ações na área de inovação, tecnologia e gestão.

Nesta 20ª edição, houve uma homenagem às empresas que receberam o Prêmio por 20 anos consecutivos, entre elas, a Celesc D.

Prêmio de Jornalismo voltado à Segurança com Eletricidade

Pelo quarto ano consecutivo, a Celesc D recebeu reconhecimento pelo trabalho realizado na área de jornalismo voltado à Segurança com Eletricidade. Dessa vez, foi a reportagem “Os Bons Parceiros”, classificada na categoria Jornalismo Empresarial.

Nos anos anteriores, receberam premiação da Abracopel a jornalista Ana Carolina Dall’Agnol (menção honrosa na categoria Jornalismo Empresarial) e o eletricista Rodrigo Kobs (registro fotográfico).

O Prêmio Abracopel de Jornalismo visa promover, por meio dos meios de comunicação, a conscientização sobre o uso seguro da eletricidade no âmbito profissional e doméstico. Os critérios de avaliação dos materiais são Impacto para a conscientização do público, Aprofundamento do tema, Inovação ou soluções propostas e discussão, considerando ainda a forma de apresentação do conteúdo (redação, estética, clareza e interesse).

Certificação de Responsabilidade Social

A Assembleia Legislativa do Estado – ALESC certificou a Celesc D por suas práticas em responsabilidade social, junto a outras 68 empresas e instituições catarinenses.

Foi a oitava edição da certificação de responsabilidade social promovida pela ALESC, em parceria com outras dez instituições. O objetivo da iniciativa é reconhecer e destacar empresas e entidades sem fins lucrativos que assumem a responsabilidade social como política de gestão.

Ao todo, 162 inscrições foram recebidas pela Comissão Mista de Certificação de Responsabilidade Social, com base em critérios estabelecidos em edital. A Celesc é certificada desde 2015.

Selo Ouro de Energia Sustentável/Instituto Acende

Por atender a 11 (onze) compromissos relacionados à Sustentabilidade, o Instituto Acende Brasil concedeu o Selo Ouro de Energia Sustentável para uso pela Celesc no período 2019-2021. Esses compromissos contemplam desde ações relacionadas ao meio ambiente e à sociedade até publicações como Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e inventário de emissões de gases de efeito estufa.

O Instituto Acende Brasil atua como Centro de Estudos voltado ao desenvolvimento de ações e projetos para aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro.

Prêmio Abraconee – Demonstrações Financeiras

A Celesc G recebeu o 1º lugar na categoria empresa de pequeno porte pela qualidade da apresentação das Demonstrações Financeiras. Esse Prêmio é conferido anualmente pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Abraconee, durante o Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Enconsel.

A Associação analisa os Relatórios Anuais das empresas do setor e premia aquelas cujas Demonstrações Financeiras se destacam nos quesitos conteúdo, correção gramatical, apresentação gráfica, elaboração das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração, Balanço Social e Notas Explicativas.

Foi a sétima vez em que a Celesc recebeu destaque pelas Demonstrações Financeiras do Grupo ou das subsidiárias Celesc D e Celesc G.

Prêmio de Inovação e Empreendedorismo – Fundação CERTI

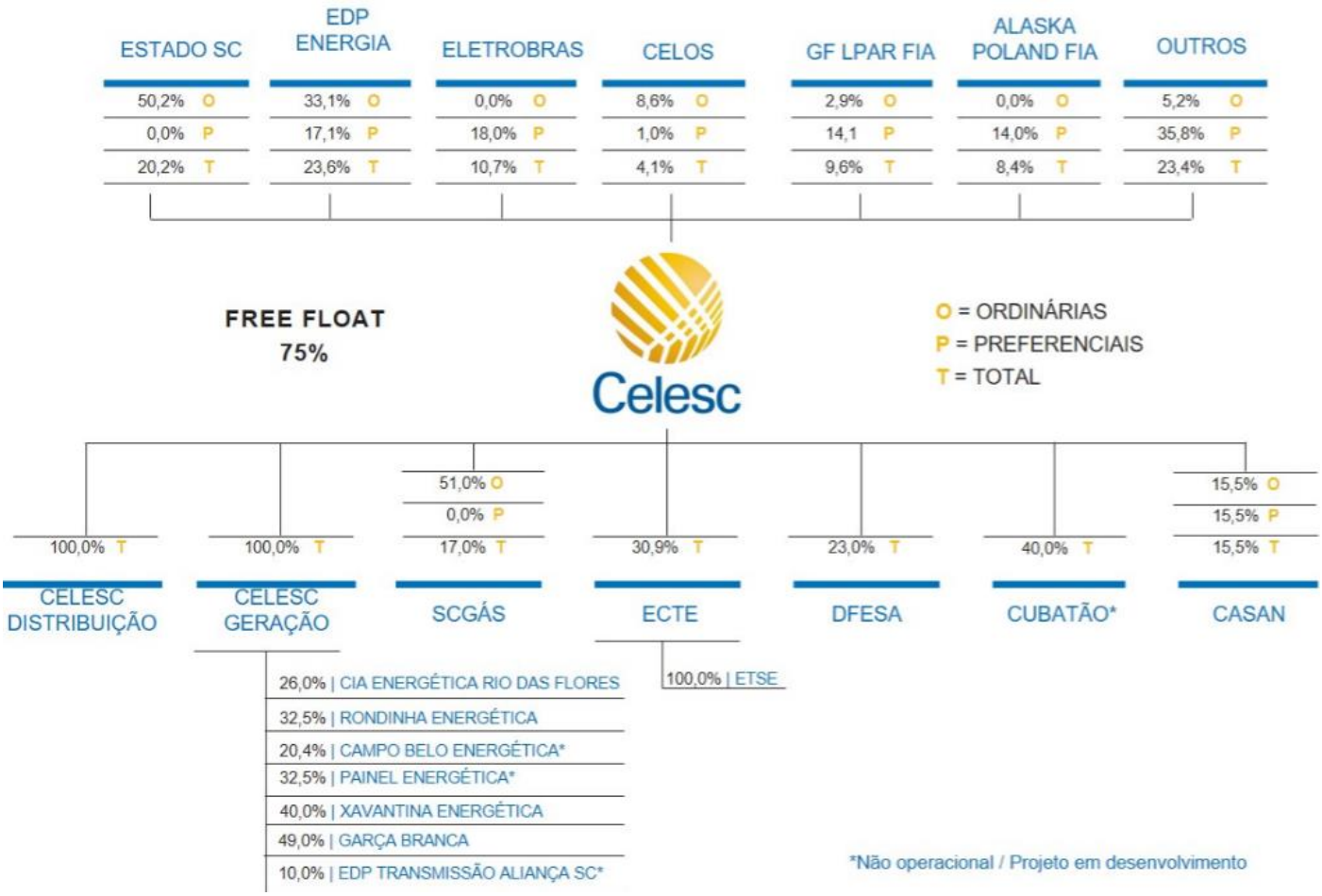
Voltada ao ecossistema da capital, essa primeira edição do Prêmio de Inovação e Empreendedorismo laureou 22 empresas e instituições locais.

A Celesc G foi uma das vencedoras na Categoria 6 – Projeto de Cliente CERTI em Santa Catarina. O Prêmio veio com o Projeto Celesc/FlexSolar – Painéis Solares OPV (*Organic Photovoltaic*), destinado ao desenvolvimento de produto e processo industrial de nova geração de painéis fotovoltaicos orgânicos.

3. GRUPO CELESC

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com destaque nas áreas de distribuição e geração de energia. Estruturada como *Holding* em 2006, a Empresa possui duas subsidiárias integrais: Celesc Geração S.A. – Celesc G e a Celesc Distribuição S.A. – Celesc D. Além disso, detém o controle acionário em conjunto da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS e é sócia das empresas Dona Francisca Energética S.A. – DFESA, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan e do projeto da Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

O Estado de Santa Catarina é o principal acionista da Companhia, detendo 50,2% das ações ordinárias, correspondentes a 20,2% do Capital Total. As demais ações pertencem a grandes fundos de pensão, clubes de investimentos, investidores institucionais e pessoas físicas com perfil de investimento de longo prazo.



3.1. Subsidiárias Integrais

3.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D leva energia para aproximadamente 3,0 milhões de unidades consumidoras em 264 municípios catarinenses (92% do território do estado) e em Rio Negro, no Paraná. A empresa ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de quatro concessionárias e 16 permissionárias, que atuam nos demais municípios catarinenses.

A Celesc D mantém um sistema elétrico formado por 167 subestações de distribuição, 4.675,96 km de Linhas de Distribuição e 150.817,42 km de redes elétricas de média e baixa tensão, somando capacidade instalada de 7.319 MVA.

A Celesc D é a 2ª maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a 6ª maior distribuidora de energia elétrica brasileira em receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída e a 10ª em número de unidades consumidoras. O faturamento bruto em 2018 alcançou a casa de R$12,3 bilhões (R$11,3 bilhões em 2017).

Em 2015, a Celesc D conquistou a renovação do seu contrato de concessão. O novo aditivo prorroga o prazo de concessão por mais 30 anos, desde que a Celesc D cumpra condicionantes de eficiência perante a qualidade do serviço e sustentabilidade da gestão econômico-financeira. Para atender as metas estabelecidas no Contrato, a Celesc D vem investindo firmemente na otimização de recursos, eficiência operacional, inovação, combate a fraudes e inadimplência.

3.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possuía um parque gerador próprio formado por 12 (doze) usinas, das quais 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs. Ainda no segmento de geração, a Celesc G detinha participação minoritária em mais 08 (oito) empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, sendo que 06 (seis) usinas estão em operação comercial e 2 (duas) em fase de projeto.

A capacidade total do parque gerador da Celesc G em operação no ano foi de 118,21MW, sendo 106,97MW referentes ao parque próprio e 11,24MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nestes empreendimentos.

A Celesc G também atua no segmento de transmissão, por meio da EDP Transmissão Aliança SC, sociedade formada com a EDP Energias do Brasil S.A., cujo consórcio conquistou lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, referente à Licitação para a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, incluindo a construção, operação e manutenção das instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional em Santa Catarina. O projeto, com investimentos previstos da ordem de R$1,2 bilhão, obteve ao final de 2018 a Licença Ambiental de Instalação – LAI, estando apto para início das obras.

3.2. Controlada em Conjunto

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.144,04 km) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (273), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV) do país (133).

Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, cerca de 1,9 milhão de m^3 de gás natural para cerca de 13 mil clientes.

A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51% das ações ordinárias da Companhia e 17% do Capital Social total.

3.3. Demais Participações

3.3.1. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar Linhas de Transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da LT SE Campos Novos – SE Blumenau, com 252,5km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc D. Em dezembro de 2011, ampliando seus negócios, a empresa adquiriu em leilão o direito de construir as subestações Abdon Batista (525/230kV) e Gaspar (230/138kV), por meio da subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE. Essas linhas foram energizadas em janeiro e março de 2015, respectivamente.

A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do Capital Social da empresa. Os demais sócios são Alupar, com 50%, e TAESA, com 19%.

3.3.2. Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a coligada DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do Capital Social da empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft, com 2%, são os demais sócios.

3.3.3. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão. Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 197 municípios catarinenses e um no Paraná, atendendo uma população de 2,8 milhões de consumidores com água tratada e 587 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,48% do Capital Social Total da Empresa. O Estado de Santa Catarina possui 64,21%, a SC Participações e Parcerias S.A. 18,03%, a Codesc 2,28% e Outros 0,003% de participação.

3.3.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996 para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, na região de Joinville/SC, com potência instalada de 50MW. Com o histórico dos entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89). A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa.

Em 30 de julho de 2018, foi publicada a Portaria nº 310 na qual o Ministério de Minas e Energia atendeu ao pleito para a extinção amigável da concessão da Usina, determinando à ANEEL a adoção das providências necessárias para o cumprimento das obrigações remanescentes do Contrato de Concessão. A sociedade vem tratando dos aspectos societários para dissolução da companhia.

4. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E CRIAÇÃO DE VALOR

O Plano Diretor Celesc 2030, estruturado com base nas aspirações dos principais s*takeholders* da Companhia, é o documento que define as metas e os balizadores estratégicos de longo prazo, alicerçado pela atuação da Companhia em setor estratégico e em posição de liderança mercadológica.

Seus pilares estratégicos são potenciar a geração de valor, criar valor com crescimento e transformar o Grupo por meio dos empregados. A Sustentabilidade está focada no reforço e valorização de compromissos com Pessoas; Governança Corporativa; Responsabilidade Socioambiental e Gestão Pública.

A revisão anual do Plano Diretor e Planejamento Estratégico para o período 2019-2021 atende às diretrizes estratégicas de cada negócio, com a definição das seguintes Iniciativas Estratégicas, demonstrando o compromisso da companhia com sustentabilidade de seus negócios:

a) Obtenção de maior Efetividade na Gestão Regulatória;
b) Cumprimento do Plano de Resultados da ANEEL;
c) Manutenção dos Custos dentro dos Patamares Regulatórios;
d) Desenvolvimento de Mecanismos de Recuperação de Receitas;
e) Diversificação do Portfólio de Negócios em Energia;
f) Valorização dos Ativos atuais de Geração;
g) Diversificação do Portfólio de Negócios em Serviços;
h) Gestão Estratégica de Pessoas;
i) Aprimoramento dos Processos Internos;
j) Equacionamento da Dívida não Financeira;
k) Fortalecimento do Processo de Comunicação e Marca;
l) Modernização por meio da Inovação;
m) Fortalecimento da Gestão Sustentável – *triple bottom line.*

As metas estabelecidas nos Planos são desdobradas para os Contratos de Gestão, assinados entre o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada, e aos Acordos de Desempenho, estabelecidos entre a Diretoria e as demais áreas.

5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Celesc possui uma Política de Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos disponível no Portal de Relações com Investidores (**www.celesc.com.br/ri**), que orienta a alta administração, gestores e demais empregados na prevenção e mitigação de riscos inerentes aos processos e negócios da Companhia, apontando as diretrizes a serem observadas para a execução da Gestão Estratégica de Riscos e Controles Internos e define as responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê Jurídico e Regulatório e da Diretoria Executiva.

A estrutura de governança de controles e riscos da Celesc é organizada da seguinte forma:

O Conselho de Administração, órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidade específica acompanhar e avaliar os reportes de riscos e não conformidades e o nível de conformidade dos processos da organização.

Como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e também integrando a estrutura organizacional de gestão de riscos, há o Comitê Jurídico e Regulatório, cujas responsabilidades principais são acompanhar e avaliar a eficácia dos mecanismos do processo de gestão de riscos e corporativos e controles internos relatando ao Conselho de Administração os resultados do acompanhamento dos riscos.

Além disso, em 2018, em atendimento a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), foi criado o Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, que possui entre as suas atribuições, supervisionar, avaliar e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e monitorar a exposição risco da Companhia.

Como parte integrante do processo de gestão de riscos, a Diretoria Executiva tem papel fundamental na identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento, proposta de limites de riscos e desenvolvimento de planos de ação para mitigação de riscos, acompanhar a execução dos pontos de controle em suas áreas.

A Companhia conta com uma Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL, que tem em suas atribuições o desenvolvimento da gestão estratégica de riscos e controles internos, objetivando assegurar a execução da estratégia de longo prazo do Grupo Celesc.

Na aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (**www.celesc.com.br/ri**), estão disponíveis todas as informações relativas a Estrutura, Estatuto Social, Acordo de Acionistas, Políticas, Regimentos, Código de Conduta Ética, Contrato de Concessão e documento do Nível II de Governança.

5.1. *Compliance*

Em 2018, houve a necessidade da Celesc se adequar à Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabeleceu uma série de novos mecanismos de transparência e governança corporativa. Uma das inovações abordadas pela lei e atendida pela companhia foi a criação de uma instância interna de *Compliance*.

A Assistência de *Compliance* está ligada à Diretoria de Planejamento e Controle Interno, atendendo a determinação legal de ser liderada por diretor estatutário e vinculada a diretor presidente, o que confere independência e autonomia em sua atuação.

Alinhada às melhores práticas, a instância interna de *Compliance* da Celesc é fundamentada em Programa específico, tendo como foco o atendimento à legislação vigente, atuando para prevenção, detecção, resposta e correção de possíveis atos de fraude e corrupção. O Programa está baseado em 6 pilares fundamentais:

Tom da Liderança
- Patrocínio;
- Liderança pelo exemplo.

Diretrizes
- Código de Ética, políticas internas e demais normas de integridade.

Comunicação e Treinamento
- Divulgações nos Canais de Comunicação;
- Treinamento Periódico.

Monitoramento
- Canal de Denúncia;
- Mapeamento e Monitoramento dos Riscos de *Compliance*;
- Análise de integridade;
- Reportes.

Investigação
- Investigação Prévia;
- Sindicância;
- Inquérito Administrativo.

Medida Corretiva
- Aplicação da Política de Consequência;
- Promoção da Melhoria Contínua do Programa.

Programa de *Compliance*

Dentre os elementos que compõem o Programa de *Compliance*, destaque para o Canal de Denúncias disponibilizado no site da companhia. Através dele, é possível comunicar eventuais transgressões ao Código de Conduta Ética e às Políticas de Integridade, assegurando a possibilidade de denúncia anônima e mecanismos de proteção ao denunciante.

A alta administração da Celesc compartilha o compromisso com a ética e a integridade, não compactuando com a corrupção e comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir todas as diretrizes que formam um sistema de integridade, como o Código de Conduta Ética, a Política de Responsabilidade Socioambiental, a Política Anticorrupção e a Política de Consequências.

Para conhecer mais sobre o Programa de *Compliance* da Celesc, basta acessar a aba Governança Corporativa do portal de Relações com Investidores (**www.celesc.com.br/ri**).

6. AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira registrou crescimento de 1,1% em 2018, alcançando um PIB *per capita* de R$32.747 no ano, em valores correntes, com registro de um avanço de 0,3% em relação ao ano anterior, em termos reais. Em valor, o Produto Interno Bruto – PIB, somou R$6,8 trilhões.

Após alcançar crescimento recorde no ano de 2017, a atividade Agropecuária registra variação positiva de 0,1% em 2018, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura. Na Indústria, o destaque positivo foi o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Por outro lado, a atividade de Construção sofreu contração de 2,5%.

Do lado da demanda, o consumo das famílias aumentou 1,9% enquanto a demanda do governo se manteve estável (variação nula). A formação bruta de capital fixo, uma medida de investimentos, caiu 2,5%.

Em 2018, a taxa de investimento foi de 15,8% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,0%). Por sua vez, a taxa de poupança correspondeu a 14,5% no ano, ante 14,3% no exercício anterior.

No mesmo período, em Santa Catarina, a produção industrial acumulou alta de 12,23%. Os resultados no ano decorrem da ampliação da produção em seis dos quatorze setores avaliados. Este avanço está relacionado a produtos alimentícios (22,9%), informática e eletrônicos (15,4%) e produtos de madeira (12,9%).

7. AMBIENTE REGULATÓRIO

7.1. CELESC D

7.1.1. Reajuste Tarifário Anual de 2018

O Reajuste Tarifário da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2018 resultou em um efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da ordem de 13,86%, composto pelo Índice de Reajuste Tarifário – IRT de 8,86% (efeito econômico resultante da atualização dos custos de Parcela A e B), do componente financeiro de 7,48% no processo atual e do efeito da retirada dos componentes financeiros considerados no processo ordinário anterior, de -2,48%. Na composição do IRT para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não gerenciáveis) sofreu variação de 10,60% e a Parcela B (custos gerenciáveis) apresentou variação de 1,86%.

7.1.2. Prorrogação da Concessão

O novo aditivo que prorroga prazo de concessão por 30 anos impôs condicionantes de eficiência à distribuidora atrelados à qualidade do serviço e à sustentabilidade da gestão econômico-financeira. O descumprimento das condições por dois anos consecutivos ou de quaisquer dos limites ao final do período dos primeiros cinco anos poderá acarretar a extinção da concessão.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por dois anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade.

Adicionalmente, o descumprimento das metas globais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos, ou por três vezes em cincos anos, suscita a limitação de distribuição de dividendos ou de pagamento de juros sobre capital próprio. Já o descumprimento dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira pode demandar o aporte de capital dos acionistas controladores.

Abaixo seguem as metas a serem seguidas pela Celesc D nos primeiros cinco anos da prorrogação:

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi [1]	FECi [2]	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR[3]]}≤1/0,8*SELIC[4]	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

[1] DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora,
[2] FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;
[3] QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze)meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;
[4] Selic limitada a 12,87% a.a.

7.1.3. Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica que considera bandeiras tarifárias e todos os tributos para o ano de 2018, foi de R$584,80/MWh, 10,76% maior em relação ao ano de 2017.

A seguir é apresentado a Tarifa média de fornecimento de energia elétrica por classe de consumo (em R$/MWh).

Classe de Consumo	2018	2017	2016	2018/2017	2017/2016
Residencial	643,18	582,90	583,23	10,34%	-0,06%
Industrial	666,50	598,07	586,16	11,44%	2,03%
Comercial	698,92	629,50	627,30	11,03%	0,35%
Rural	431,23	390,60	377,74	10,40%	3,41%
Poder Público	665,56	600,30	599,24	10,87%	0,18%
Outros	464,15	415,15	411,26	11,80%	0,94%
Total (média anual)	584,80	527,97	527,18	10,76%	0,15%

7.2. CELESC G

7.2.1. Concessões Prorrogadas

Das 12 (doze) usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 (nove) foram abrangidas pela Medida Provisória – MP 579/12, convertida na Lei Federal nº 12.783/13: Palmeiras, Bracinho, Garcia, Cedros, Salto Weissbach, Pery, Celso Ramos, Caveiras e Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federal nº 13.097/15 e 13.360/16, tendo em vista as usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas nº 5.362 de 22 de julho de 2015 (Ivo Silveira) e nº 7.246 de 28 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os Termos Aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Desta forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/13 não recorrem sobre tais usinas.

Pelo fato da Celesc G não ter optado pela antecipação da prorrogação das usinas, cinco foram objeto do Leilão nº 012/2015, do qual ela sagrou-se vencedora do Lote C e retomou a concessão dos empreendimentos citados a seguir:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total da Capacidade Instalada		**63,20**	**43,34**	

Em 2016, a Celesc G pagou os R$228 milhões relativos ao Bônus de Outorga exigidos no Leilão para o referido lote, e, consequentemente, assinou os Contratos de Concessão nº 006 e 007/2016. Setenta por cento da energia das usinas está alocada no regime de cotas, que é o percentual da Garantia Física de Energia e de Potência alocado às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional e os outros 30% são comercializados no mercado livre.

Em relação à Usina Pery, havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão nos moldes anteriores à MP 579/12, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a usina ter sido ampliada recentemente. Porém, em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc G decidiu por prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei Federal nº 12.783/13, regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas judiciais necessárias para a extinção do Processo Judicial existente, incluindo os recursos relativos. A Concessão, desta forma, foi prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, R$114 milhões, referente à ampliação da Usina concluída em 2013, será pago à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, cujo regramento está em definição pela ANEEL.

Referente à concessão da PCH Celso Ramos, com o projeto de ampliação da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW) aprovado pelo Órgão Regulador (Despacho ANEEL nº 115/2014), a Companhia obteve, em março de 2015, a autorização para a realização das obras de ampliação, bem como, a prorrogação da atual concessão por 20 (vinte) anos, com base no disposto no § 7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.427/1996 (Resolução Autorizativa nº 5.078/2015). O prazo para as obras de ampliação da usina encerra-se no ano de 2021. Com a finalidade de legitimar referidas autorizações, a Celesc G firmou junto à ANEEL o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 006/2013. Em 2018, o projeto passou por processo de consolidação, o qual está em análise pela ANEEL e incrementará em 1,1 MW, passando para 13,92MW a capacidade instalada final. A licitação para a contratação das obras está prevista para o primeiro trimestre de 2019.

Em 2018 foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117/2018 o projeto de Ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau. O projeto de ampliação também prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e cada de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na usina, resultado em uma capacidade instalada total de 29,28MW. Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação junto ao IMA/SC e em análise pela EPE.

7.2.2. Fator de Ajuste da Garantia Física – *GSF*

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *GenerationScalingFactor – GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Entre os anos de 2005 e 2012, o *GSF* anual do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sempre ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos. A partir de 2013, este cenário se inverteu, com a média anual ficando abaixo de 100% desde então. Tal situação expõe os geradores à aquisição da energia deficitária ao preço do mercado livre.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física. Buscando assegurar posicionamento adequado perante a questão, mantém monitoramento permanente sobre o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL

8.1. CELESC D

8.1.1. Expansão do Sistema

Para garantir um melhor desempenho do sistema elétrico na sua área de concessão, a Celesc D investe continuamente na expansão, melhoria e automação das redes de alta, média e baixa tensão. Os investimentos têm como objetivos a aumentar a confiabilidade do sistema elétrico, o atendimento à crescente demanda de energia do mercado consumidor, aumento da recursividade do sistema – interligação de subestações e alimentadores e melhoria da qualidade do serviço, com redução da quantidade de ocorrências e do tempo de recomposição.

Em 2018, a Celesc D contabilizou um expressivo volume de investimentos no sistema elétrico. No sistema de alta tensão, os destaques dos investimentos foram a recapacitação da LD 138kV Desterro – Trindade, ampliando a capacidade nominal da referida linha, garantindo o crescimento vegetativo da Ilha de Santa Catarina, a construção da LD 138kV Foz do Chapecó – Chapecó II, interligando mais uma subestação de fronteira com a rede básica com o sistema de distribuição da Celesc D e realização de obras de renovação de subestação, como as realizadas nas subestações Pinhalzinho, Concórdia e Joinville IV. Além das obras de linhas de distribuição e renovação de subestações, a Empresa investiu na ampliação e melhoria de outras dez subestações: Tijucas 138/23kV, Jaraguá do Sul Rio da Luz 138/34,5kV, Araquari 69/13,8kV, Corupá 34,5/13,8kV, Faxinal dos Guedes 69/23kV, Chapecó II 138/23kV, Concórdia São Cristovão 138/69kV, Herval D´Oeste 138/23kV, SE Ermo 69/13,8kV e Sangão 69/13,8kV.

No sistema de 69kV o destaque foi energização da nova linha 69kV Concórdia – Concórdia São Cristóvão, garantindo mais aporte de energia para as regiões de Concórdia e municípios vizinhos, no Oeste do Estado, além de melhorias de diversas Linhas de Distribuição.

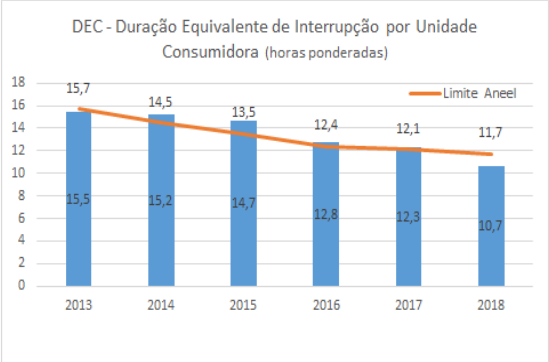
No sistema elétrico de média e baixa tensão, que possui cerca de 151 mil km de extensão, foram realizadas obras de melhorias e ampliações, contemplando também novos alimentadores, cerca de 3,6 mil novos transformadores de distribuição, e incremento das redes com cabo protegido. A Celesc D tem investido na aplicação de cabos protegidos para áreas rurais e na instalação de capas protetoras na rede de média tensão, aumentando o isolamento do sistema e minimizando a atuação de fatores externos. Também com foco preventivo, foram intensificadas, contabilizando recursos da ordem de R$18,4 milhões as ações de poda e roçada da vegetação próxima à rede elétrica.

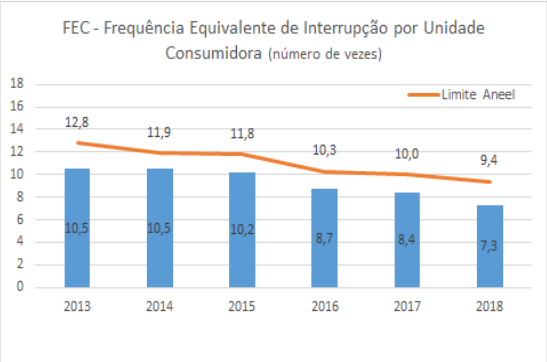
No ano, destaque, ainda, para investimentos no Programa de Automação do sistema elétrico. A automação, realizada por meio de religadores telecontrolados, permite, remotamente, redistribuir a carga entre alimentadores, agilizando as recomposições, minimizando os consumidores afetados por desligamentos emergenciais e melhorando significativamente a qualidade do serviço. Em 2018, foram incluídos no sistema de supervisão e controle 74 novos religadores trifásicos, totalizando 1.186 religadores em operação em 31 de dezembro de 2018. Nos próximos meses novas aquisições de religadores trifásicos e monofásicos estão planejadas. Também foram adquiridos novos rádios e modens para a comunicação com os religadores; sistema de transmissão entre datas centers e equipamentos para modernização da rede de telecomunicação corporativa.

8.1.2. Indicadores de Eficiência do Sistema

8.1.2.1. DEC e FEC

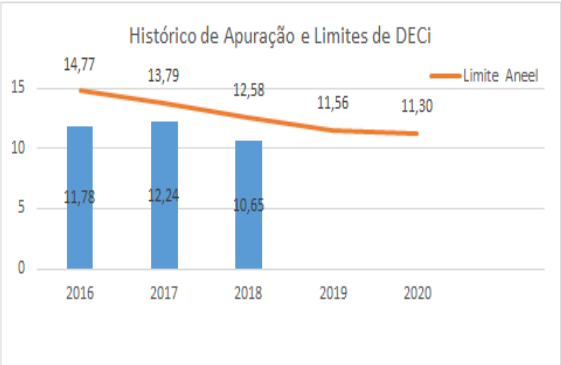
O índice de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC da Celesc D foi de 10,67 horas no ano de 2018, 13,46% abaixo do verificado em 2017, o que equivale a 90,9% do limite estabelecido pela ANEEL para o ciclo regulatório (agosto 2016 – agosto 2021). No ano, o índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC apresentou queda de 12,21%, representando 7,33 interrupções o que representou 77,9% do limite regulatório estabelecido.

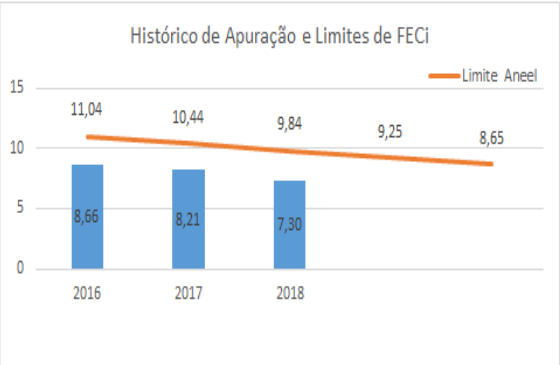




8.1.2.2. DECi e FECi

Em relação ao indicador DECi (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora causada por ocorrência no sistema interno, ou seja, da própria distribuidora), o desempenho, no ano, foi de 10,65 horas, o que equivale a 15,3% abaixo do limite estabelecido pela ANEEL no Contrato de Concessão para 2018. O FECi (número médio de interrupções por unidade consumidora causada por ocorrência no sistema interno) foi de 7,30 interrupções, 25,8% abaixo do limite do Contrato de Concessão para o ano. O gráfico a seguir apresenta o acompanhamento dos indicadores de qualidade até o término de 2018.





8.1.3. Programa de Eficiência Operacional

Em 2018, o Programa de Eficiência Operacional – EO foi marcado pelo incremento de projetos com o objetivo de combater as perdas não técnicas. A companhia já vinha realizando uma série de ações para combatê-las. Tais ações foram revisitadas e foi apresentado um plano mais robusto, com a junção do que vinha sendo executado e novas ações, que culminaram na criação de sete projetos, que atualmente integram o Programa de EO. Tais projetos foram estruturados em função da origem de perdas não técnicas, a saber: fraudes, problemas de medição, faturamento pela taxa mínima e ligações clandestinas.

O Programa de EO, lançado em 2013, tem como principal objetivo contribuir para a garantia da sustentabilidade da Companhia. Atualmente, o Programa conta com 98 projetos finalizados que trazem economia anual de aproximadamente R$200 milhões.

O trabalho de estruturação e criação de tais projetos vem sendo feito sob orientação e aporte metodológico do Gabinete de Projetos Estratégicos – GBPE, observando-se sempre as boas práticas referentes aos grupos de processos em de gerenciamento de projetos abordadas no Guia PMBOK® (PMI, 2017).

8.1.4. Distribuição de Energia Elétrica

O consumo faturado total de energia elétrica na área de concessão somou 24.449GWh em 2018, um crescimento de 2,74% no total de energia distribuída (mercado cativo + livre). A alta foi puxada principalmente pelo desempenho da classe industrial, com crescimento de 3,3% no comparativo anual.

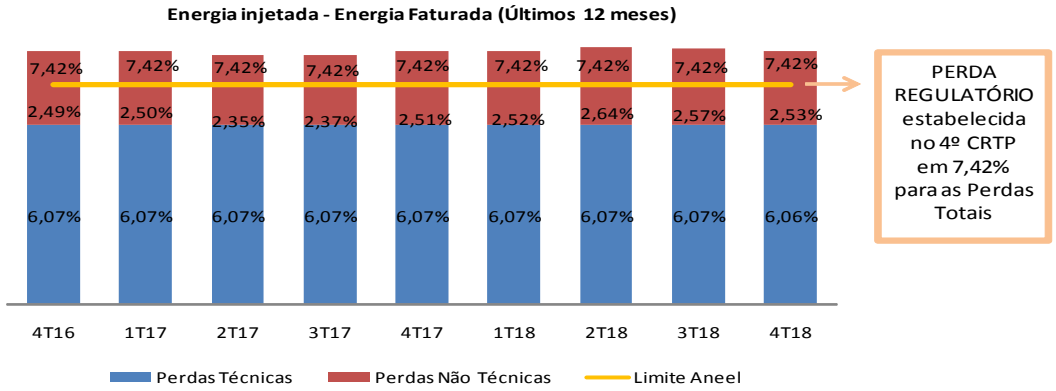
O número de unidades consumidoras atendidas pela Celesc D, incluindo o consumo próprio, atingiu o total de 2.976.524 em dezembro de 2018, representando aumento de 2,64% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da contínua migração de consumidores para o mercado livre, o consumo registrado pelo mercado cativo em 2018 alcançou 15.778GWh, montante 1,12% superior ao registrado em 2017. O quadro a seguir apresenta maior detalhamento:

Classe de Consumo	Nº Unidades Consumidoras			Consumo Faturado (GWh)					
	dez/17	dez/18	Δ	4T17	4T18	Δ	12M17	12M18	Δ
Mercado Cativo	**2.898.779**	**2.975.190**	**2,64%**	**3.785**	**3.864**	**2,08%**	**15.603**	**15.778**	**1,12%**
Residencial	2.271.604	2.335.964	2,83%	1.286	1.350	4,96%	5.528	5.664	2,47%
Industrial	103.082	106.258	3,08%	648	639	-1,33%	2.588	2.539	-1,87%
Comercial	262.760	270.889	3,09%	770	782	1,51%	3.209	3.191	-0,54%
Rural	234.539	234.752	0,09%	353	348	-1,31%	1.387	1.407	1,42%
Demais Classes	**26.794**	**27.327**	**1,99%**	**728**	**745**	**2,27%**	**2.892**	**2.976**	**2,92%**
Poder Público	22.791	23.104	1,37%	110	112	2,10%	436	442	1,45%
Iluminação Pública	750	788	5,07%	160	161	0,36%	635	649	2,14%
Serviço Público	3.227	3.411	5,70%	87	88	1,34%	350	359	2,35%
Suprimento de Energia	26	24	-7,69%	371	383	3,36%	1.470	1.527	3,82%
Consumidores Livres	**823**	**947**	**15,07%**	**2128**	**2217**	**4,18%**	**8182**	**8659**	**5,83%**
Industrial	510	567	11,18%	1.867	1.944	4,10%	7.180	7.550	5,16%
Comercial	284	351	23,59%	200	219	9,25%	755	859	13,79%
Rural	6	7	16,67%	13	14	4,80%	50	58	16,34%
Suprimento*	23	22	-4,35%	48	41	-13,92%	198	192	-3,03%
Mercado Total	**2.899.993**	**2.976.524**	**2,64%**	**5.916**	**6.084**	**2,84%**	**23.797**	**24.449**	**2,74%**
Residencial	2.271.604	2.335.964	2,83%	1.286	1.350	4,96%	5.528	5.664	2,47%
Industrial	103.592	106.825	3,12%	2.515	2.583	2,70%	9.767	10.090	3,30%
Comercial	263.044	271.240	3,12%	970	1.000	3,11%	3.963	4.050	2,19%
Rural	234.545	234.759	0,09%	366	362	-1,09%	1.437	1.465	1,94%
Demais Classes	26.817	27.349	1,98%	776	786	1,27%	3.090	3.168	2,54%
Consumo Próprio	391	387	-1,02%	3	4	15,08%	12	13	4,49%

*Passível de Recontabilização pela CCEE

8.1.5. Perdas na Distribuição

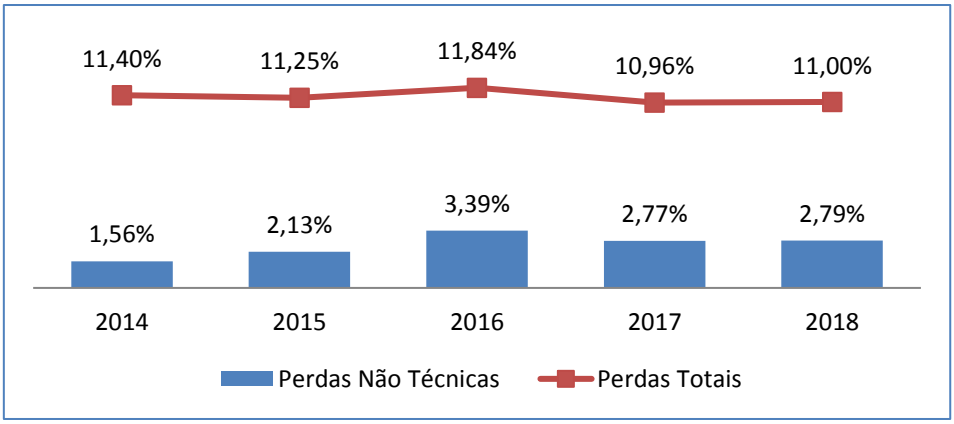
De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc D (4CRT), a perda regulatória da distribuição foi estimada em 7,42% sobre a energia injetada no sistema de distribuição da concessionária. Desse total, 6,02% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,40% de perdas não técnicas. No acumulado dos últimos 12 meses até dezembro de 2018, as perdas globais representaram 8,57% (2.350,3GWh) da energia injetada, sendo 6,06% (1.638,4GWh) referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7, revisado no início de cada ano, ajustando assim a média móvel de 12 meses, e 2,64% (711,8GWh) correspondem às perdas não técnicas, apurada por diferença. O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas na distribuição na área de concessão da Celesc D.



*Estimado no momento da Revisão Tarifária

8.1.6. Balanço Energético

Energia Requerida – GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia	17.602	17.254	16.420	15.603	15.778
Fornecimento	16.280	15.761	14.974	14.132	14.251
Suprimento p/ Agentes de Distribuição	1.322	1.493	1.446	1.470	1.527
Consumidores Livres/Dist./Ger.	5.830	5.591	5.819	8.182	8.659
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	**23.432**	**22.845**	**22.239**	**23.785**	**24.437**
Perdas na Rede Básica	645	586	346	349	367
Pernas na Distribuição	2.027	1.985	2.287	2.258	2.321
Perdas Técnicas	1.661	1.498	1.534	1.598	1.638
Perdas não Técnicas – PNT	366	487	753	660	683
PNT/Energia Requerida %	1,56%	2,13%	3,39%	2,77%	2,79%
Perdas Totais – PT	**2.672**	**2.571**	**2.633**	**2.608**	**2.688**
PT/Energia Requerida %	**11,40%**	**11,25%**	**11,84%**	**10,96%**	**11,00%**
Total	**26.104**	**25.416**	**24.872**	**26.392**	**27.125**



8.1.7. Mercado de Energia Elétrica

Em 2018, a carga requerida na área de concessão da Celesc D foi 2,56% maior que a registrada em 2017. No mesmo período, o consumo de energia elétrica cresceu 2,74%. A carga total atendida pela concessionária inclui as parcelas referentes à carga dos mercados cativo e livre, dos autoprodutores e produtores independentes conectados à rede da concessionária, além das perdas do sistema elétrico.

O quadro a seguir mostra o desempenho da carga na área de concessão da Celesc D, comparado ao da região Sul e ao do País.

	Ano	GWh
Carga Brasil (GWh)*	2018	583.027
	2017	574.526
	Δ	1,48%
Carga Sul (GWh)	2018	100.618
	2017	98.828
	Δ	1,81%
Carga Celesc D (GWh)**	2018	27.015
	2017	26.340
	Δ	2,56%

Fonte: ONS/Celesc D
* Referente ao Sistema Interligado Nacional – SIN
** Energia Injetada no Sistema de Distribuição da Concessionária

8.1.8. Atendimento ao Cliente

No ano de 2018, enquanto a média no setor elétrico nacional foi de 76%, a Celesc atingiu 84,3% de satisfação do consumidor entre as empresas com mais de 500 mil clientes, assumindo assim a quinta colocação no ranking, de acordo com a pesquisa ABRADEE. Considerando a mesma pesquisa, com relação ao subgrupo Atendimento ao Consumidor, a Celesc obteve a segunda colocação no ranking com 84,8% de aprovação. Também, este é o terceiro ano consecutivo que a empresa figura entre as três melhores companhias do setor na avaliação anual realizada pela Comissão de Integração Regional – CIER.

No ano de 2018 o ponto alto compreendeu investimentos significativos na capacitação dos atendentes e gestores, bem como, a consolidação das modalidades de atendimento *on line* e via *Contact Center*.

O desempenho do C*ontact Center* também se mostrou de alta eficiência e pelo terceiro ano consecutivo (2016, 2017 e 2018) manteve a primeira posição no ranking ANEEL de qualidade do atendimento telefônico entre as distribuidoras. No ano de 2018, o Indicador de Nível de Serviço – INS foi de 98,17%, bem acima da meta estabelecida pela Agência Reguladora, que é de 85%. A operação do Contact Center é realizada por atendentes próprios, distribuídos em 126 municípios na área de concessão, e terceirizados, com site localizado em Joinville (principal) e em Goiânia (secundário), que totalizam mais de 300 profissionais.

Na pesquisa de satisfação do cliente reclamante, realizada a cada trimestre com uma amostra de reclamantes, o nível de satisfação subiu de 85,22% em 2017 para 89,34% em 2017, superando a meta de 85%.

8.1.9. Gestão da Inadimplência

A Inadimplência corresponde ao montante da receita faturada e não recebida. O aumento ou redução desse montante é resultado de condições macroeconômicas, que influenciam na capacidade de solvência dos consumidores, não muito favorável em 2018 pela incerteza de ano eleitoral. Contudo, nos últimos anos a tendência do desempenho da inadimplência na área de concessão da Celesc D tem sido de crescimento.
No ano de 2017, por exemplo, o índice de inadimplência foi menor que o de 2016, porém em 2018 está maior que no ano anterior. Em 2017, o índice havia caído para 5,7%, mas em 2018 houve aumento para 6,8%. Ao mesmo tempo, o faturamento da Empresa em 2018 (12,0 bilhões), influenciado pelo crescimento de mercado sofreu, incremento de 9,3% em relação a 2017. Desta forma, a relação inadimplência sobre o faturamento de 2018melhorou em relação ao ano anterior, pois reduziu 0,31%.

A tabela a seguir mostra a evolução da carteira de inadimplência por Classe de Consumo.

Inadimplência por classe de consumo (R$ mil)	Dezembro					
	Total da Carteira			31 a 90 dias		
	2017	2018	(%)	2017	2018	(%)
Residencial	216.256	237.249	9,7%	38.703	44.174	14,1%
Industrial	255.030	267.596	4,9%	8.574	6.696	-21,9%
Comercial	131.347	143.383	9,2%	12.601	12.525	-0,6%
Rural	28.393	33.048	16,4%	3.996	4.001	0,1%
Revenda	11.562	7.290	-36,9%	2.848	0	-100,0%
Outros Créditos	43.252	44.523	2,9%	3.422	4.336	26,7%
Poder Público	11.012	11.421	3,7%	62	100	60,8%
Iluminação Pública	15.545	16.279	4,7%	182	212	16,2%
Serviço Público	1.583	1.735	9,6%	14	29	105,3%
TOTAL	713.980	762.524	6,8%	70.402	72.072	2,4%

A melhora no desempenho em 2018 foi influenciada por ações que a Empresa vem efetuando para o combate da inadimplência. No ano, destaque para: execução de *Call Center* Ativo, com notificação de faturas em aberto e protesto de títulos em Cartório; intensificação de ações de cobrança, tais como: negativação e suspensão do fornecimento de energia; implantação do Programa de recuperação de crédito de Hospitais Filantrópicos; finalização do Boletim de Inadimplência – relatórios gerenciais para promover maior facilidade e assertividade nas ações desenvolvidas pelas Agências Regionais da Celesc D espalhadas na área de concessão.

8.1.10. Ligação de Consumidores

Foram realizadas em 2018, incluindo suprimentos e excluindo o consumo próprio, 183.972 novas ligações totalizando 2.976.137 consumidores atendidos pela Celesc D, número 2,6% superior ao de 2017.

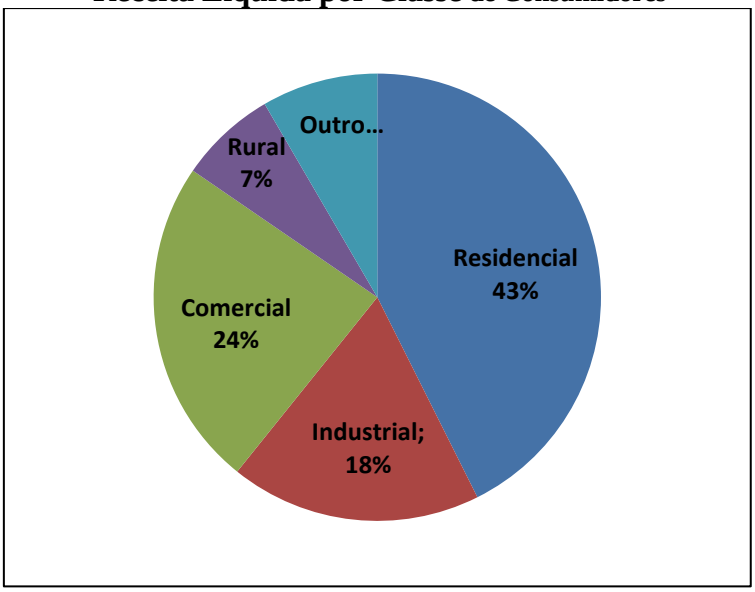
Classe de Consumo	2018	2017	%
Residencial	2.335.964	2.271.604	2,8%
Industrial	106.825	103.592	3,1%
Comercial	271.240	263.044	3,1%
Rural	234.759	234.545	0,1%
Outros	27.349	26.817	2,0%
Total	**2.976.137**	**2.899.602**	**2,6%**

8.1.11. Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica referente a consumidores cativos no exercício, líquida do ICMS, importou em R$7,0 bilhões, conforme quadro a seguir:

Classe de Consumo	2018	2017	Δ%
Residencial	2.995.784	2.644.161	13%
Industrial	1.276.434	1.165.075	10%
Comercial	1.673.340	1.511.850	11%
Rural	493.788	442.025	12%
Outros	590.562	521.040	13%
Total Cativos	**7.029.909**	**6.284.151**	**12%**

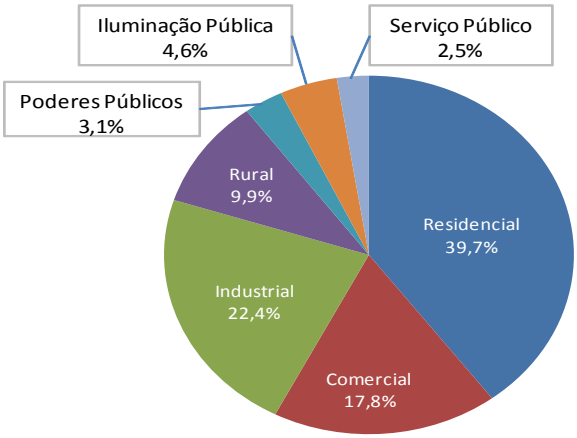
Receita Líquida por Classe de Consumidores



8.1.12. Desempenho do Mercado da Área de Concessão

Comparativo – Faturado – 2014 a 2018

Mercado Atendido – GWh	2014	2015	2016	2017	2018
Energia Faturada	**17.683**	**17.335**	**16.420**	**15.603**	**15.778**
Fornecimento	16.361	15.842	14.974	14.133	14.251
Residencial	5.382	5.254	5.433	5.528	5.664
Comercial	4.676	4.371	3.462	2.588	2.539
Industrial	3.637	3.582	3.395	3.209	3.191
Rural	1.339	1.309	1.311	1.387	1.407
Poderes Públicos	435	417	428	436	442
Iluminação Pública	571	584	606	635	649
Serviço Público	321	325	339	350	359
Suprimento p/Agentes de Distribuição	1.322	1.493	1.446	1.470	1.527
Uso da Rede de Distribuição	**5.877**	**5.702**	**6.461**	**8.182**	**8.659**
Consumidores Livres/Dist./Ger.	5.877	5.702	6.461	8.182	8.659
Total	**23.560**	**23.037**	**22.881**	**23.785**	**24.437**
Variação	**6,22%**	**-2,22%**	**-0,68%**	**3,95%**	**2,74%**



8.1.13. Celesc D em Números

Atendimento	2018	2017	%
Número de Consumidores (incluindo consumo próprio)	2.976.524	2.899.993	2,64%
Número de Empregados	3.281	3.298	-0,52%
Número de Consumidores por Empregado	907	879	3,17%
Número de Localidades Atendidas	265	265	0,00%
Atendimento	**2018**	**2017**	**%**
Número de Agências	16	16	0,00%
Número de Postos de Atendimento	260	261	-0,38%
Mercado	**2018**	**2017**	**%**
Área de Concessão (Km²)	82.747,68	82.747,68	0,00%
Demanda Máxima (MWh/h)	4.886,88	4.815,31	1,49%
Distribuição Direta (GWh)	24.463,00	23.876,00	2,46%
Consumo Residencial Médio (KWh/ano)	2,42	2,43	-0,35%
Tarifas Médias de Fornecimento (R$ por MWh)	**2018**	**2017**	**%**
Total (exceto curto prazo)	591,01	533,49	10,78%
Residencial	643,18	582,90	10,34%
Comercial	698,92	629,50	11,03%
Industrial	666,50	598,07	11,44%
Rural	431,23	390,60	10,40%
Suprimento	190,77	159,56	19,56%
DEC (horas)	10,67	12,33	-13,46%
FEC (número de interrupções)	7,33	8,35	-12,22%
Número de Reclamações por 10.000 Consumidores	4458,12	4872,95	-8,51%
Operacionais	**2018**	**2017**	**%**
Número de Subestações	167	166	0,60%
Linhas de Distribuição (Km)	4.675,96	4.631,20	0,97%

8.2. Celesc G

8.2.1. Geração de Energia

No ano, o cenário hidrológico mostrou-se bastante desfavorável para a geração de energia elétrica e, principalmente devido a esse fato, a produção das usinas da Celesc G foi afetada por esse contexto. No acumulado do ano, verificou-se a queda de 7,7% no volume de energia gerada pela Empresa ao compararmos com o ano anterior. Além da escassez e distribuição irregular das chuvas, o desempenho também foi impactado por obras de investimentos como a automação das Usinas Piraí e Garcia, troca do conduto forçado da Usina Rio dos Cedros, troca das Comportas e reconstrução do Tubo de Sucção da UG4 da Usina Salto Weissbach, reconstrução da turbina da UG2 da Usina São Lourenço e manutenção na chaminé de equilíbrio da Usina Caveiras.

O fator de capacidade global em 2018 foi de 43,2%, representando 7,7 p.p. (pontos percentuais) abaixo do verificado em 2017 (pontos percentuais) abaixo do verificado em 2017.

Produção do Parque Gerador

Desempenho Operacional (GWh)	4º Trimestre			Acumulado 12 meses		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Parque Gerador Próprio	**87,3**	**126,2**	**44,6%**	**437,6**	**403,8**	**-7,7%**
Usina Palmeiras/SC	19,2	36,5	89,6%	114,6	113,6	-0,8%
Usina Bracinho/SC	13,5	18,0	33,3%	47,1	59,1	25,5%
Usina Garcia/SC	14,2	15,2	7,0%	64,3	38,4	-40,2%
Usina Cedros/SC	0,0	0,1		27,5	0,1	-99,8%
Usina Salto/SC	2,6	0,0	-100,0%	14,6	9,6	-34,3%
Usina Pery/SC	17,8	32,4	81,8%	90,7	101,7	12,2%
PCH Celso Ramos/SC	8,9	10,8	21,8%	31,6	34,9	10,4%
CGH Caveiras/SC	4,7	5,2	10,5%	21,1	20,7	-1,8%
CGH Ivo Silveira/SC	5,0	5,5	11,3%	19,4	19,0	-2,0%
CGH Piraí/SC	0,3	1,0	232,1%	2,6	1,8	-31,7%
CGH Rio do Peixe/SC	0,8	1,0	23,0%	2,8	3,2	13,5%
CGH São Lourenço/SC	0,2	0,5	126,2%	1,4	1,6	19,0%
Fator de Capacidade Global	**37,0%**	**53,5%**	**44,3%**	**46,8%**	**43,1%**	**-7,9%**

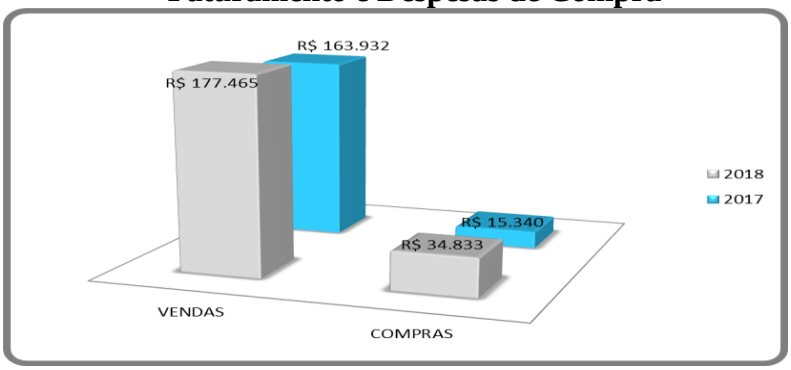
8.2.2. Comercialização de Energia

Em 2018, a Celesc G registrou faturamento global de R$177,5 milhões, superior em 8,3% em relação ao ano de 2017, o qual registrou R$163,9 milhões de faturamento.

Em 2018 foram gastos R$34,8 milhões na comercialização de energia elétrica adquirida de terceiros, um aumento de 127% em relação a 2017. Esse acréscimo pode ser atribuído aos swaps mensais, operação de troca de Energia Convencional por Energia Incentivada sem desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD (I0).

Essas operações foram realizadas para cumprir contratos de venda de Energia Incentivada, que ficaram sem lastro após a decisão da ANEEL de reclassificar os 30% da energia destinada ao mercado livre das Usinas licitadas em 2015. Como na ocasião da venda o posicionamento oficial era de que a energia deveria ser classificada como incentivada sem desconto na TUSD (I0), a Celesc G a vendeu como tal, porém, após a mudança de tipo, houve a necessidade de realizar os swaps para evitar penalidades de insuficiência de lastro.

Faturamento e Despesas de Compra

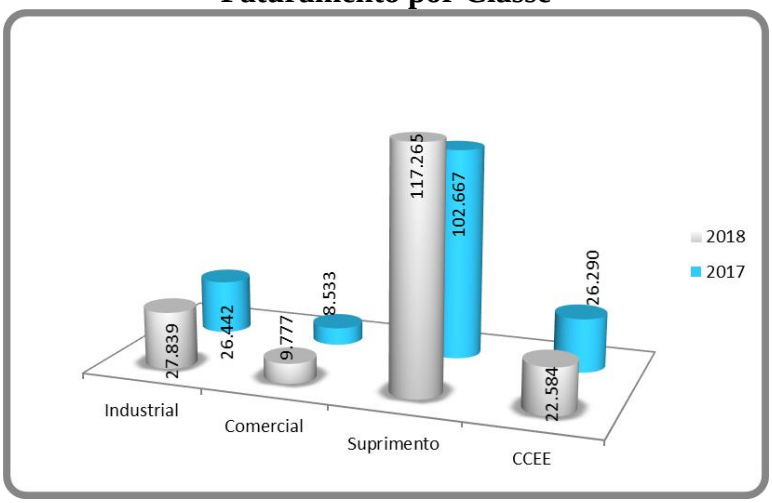


O excedente de energia elétrica, vendido no mercado de curto prazo, por meio de contratos de venda de prazo inferior a seis meses, resultou em R$22,5 milhões em 2018 contra R$19,7 milhões em 2017.

O resultado no Mercado de Curto Prazo da CCEE foi de R$22,5milhões contra R$26,3milhões em 2017, incluído o valor de R$14,8 milhões relativo à liminar judicial concedida à Empresa referente ao *GSF*.

As vendas por classe em 2018 e 2017 apresentaram o seguinte desempenho:

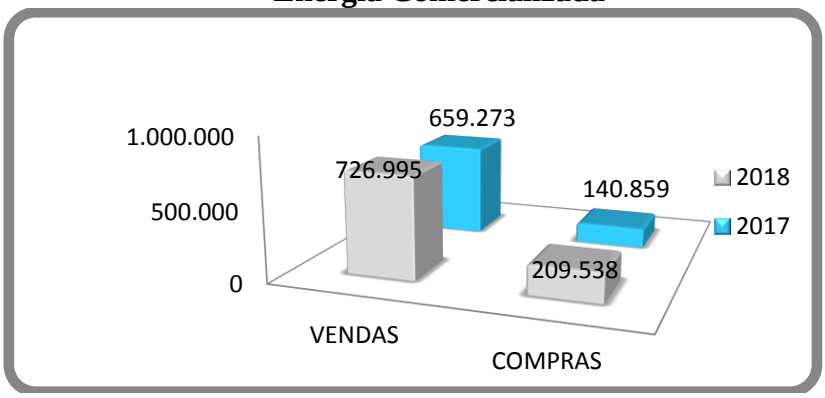
Faturamento por Classe



A energia elétrica comercializada em 2018 registrou o montante de 726,9GWh, superior em 10,27% quando comparado ao montante de 659,2GWh comercializado em 2017. Grande parte dessa alta pode ser creditada ao maior volume mensal de operações ocasionado pelos *swaps* de energia.

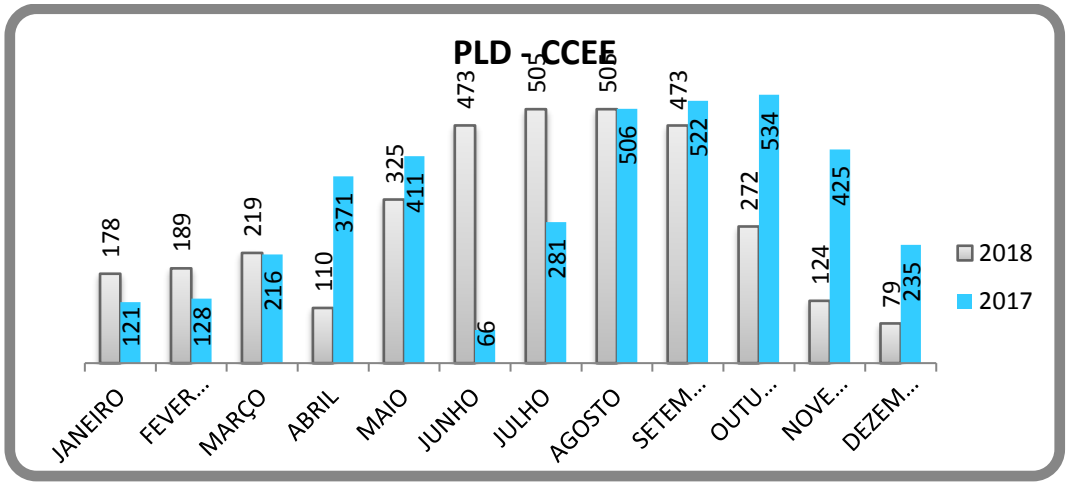
O montante total de energia comprada em 2018 registrou o total de 209,5GWh, superando a quantidade adquirida em 2017, que foi de 140,8GWh. Novamente, os swaps foram os causadores desse efeito.

Energia Comercializada



O Preço de Liquidação das Diferenças – PLD médio anual teve uma pequena redução em 2018 em relação ao ano anterior (de R$319,36/MWh para R$288,35/MWh), porém continuou em valores elevados.

Preço de Liquidação e Diferenças (R$/MWh)



8.2.3. Tecnologia da Informação

8.2.3.1. Projeto Sistema de Informações Geográficas – SIG

Os dados espaciais das temáticas ambientais e do patrimônio imobiliário da Celesc G estão disponíveis em uma plataforma interna, que permite aos usuários da Celesc G pesquisá-los conforme necessidade. A plataforma tem três módulos: um para Gestão Patrimonial, em atendimento à Resolução nº 501, de 24 de julho de 2012 da ANEEL, e outro de Meio Ambiente. Em cada módulo, os dados são separados de acordo com as 12 Usinas pertencentes à Celesc G. Com essa solução técnica tornou-se mais fácil a gestão e o controle, bem como os padrões de mapeamento das áreas vinculadas às concessões de Usinas hidrelétricas.

8.2.4. Ações Ambientais

Em 2018 foram realizados importantes trabalhos, descritos a seguir:

a) Gerenciamento de Resíduos Sólidos: No ano, a Celesc G encaminhou, para destinação final adequada, 10,2 toneladas de resíduos, incluindo óleos lubrificantes usados, pilhas e baterias, lâmpadas usadas, resíduos de construção civil, sucatas metálicas, ferrosas, e sólidos contaminados com óleos minerais. A destinação final adequada foi realizada por meio de processos de descontaminação, reciclagem, disposição em aterro e rerrefino. A Celesc G também realizou a eliminação dos óleos minerais isolantes com teor de bifenilas policloradas – PCB superior a 50 Partes por milhão – ppm nos transformadores associados as subestações das Usinas.

b) Monitoramento Hidrológico: As 20 estações telemétricas de monitoramento hidrológico para atendimento a Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 003, de 10 de agosto de 2010 operaram normalmente durante o ano de 2018.

c) Manutenção da Estação Ecológica do Bracinho: Esta Unidade de Conservação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 22.768/1984, o qual autorizou a criação por parte da Celesc S.A. desta Estação Ecológica, constituída pela bacia de acumulação das Usinas Bracinho e Piraí, nos municípios de Schroeder e Joinville. Contempla área de 4600 hectares, preservando com a criação desta uma parcela importante da Floresta Pluvial Atlântica presente na Serra do Mar. O relevo nesta região é bastante irregular, com cotas variando de 100 a 900 metros de altitude. Estas áreas estão inseridas no Bioma Mata Atlântica, na zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e é definida como prioritária a conservação da biodiversidade na categoria Extremamente Alta.

d) Outorgas de Uso de Água: Segundo a Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, aproveitamentos hidrelétricos estão sujeitos à outorga pelo Poder Público, o que assegura o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. Atualmente a Celesc G possui a outorga de uso da água de todas as 12 (doze) Usinas hidrelétricas, além das outorgas preventivas vinculadas aos projetos de ampliação da Usina Salto Weissbach (Portaria SDS nº 301/2017) e de reativação da Usina Maruim (Portaria SDS nº 277/2017).

e) Certificado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: A Celesc G se encontra em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais a respeito das atividades desenvolvidas sob o controle e fiscalização do IBAMA, por meio do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em paralelo também possui junto ao IBAMA a Licença de Porte e Uso de Motosserras nas Usinas Bracinho, Pery e Celso Ramos.

f) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório: No âmbito do processo de renovação das licenças ambientais de operação das Usinas Garcia, Salto Weissbach, Cedros e Palmeiras a Celesc G finalizou no ano de 2018 uma proposta de regramento e zoneamento dos reservatórios associados a estas Usinas. Esta proposta foi consolidada em planos ambientais de conservação e uso do entorno destes reservatórios, os quais foram encaminhados ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – IMA para conhecimento e manifestação. Os serviços contemplaram as etapas de caracterização dos empreendimentos, diagnóstico ambiental e zoneamento dos reservatórios. Para fins de atendimento aos usos múltiplos destes reservatórios a etapa de zoneamento englobou também a realização de reuniões com as prefeituras locais, comitês de bacia e comunidades ribeirinhas.

g) Gestão Fundiária: No ano de 2018 foram realizados, para atendimento ao processo de regularização fundiária, diagnósticos fundiários, serviços topográficos, georreferenciamento de imóveis rurais e urbanos, retificações, mapeamento por imagens de satélite, ajustes na Declaração do Imposto Territorial Rural – DITR da Receita Federal, regularização fiscal, inspeção fundiária e avaliação de imóveis rurais. Também foram realizados serviços de delimitação do reservatório Rio Rosina (Usina Palmeiras) e da Área de Preservação Permanente do reservatório da Usina Salto Weissbach, sendo ambos com o intuito de facilitar o processo de gestão das bordas destes reservatórios.

h) Readequação do Sistema de Tratamento dos Efluentes Sanitários: No ano de 2018 houve a instalação de novos sistemas de tratamento de efluentes sanitários nas Usinas Cedros, Palmeiras, Garcia, Salto Weissbach, Piraí e Bracinho. Este processo de readequação visa enquadrar os empreendimentos nas normas técnicas vigentes.

i) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE: Os PSBs apresentam as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o Plano de Ação de Emergência fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e PAEs das Usinas e encaminhou ao Órgão Regulador e entidades relacionadas.

9. INVESTIMENTOS

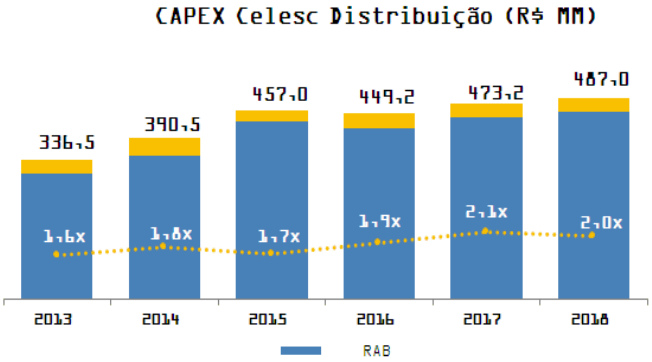
9.1. Celesc D

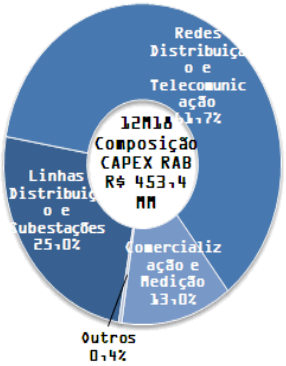
Os investimentos realizados pela Celesc D somaram R$156,1 milhões (sendo R$135,5 milhões em materiais/serviços, R$20,6 milhões em mão de obra própria e R$11,6 milhões de participação financeira do consumidor) no quarto trimestre de 2018.

Do total investido no ano de 2018, o maior volume de R$487,0 milhões foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R$417,2 milhões foram com recursos próprios (sendo R$343,1 milhões em materiais e serviços, R$74,1 milhões em mão de obra própria) e R$69,8 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Descrição	4º Trimestre (valores em milhões de reais)			Acumulado 12 Meses (valores em milhões de reais)		
	2017	2018	Δ	2017	2018	Δ
Investimentos Distribuição	**154,4**	**156,1**	**1,1%**	**473,2**	**487,0**	**2,9%**
RAB*	138,9	145,4	4,7%	441,0	453,4	2,8%
Non - RAB	15,5	10,7	-31,0%	32,2	33,6	4,3%
Depreciação/Amortização	**(50,7)**	**(52,4)**	**3,4%**	**(200,3)**	**(207,3)**	**3,5%**
Relação CAPEX x Depreciação**	**3x**	**3x**		**2,4x**	**2,3x**	

*RAB: *Regulatory Assets Base*
**Exclui Participação Financeira do Consumidor





9.1.1. Evolução dos Investimentos Máquinas e Equipamentos

Descrição	2016	2017	2018
AIS Bruto (valores em reais mil)	**400.160**	**394.654**	**402.995**
Transformador de Distribuição	80.719	105.052	99.670
Medidor	46.144	52.823	46.816
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	49.121	58.151	48.080
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	98.242	116.309	96.159
Redes Alta Tensão (69 kV)	8.031	17.199	24.976
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	35.035	2.606	8.473
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	2.685	64	2.206
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	4.962	5.594	5.425
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	55.814	14.624	49.846
Demais Máquinas e Equipamentos	19.407	22.232	21.344
Obrigações Especiais do AIS Bruto	**(186.267)**	**(40.171)**	**(41.093)**
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(10.517)	(40.171)	(41.093)
Outros	(175.750)	-	-
Originadas da Receita	(175.750)	-	-
Ultrapassagem de Demanda	(77.409)	-	-
Excedente de Reativos	(98.341)	-	-

Com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 660, de 28 de abril de 2015, que aprovou a nova versão para o Sub módulo 2.1 – Procedimentos Gerais do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, com isso os valores provenientes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos a partir do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Celesc D, que iniciou em Março/2016 serão registrados na conta de passivo financeiro setorial, portanto a partir de 2017 os valores não foram, mais registrados como Obrigações Especiais do AIS Bruto.

9.2. Celesc G

Em 2018, os investimentos da Celesc G somaram R$19,1 milhões e foram destinados à melhoria e automação das Usinas que compõem o parque de geração própria e ao aporte de recursos nas sociedades em que a Celesc G possui participação societária. Os investimentos no parque próprio têm o objetivo de modernizar as Usinas, reduzir os custos operacionais, dar mais confiabilidade à operação do sistema e mais segurança às instalações físicas. Junto às SPEs, os investimentos viabilizam o plano de expansão do parque gerador e a diversificação do portfólio de negócios.

9.2.1. Parque de Geração Próprio

No ano de 2018, foi dada continuidade ao processo de automação das usinas, iniciado em 2014 com a automação da Usina Salto e em 2016 com a entrada em operação do Centro de Operação da Geração – COG, o qual permite a operação remota das unidades geradoras. As Usinas Piraí e Garcia passaram por processo de automação e retrofit e já podem ser operadas remotamente pelo COG. No momento está em andamento o processo licitatório para automação e retrofit dos equipamentos da Usina Cedros, devendo ser concluído ainda em 2019.

Entre as obras de melhoria, destaque para adequações e reformas nas edificações e demais estruturas civis das usinas Piraí, Garcia e Bracinho. Na Usina Cedros foi substituído o conduto adutor, que possui 960m de comprimento, devolvendo a condição operacional da mesma.

Em 2018 a Celesc G também iniciou o processo de reconstrução do tubo de sucção da UG4 e a substituição das comportas de entrada dos geradores da Usina Salto Weissbach, devendo ser concluído no início de 2019. Também iniciou a reconstrução de parte da turbina da UG2 da Usina São Lourenço e a reforma da Chaminé de Equilíbrio da Usina Caveiras.

A Celesc G, em 2018, também retomou os estudos para reativação da Usina Maruim, com capacidade instalada de 1MW, localizada no município de São José/SC. Foram contratados os estudos para revisão e consolidação do projeto, os quais foram concluídos ao final de 2018. Em 2019 será dado sequência ao processo de licenciamento ambiental, visando o início da implantação do empreendimento.

Descrição	4º Trimestre (valores em milhões de reais)			Acumulado 12 Meses (valores em milhões de reais)		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Investimentos Celesc G	5,1	6,3	-20,2%	19,1	16,1	18,1%
Investimentos em SPEs	1,6	4,9	-68,3%	9,9	9,9	0,0%
Usinas Parque Gerador Próprio	3,5	1,4	144,9%	9,1	6,2	46,9%

9.2.1.1. Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

A Usina Celso Ramos, localizada no munícipio de Faxinal dos Guedes/SC, possui 5,62MW de capacidade instalada. O projeto de ampliação prevê um novo circuito adutor em paralelo ao existente, contendo canal de adução, tomada d'água, conduto forçado e nova casa de força, com duas unidades geradoras de 4,15MW cada.

Em 2018 o referido Projeto Básico foi revisto e consolidado, passando de 7,2MW para 8,3MW (totalizando 13,92MW de capacidade instalada), ainda em análise pela ANEEL. A Usina já possui licença de instalação e deve iniciar suas obras ainda no primeiro semestre de 2019.

No ano, também foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117/2018 o projeto de ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28MW. Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação – LAI junto ao IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Em 2018, a ANEEL dispensou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio para os projetos de Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Diante desta liberação, está prevista para 2019 a contratação da consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas Usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

Ainda em 2018, com a extinção da concessão da Usina Caveiras, e consequente conversão em CGH, a Celesc G solicitou autorização da ANEEL para realização de Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio, visando à ampliação da Usina existente. Por meio do Despacho nº 3.005/2018, a Celesc G obteve a autorização de realizar o referido estudo, o qual está em fase de contratação. O estudo de inventário do rio é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação do Órgão Regulador.

9.2.2. Novos Negócios e Parcerias

Os investimentos em SPEs totalizaram R$9,9 milhões em 2018, sendo R$4,85 milhões aplicados na Garça Branca Energética S.A. para conclusão das obras de construção da Usina, R$2,28 milhões na Rondinha Energética S.A. e R$1,0 milhão na Xavantina Energética S.A. para reforço de caixa das companhias e R$1,8 milhão na EDP Transmissão Aliança SC, para custeio da equipe de engenharia e realização dos estudos ambientais.

Em julho de 2018, entrou em operação comercial a PCH Garça Branca, localizada no extremo oeste do estado de Santa Catarina, entre os municípios de Anchieta e Guaraciaba, no Rio das Antas, com 6,5MW de capacidade instalada.

Ao final de 2018 o empreendimento EDP Transmissão Aliança SC obteve a Licença Ambiental de Instalação – LAI, possibilitando o efetivo início das obras de construção em janeiro de 2019. O empreendimento possui prazo para entrada em operação comercial em agosto de 2022, com perspectivas de antecipação.

Em 2018, motivada pelo sucesso da parceria realizada no ano anterior no segmento de transmissão, a Celesc G realizou nova Chamada Pública para, desta vez, participar da disputa do Lote 01 no Leilão de Transmissão nº 02/2018 da ANEEL, que correspondia a diversas instalações no Estado de Santa Catarina. Novamente tendo como parceira a EDP Energias do Brasil, o consórcio Aliança II participou do certame, porém, desta vez não obteve êxito. A Celesc G está atenta aos leilões de transmissão a serem realizados nos próximos anos.

10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, um Lucro Líquido de R$165,0 milhões, representando aumento de 148,2% se comparado ao exercício de 2017, cujo valor foi de R$66,5 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB no exercício de 2018 foi de R$12,5 bilhões, volume 9,3% maior que os R$11,5 bilhões realizados em 2017.

A Receita Operacional Líquida – ROL apresentou crescimento de 8,3% em relação a 2017, R$7,1 bilhões, fechando o exercício de 2018 em R$7,7 bilhões.

No quadro abaixo estão demonstrados os principais indicadores econômicos financeiros do exercício, comparados com o ano anterior:

Dados Econômico-Financeiro (R$ Mil)	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	12.518.824	11.454.728	9,3%
Receita Operacional Líquida – ROL	7.664.544	7.076.936	8,3%
Resultado das Atividades	395.680	305.197	-29,65%
EBITDA Ajustado	611.406	520.151	17,54%
EBITDA	610.595	523.243	16,69%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	7,98%	7,35%	0,63 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	7,97%	7,39%	0,57 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	2,15%	0,94%	1,21 p.p.
Resultado Financeiro	(108.493)	(149.041)	-27,21%
Ativo Total	9.854.745	9.060.252	8,77%
Imobilizado	160.066	151.672	5,53%
Patrimônio Líquido – PL	1.800.856	1.842.238	-2,25%
Lucro Líquido/(Prejuízo Líquido)	165.032	66.485	148,22%

O resultado positivo da Celesc foi impactado pelo desempenho de suas controladas.

Para o alcance do resultado positivo de 2018, na Celesc D destaca-se: o reajuste tarifário médio de 13,86% aplicado em agosto de 2017, aos seus consumidores, e um crescimento de 2,74% no consumo total de energia elétrica distribuída.

O Resultado Financeiro em 2018 foi negativo de R$103,9 milhões sendo este valor 27,5% inferior a 2017 (R$143,3 milhões). Este decréscimo é decorrente principalmente da despesa financeira da correção financeira da conta de Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13), e reconhecimento de juros de debêntures ocorridos em 2017.

Na Celesc G em 2018 foi impactado pelos seguintes aspectos: i) reajuste da Receita Anual de Geração – RAG, para as Usinas hidrelétricas em regime de cotas; ii) redução de despesas com pessoal a disposição, desligados no PDI; iii) redução da despesa de depreciação do imobilizado em relação a 2017, em função do término do contrato anterior de concessão da Usina Pery; iv) ganho de equivalência patrimonial das investidas; e v) reversão do *Impairment Test* do Imobilizado.

A despesa financeira reduziu em relação a 2017, em virtude da redução da taxa CDI no reconhecimento dos encargos das debêntures.

A movimentação do Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Lucro/(Prejuízo) Líquido	165.032	66.485
IR e CSLL Corrente e Diferido	122.155	89.671
Resultado Financeiro	108.493	149.041
Depreciação e Amortização	214.915	218.046
EBITDA	**610.595**	**523.243**
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Provisão Teste *Impairment* PCHs	4.707	11.191
Reversão Teste *Impairment* PCHs	(9.113)	(14.283)
Provisão Perda de Investimento	5.217	-
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	**611.406**	**520.151**

O EBITDA Ajustado, do exercício de 2018, atingiu o valor de R$611,4 milhões, ficando 17,5% maior em relação a 2017 (R$520,2 milhões) e a Margem EBITDA passou de 7,39% no exercício de 2017 para 7,97% em 2018.

11. DESEMPENHO NO MERCADO FINANCEIRO

11.1. Desempenho no Mercado de Capitais

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, é de R$1,340 bilhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto, e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas, sem direito a voto. As Ações Preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Base Acionária em 31 de dezembro 2018

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.*	5.140.868	33,11	3.945.820	17,12	9.086.688	23,56
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	455.700	2,93	3.239.600	14,06	3.695.300	9,58
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.226.600	14,00	3.226.600	8,37
Outros	794.852	5,12	8.258.669	35,84	9.053.521	23,47
Total	**15.527.137**	**40,26**	**23.044.454**	**59,74**	**38.571.591**	**100,00**

Capital Social: R$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R$1.340.000.000,00
*Companhia de Capital Aberto

Os investidores estrangeiros encerraram o quarto trimestre de 2018 representando 6,35% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 2.450.556 ações. A participação dos investidores por residência está representada no quadro abaixo:

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	2.450.556	6,35
Investidores Nacionais	36.121.035	93,65
Total	**38.571.591**	**100,00**

11.2. Desempenho no Mercado Acionário

O Índice BOVESPA fechou o ano de 2018 com desempenho positivo de 15,03%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 24,00% no mesmo período. Enquanto isso, as Ações Preferenciais – PN da Celesc apresentaram desempenho positivo de 87,20%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais, em 31 de dezembro de 2018, e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento		**Desempenho*** Variação %
	31 de dezembro 2018	**4º TRI 2018**	**Em 12 meses**
Celesc PN	R$49,87	59,38%	87,20%
Celesc ON	R$46,00	56,99%	55,40%
IBOVESPA	87.887	10,77%	15,03%
IEE	49.266	25,20%	24,00%

*Variações Percentuais com Ajuste a Proventos

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de dezembro de 2018, conforme quadro acima, são os seguintes: R$46,00 para cada ação ordinária (CLSC3) e R$49,87 para cada ação preferencial (CLSC4).

As ações do Controlador, Administradores e membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2018 estão representadas no quadro abaixo:

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador (*)	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2.000	0,01%	2.000	0,01%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.808.149	98,97%	29.105.626	75,45%
Total	**15.527.137**	**100,00%**	**23.044.454**	**100,00%**	**38.571.591**	**100,00%**

(*) Governo do Estado de Santa Catarina, Celos, Codesc e Invesc

11.3. Relações com Investidores

Em 2018, a equipe de Relações com Investidores da Celesc manteve a agenda positiva de apresentações para o mercado de capitais por meio de realização de reuniões públicas e privadas com acionistas, investidores, analistas de mercado e imprensa especializada.

Foram realizadas reuniões com analistas e representantes de alguns dos principais bancos de investimentos do país, além de apresentação junto à Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, realizada na sede de São Paulo/SP.

No site de RI da Celesc (www.celesc.com.br/ri) estão disponíveis todos os documentos arquivados nos órgãos reguladores (CVM e B3) bem como demais informações financeiras, *releases* de resultados, desempenho operacional, histórico de dividendos, apresentações realizadas, agenda e calendário de eventos corporativos, fatos relevantes e comunicados ao mercado, além dos relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, o Balanço Social da Companhia, entre outras informações.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A integração do conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa, a busca do melhoramento contínuo do desempenho ambiental de obras e serviços, e a oferta à sociedade de serviços que contemplem de forma permanente as variáveis socioambientais são alguns dos Princípios de Política Responsabilidade Socioambiental da Celesc. Esse preceito está incorporado no momento do planejamento e execução dos planos e programas socioambientais, visando minimizar e/ou mitigar os impactos de seus empreendimentos e atividades.

12.1. Compromisso com o Meio Ambiente

A concepção de novos projetos na Companhia é pautada pela melhoria contínua do desempenho socioambiental. Por isso, além do diagnóstico ambiental, o estudo contempla a identificação dos impactos sociais e econômicos que poderão ser gerados pela implantação do empreendimento, com o devido plano de mitigação desses impactos em toda a área de influência.

O número de programas ambientais e suas extensões variam conforme as características de cada empreendimento como porte, abrangência e especificações técnicas. Em 2018, a Celesc D ampliou o sistema de alta tensão com a implantação de novas linhas e subestações nas tensões 69kV e 138kV, como visto no item Investimentos, e todas as obras estão devidamente licenciadas, com a realização da supervisão ambiental (execução dos programas ambientais) na fase de implantação dos empreendimentos.

Um dos destaques da Companhia na área de meio ambiente é o Programa de Proteção de Aves na Rede, que tem como objetivo a retirada de ninhos inativos que possam representar risco para o sistema e, em seguida, a instalação de afastadores (inibidores) da construção de ninhos próximos aos isoladores.

A execução do Programa em 2018 se deu no período entre 1º de maio e 31 de agosto, conforme prazo previamente estabelecido pela Autorização Ambiental – AuA nº 02/2018 - expedida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA.

Nesse ínterim, foram retirados 11.028 ninhos inativos de joão-de-barro (Furnariusrufus), sendo 8.523 em rede trifásica de distribuição e 2.505 em rede monofásica de distribuição. Além disso, foram instalados 9.896 afastadores, os quais garantem que novos ninhos não serão construídos em áreas de risco para as aves.

12.2. Compromisso com a Sociedade

O compromisso social da Companhia também está amparado em seus programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, nos planos de ação, como o Programa de Eficiência Operacional, e na sua Declaração de Mudanças Climáticas, em que estabelece ações para promover a sustentabilidade em toda a cadeia produtiva. A promoção do uso eficiente da energia elétrica, da diversificação da matriz energética com fontes renováveis e a redução na emissão de gases do efeito estufa e de resíduos poluentes, por exemplo, estão entre os compromissos firmados.

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e do mercado na área de energia elétrica, o Programa de P&D da Celesc D tem investido predominantemente no seu principal foco: a distribuição de energia elétrica. O bom desempenho na área é fruto de uma política que visa o desenvolvimento de projetos que buscam agregar valor aos negócios corporativos, com foco em mais eficiência operacional, e em alavancar esses projetos dentro da cadeia de inovação do Setor Elétrico.

Em 2018, foi lançado o maior pacote de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento da Celesc D, vinculado ao Programa de P&D ANEEL. Ao todo, serão investidos mais de R$80 milhões nos próximos três anos (2019-2020) em temas como geração eólica, mobilidade elétrica, internet das coisas, robótica, segurança do trabalho, meio ambiente, entre outros domínios que possam contribuir com a melhoria dos processos e dos serviços prestados pela Celesc.

Para o Programa de Eficiência Energética foram investidos em ações de redução de consumo cerca de R$32 milhões. Desde 1999, já foram investidos mais de R$300 milhões em projetos dessa natureza, proporcionando uma economia de energia superior a 1.600GWh.

O destaque em 2018 foi a contratação de 7 (sete) projetos para promover eficiência energética na Iluminação Pública dos municípios de Itá, Santo Amaro da Imperatriz, Modelo, Campos Novos, Fraiburgo, Pomerode e Caçador. Os investimentos totais nesses municípios serão na ordem de R$8,0 milhões.

Devido ao forte apelo social, destaque para os projetos Energia do Bem (substituição de eletrodomésticos antigos por novos, sem custo para famílias baixa renda) e o Banho de Energia, que viabilizou a instalação de sistemas para aproveitamento do calor gerado por fogões à lenha, típicos na Serra Catarinense, para aquecimento de água em pequenas residências rurais.

Os impactos das ações de eficiência energética para o meio ambiente, corresponde ao plantio de mais de 880 mil árvores, evitando assim a emissão de mais de 150 mil toneladas de CO_2 no ambiente, o equivalente à retirada de 120 mil veículos de circulação.

No campo social, destaque ainda para o projeto denominado Energia do Futuro, que desde 2006 realizou mais de 500 oficinas e a instalação de mais de 800 aquecedores solares fabricados com materiais recicláveis em comunidades empobrecidas. Por meio do projeto, já se reaproveitou mais de 240 mil garrafas pets e 240 mil embalagens (caixas) de leite. O aquecedor solar promove o aquecimento de água para banho, reduz o consumo de energia elétrica e a conta de luz, promovendo a qualidade de vida nas comunidades de baixa renda no Estado de Santa Catarina e a conscientização sobre a necessidade da preservação ambiental e do consumo consciente de energia elétrica, através da capacitação de multiplicadores e do estímulo ao cooperativismo e à geração de renda.

Em parceria com o Ministério Público Estadual, a Celesc também mantém seu Programa Jovem Aprendiz, que prioriza vagas para jovens moradores de entidades de acolhimento e casas lares. De 2006, quando teve início, até o último ano, mais de 1200 jovens participaram do Programa.

O Celesc Voluntária é mais uma ação empresarial que incentiva o voluntarismo dos empregados para ações como revitalização de creches, escolas, asilos, comunidades terapêuticas, praças e quadras esportivas; limpeza de rios, praias e parques; plantio de árvores, hortas comunitárias, pintura e produção de brinquedos com pneus entre outras.

A Celesc ainda participa, voluntariamente, dos programas: Na Mão Certa, inciativa da Childhood Brasil; Combate ao Trabalho Infantil, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina; e do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. A Companhia também é signatária, junto ao Instituto Ethos, do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, e do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU. Além disso, desde 2006 é reconhecida pela Abrinq como Empresa Amiga da Criança.

12.3. Compromisso com os Empregados

Valorização das Pessoas, Ética e Segurança estão entre os valores corporativos do Grupo Celesc. Neste sentido, são desenvolvidos diversos programas e projetos na área de Gestão de Pessoas, nos quais se destacam o compromisso com a capacitação de pessoas; a promoção da inclusão e valorização da diversidade; prevenção de acidentes, doenças ocupacionais e adoecimento dos trabalhadores; assistência à reeducação e readaptação profissional.

O compartilhamento de informações na Empresa é amplamente favorecido pela existência de diversos canais de comunicação interna. Por meio da Intranet – CELNET, todo empregado também tem acesso às Instruções Normativas. A transformação do conhecimento tácito em explícito é constantemente aperfeiçoada, visando sempre à padronização das técnicas e a amplitude da divulgação dos fatos de interesse do público interno. As rodadas de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, por exemplo, são acompanhadas passo a passo por meio de boletins exclusivos.

A participação dos empregados na gestão da Companhia é garantida no Conselho de Administração e na Diretoria Colegiada, com representantes eleitos por voto direto. Da mesma forma, são constituídas as Comissões de Gestão e Resultados, que formulam os Acordos de Desempenho. Outros destaques são os Grupos de Trabalho – GTs, as Comissões e Comitês.

A Celesc estimula e promove as relações saudáveis entre colegas e chefias. O respeito às pessoas é prioridade e o compromisso que deve ser mantido com a Ética nas relações está documentado no seu Código de Conduta Ética, na Política de Consequência e na Política Anticorrupção. A fim de estimular o conhecimento e a adesão a esses fundamentos, a Empresa promove treinamentos específicos.

Os empregados da Celesc também contam com benefícios incomuns no mercado de trabalho. As licenças especiais, como extensão das licenças maternidade e paternidade, concedidas por ser uma empresa cidadã, e outras vantagens, como auxílio-creche e babá, auxílio pós-graduação, vale-alimentação, coparticipação em plano de saúde e odontológico, vão além do previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

A Celesc D valoriza todo potencial de seus colaboradores e honra todo comprometimento com ações de desenvolvimento humano. As pessoas sustentam os processos organizacionais que agregam valor a nossos consumidores, sendo assim uma das diretrizes da Política de Capacitação e Desenvolvimento a geração de valor a população. Tal política é gerenciada e aprimorada ano a ano por uma equipe interna altamente capacitada.

As soluções de desenvolvimento relacionadas aos processos de negócio são priorizadas pela área gestora da Política. Desta forma os treinamentos para os novos Eletricistas, que é o maior quantitativo de pessoal da empresa, são planejados e realizados por instrutores internos, ou seja, profissionais que se destacam em suas atividades e compartilham seus conhecimentos com quem está ingressando na carreira. O nosso jeito de fazer é nossa Competência Essencial e vantagem competitiva. Além dos cursos de formação de novos Eletricistas, de dois em dois anos todos os Eletricistas frequentam o curso de Eletricista Multitarefas. Uma forma de garantir a atualização, padronização e de alinhar-se a tendência do mercado de ter Eletricistas atuando em todos os processos.

No ano de 2018, a Celesc contou com parceiros para desenvolver todos os líderes das unidades descentralizadas. Foram mais de 300 líderes capacitados em temas como feedback, resolução de conflito, liderança situacional, comunicação e demais tendências. Através de parcerias foi executado também o Plano de Desenvolvimento de Equipes, que oportunizou a todos colaboradores momentos para desenvolver competências de comunicação, relacionamento e foco em resultados. O trabalho foi um sucesso com retorno positivo de colaboradores e lideranças.

A Segurança é valor da Celesc e 2018 foi um ano histórico neste importante quesito. Foram investidas muitas horas de treinamento em toda a empresa, bem como ações de conscientização internas e externas. É importante destacar que um seleto grupo de Eletricistas foi altamente capacitado e representou a Celesc no Rodeio Nacional de Eletricistas, conquistando o primeiro lugar no evento. O rodeio é o mais importante evento de boas práticas e procedimentos de segurança do país. Vencer esta competição prova que para a Celesc Segurança e Eficiência andam juntas. Além deste importante prêmio, a Segurança é tema constante em todos os treinamentos a colaboradores que trabalham no Sistema Elétrico.

Em 2018 foi dado um importante passo que significa a responsabilidade da Celesc para com a segurança de todos colaboradores diretos e indiretos. A divulgação da Política de Capacitação para Trabalhadores Próprios e Terceirizados simboliza que para a Celesc não há diferenciação entre a vida do colaborador próprio e do terceirizado. Há anos os indicadores de acidentes de terceirizados são superiores ao dos próprios. E sabe-se que um dos motivos era o fato dos colaboradores da Celesc passarem por uma formação mais completa e exigente. Assim, a política veio com o objetivo de padronizar os requisitos de capacitação para contratação de empresas terceirizadas.

13. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

13.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o primeiro nível da escala administrativa. O Conselho tem a missão de cuidar e valorizar o patrimônio bem como maximizar o retorno dos investimentos realizados.

É formado por 11 (onze) membros, dos quais 5 (cinco) são independentes (classificados de acordo com o Regulamento do Nível 2) com mandato de um ano, sendo 6 (seis) representantes do acionista majoritário, 3 (três) representantes dos acionistas minoritários, 1 (um) representante dos acionistas preferencialistas e um representante (eleito) pelos empregados. Em 31 de dezembro de 2018, ele estava formado conforme segue:

Conselho de Administração	
Representante Acionista Majoritário (Presidente)	João Eduardo Noal Berbigier*.
Representante Acionista Majoritário	Cleicio Poleto Martins
Representante Acionista Majoritário	Paulo Roberto Meller
Representante Acionista Majoritário	Edison A. Andrino de Oliveira
Representante Acionista Majoritário	Ademir Zanella
Representante Acionista Majoritário	Luciano Chede*
Representante Acionistas Minoritários	José Luiz Alquéres*
Representante Acionistas Minoritários	Luiz Otávio Assis Henriques*
Representante Acionistas Minoritários	Michel Nunes Itkes*
Representante Acionistas Preferencialistas	Marcelo Gasparino da Silva
Representante dos Empregados	Leandro Nunes da Silva

* Conselheiros Independentes.

13.2. Comitê de Auditoria Estatutário – CAE

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Celesc, de caráter permanente. Tem como principais atribuições supervisionar as atividades dos auditores independentes e das áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das Demonstrações Financeiras.

É formado por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) representantes do acionista majoritário, 1 (um) representante dos acionistas preferencialistas e 1 (um) representante dos acionistas minoritários ordinaristas.

Comitê de Auditoria Estatutário	
Representante do Acionista Majoritário (Coordenador)	Luiz Alberton*
Representante do Acionista Majoritário	Marcos Eduardo Teixeira*
Representante do Acionista Majoritário	Marcelo Nome Silva*
Representante dos Acionistas Minoritários	Sérgio Tadeu Nabas*
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Aloisio Macário Ferreira de Souza*

* Conselheiros Independentes.

13.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais funções analisar as Demonstrações Financeiras e discutir esses resultados com os Auditores Independentes.

É formado por cinco membros, sendo 3 (três) representantes do acionista majoritário, 1 (um) representante dos acionistas preferencialistas e 1 (um) representante dos acionistas minoritários ordinaristas. No quadro abaixo, a formação em 31 de dezembro de 2018.

Conselho Fiscal	
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Luiz Hilton Temp (Presidente) Suplente: Abel Guilherme da Cunha
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Paulo da Paixão Borges de Andrade Suplente: Lisandro José Fendrich
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Alfredo César Correa Rodrigues Suplente: Ilana Luiza Ferreira Marujo
Representante dos Acionistas Minoritários	Titular: André Luis Nunes de Mello Almeida Suplente: João Antônio de Souza Araújo Ribeiro da Costa
Representante dos Acionistas Preferencialistas	Titular: Thiago Costa Jacinto Suplente: José Valério Medeiros Junior

13.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia é formada por 8 (oito) diretores, indicados e aprovados pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2018, era composta pelas seguintes pastas: Presidência, Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, Diretoria de Distribuição, Diretoria de Geração, Transmissão e Novos Negócios, Diretoria Comercial, Diretoria de Assuntos Regulatórios e Jurídicos, Diretoria de Gestão Corporativa e Diretoria de Planejamento e Controle Interno.

Diretoria Executiva	
Diretor Presidente	Cleicio Poleto Martins
Diretor de Finanças e Relações com Investidores	José Eduardo Evangelista
Diretor de Distribuição	Vítor Lopes Guimarães
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios	Regis Evaloir da Silva
Diretor Comercial	Antônio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos	Antônio José Linhares
Diretor de Gestão Corporativa	Adriano Lima Medeiros
Diretor de Planejamento e Controle Interno	André Luiz de Castro Pereira

14. BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1 - BASE DE CÁLCULO	2018 Valor (mil reais)			2017 Valor (mil reais)		
- Receita Liquida (RL)	7.664.544			7.076.936 (Reapresentado)		
- Resultado Operacional (RO)	395.680			305.197		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	664.777			699.672		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	36.153	5,44	0,47	35.614	5,36	0,46
- Encargos Sociais Compulsórios	114.177	17,18	1,49	120.807	18,17	1,58
- Previdência Privada	30.934	4,65	0,40	30.800	4,63	0,40
- Saúde	53.375	8,03	0,70	52.670	7,92	0,69
- Segurança e saúde no trabalho	3.543	0,53	0,05	2.880	0,43	0,04
- Educação	582	0,09	0,01	628	0,09	0,01
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	4.963	0,75	0,06	1.385	0,21	0,02
- Creches ou Auxilio-creche	1.566	0,24	0,02	1.472	0,22	0,02
- Participação nos Lucros ou Resultados	33.133	4,98	0,43	31.967	4,81	0,42
- Outros	9.237	1,39	0,12	6.055	0,91	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	**287.663**	**43,27**	**3,75**	**284.278**	**42,76**	**3,71**
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	3.946	1,00	0,05	3.049	0,77	0,04
- Cultura	48.471	12,25	0,63	36.471	9,22	0,48
- Saúde e Saneamento	1.100	0,28	0,01	57	0,01	0,00
- Esporte	41.732	10,55	0,54	31.968	8,08	0,42
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	45.288	11,45	0,59	34.952	8,83	0,46
- Outros	49	0,01	0,00	32	0,01	0,00
Total das Contribuições p/ a Sociedade	**140.586**	**35,53**	**1,83**	**106.529**	**26,92**	**1,39**
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	3.358.733	848,85	43,82	2.981.959	753,63	38,91
Total - Indicadores Sociais Externos	**3.499.319**	**884,38**	**45,66**	**3.088.488**	**780,55**	**40,30**
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	3.348	0,85	0,04	4.830	1,22	0,06
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	158.107	39,96	2,06	197.349	49,88	2,57
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	**161.455**	**40,80**	**2,11**	**202.179**	**51,10**	**2,64**
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % (X) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75 % (X) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**2018**			**2017**		
- Nº de empregados(as) ao final do periodo	3.333			3.298		
- Nº de admissões durante o periodo	311			54		
- Nº de empregados(as) terceirizados	2.597			2.109		
- Nº de estagiários(as)	209			229		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.656			1.893		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	698			620		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,78%			27,17%		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	62			127		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,00%			1,31%		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	75			56		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	**2018**			**2017**		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	39,90			29,00		
- Número total de acidentes de trabalho	102			103		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[ ] direção	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[ ] direção	[X] direção e gerências	[ ] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[X] todos+ Cipa	[] direção e gerências	[ ] todos os empregados	[X] todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[ ] não se envolve	[X] segue as normas da OIT	[ ] incentiva e segue a OIT	[ ] não se envolve	[X] segue as normas da OIT	[ ] incentiva e segue a OIT
- A previdência privada contempla:	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados	[ ] direção	[ ] direção e gerências	[X] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[ ] não são considerados	[X] são sugeridos	[ ] são exigidos	[ ] não são considerados	[ ] são sugeridos	[X] são exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[ ] não se envolve	[ ] apoia	[X] organiza e incentiva	[ ] não se envolve	[ ] apoia	[X] organiza e incentiva
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 1.386.631	no Procon 1.330	na Justiça 4.614	na Empresa 1.452.008	no Procon 1.882	na Justiça 2.097
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 0,10%	na Empresa 100,00%	no Procon 100,00%	na Justiça 0,00%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2018:**	**6.220.986**		**Em 2017:**	**5.789.246**	
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	80,10% governo	11,26% colaboradores		77,26 % governo	13,50 % colaboradores	
	5,99 % terceiros	1,97 % retido	0,68 % acionistas	8,09 % terceiros	0,88 % retido	0,27 % acionistas

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 83.878.892/0001-55 **UF**: SC

Coordenação: Regina Schlickmann Luciano - Fone: (48) 3231-5520
E-mail: reginasl@celesc.com.br

Setor Econômico: Holding de Capital Aberto

Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030
E-mail: jbraulinos@celesc.com.br
CRC/ SC: 18.996/O-8

"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO"

"NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE"

15. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

16. AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da missão da Celesc.

Florianópolis, 29 de março de 2019.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	16.763	25.048	698.060	564.594
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	1.592.693	1.399.563
Estoques (Nota 8)	-	-	8.636	9.732
Tributos a Recuperar (Nota 15)	1.925	2.055	63.264	75.831
Dividendos a Receber	48.006	28.592	89	9.045
Ativo Financeiro – CVA e Bonif. Outorga (Nota 13)	-	-	258.170	30.277
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (Nota 26)	-	-	1.511.003	1.532.912
Outros (Nota 12)	203	19	221.505	250.663
	66.897	**55.714**	**4.353.420**	**3.872.617**
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.478	137.478	137.478	137.478
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	-	-	51.634	35.380
Partes Relacionadas (Nota 16)	2.604	6.134	3.092	6.622
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	712.532	641.806
Tributos a Recuperar (Nota 15)	-	-	21.092	19.440
Depósitos Judiciais (Nota 27)	19.678	17.623	170.350	161.430
Ativo Financeiro – VJR/Indeniz. Concessão (Nota 14)	-	-	441.030	397.355
Ativo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	276.107	241.886
Outros (Nota 12)	-	-	2.725	3.524
INVESTIMENTOS (Nota 17)	**1.616.555**	**1.644.222**	**228.663**	**216.481**
IMOBILIZADO (Nota 18)	**37**	**41**	**160.066**	**151.672**
INTANGÍVEL (Nota 19)	**5.949**	**6.452**	**3.296.556**	**3.174.561**
	1.782.301	**1.811.950**	**5.501.325**	**5.187.635**
TOTAL DO ATIVO	**1.849.198**	**1.867.664**	**9.854.745**	**9.060.252**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
CIRCULANTE				
Fornecedores (Nota 22)	1.092	1.292	1.006.854	831.582
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	-	-	320.322	88.057
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	-	-	767	-
Debêntures (Nota 24)	-	-	131.389	252.333
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	749	1.051	208.503	200.623
Tributos a Recolher (Nota 21)	86	77	223.897	208.823
Dividendos Propostos (Nota 29)	39.524	16.301	39.524	16.301
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	2.269.327	2.677.615
Partes Relacionadas (Nota 16)	-	-	15.763	19.732
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	162.776	139.305
Passivo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	-	4.638
Outros	266	206	59.856	47.658
	41.717	**18.927**	**4.438.978**	**4.486.667**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	-	-	325.026	42.409
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	-	-	272.686	
Debêntures (Nota 24)	-	-	369.873	99.883
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (Nota 25)	-	-	46.988	41.060
Tributos Diferidos (Nota 20)	-	-	10.144	9.613
Taxas Regulamentares (Nota 26)	-	-	105.948	156.610
Provisão para Contingências (Nota 27)	6.625	6.499	639.573	618.934
Passivo Atuarial (Nota 28)	-	-	1.842.197	1.738.673
Passivo Financeiro – CVA (Nota 13)	-	-	-	21.689
Outros	-	-	2.476	2.476
	6.625	**6.499**	**3.614.911**	**2.731.347**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 29)				
Capital Social	1.340.000	1.340.000	1.340.000	1.340.000
Reservas de Capital	316	316	316	316
Reservas de Lucros	1.302.766	1.185.873	1.302.766	1.185.873
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(842.226)	(687.109)	(842.226)	(687.109)
Dividendos a Disposição da AGO	-	3.158	-	3.158
	1.800.856	**1.842.238**	**1.800.856**	**1.842.238**
TOTAL DO PASSIVO	**1.849.198**	**1.867.664**	**9.854.745**	**9.060.252**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)	-	-	**7.664.544**	**7.076.936**
Receita das Vendas e Serviços	-	-	6.885.723	6.160.449
Receita de Construção – CPC 47	-	-	453.365	441.025
Receita Parcela A – CVA	-	-	322.064	473.134
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	3.392	2.328
Custos de Vendas /Serviços Prestados (Nota 31.2)	-	-	**(6.834.756)**	**(6.197.380)**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	(5.672.845)	(5.044.881)
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(13.188)	(24.700)
Custo dos Serviços Prestados	-	-	(695.358)	(686.774)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	(453.365)	(441.025)
Lucro Bruto	-	-	**829.788**	**879.556**
Despesas Operacionais	**163.833**	**63.674**	**(434.108)**	**(574.359)**
Vendas (Nota 31.2)	-	-	(233.372)	(250.948)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(26.162)	(29.447)	(315.679)	(380.590)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	(2.099)	(1.953)	95.246	47.616
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	192.094	95.074	19.697	9.563
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**163.833**	**63.674**	**395.680**	**305.197**
Receitas Financeiras (Nota 31.3)	1.341	2.870	244.943	297.306
Despesas Financeiras (Nota 31.3)	(142)	(59)	(353.436)	(446.347)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**165.032**	**66.485**	**287.187**	**156.156**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	**(122.155)**	**(89.671)**
Corrente	-	-	(107.727)	(68.395)
Diferido	-	-	(14.428)	(21.276)
Lucro Líquido do Exercício	**165.032**	**66.485**	**165.032**	**66.485**
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R$ por ação) (Nota 29)				
Lucro Básico por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	4,0374	1,50550		
Ações Preferenciais Nominativas	4,4411	1,65610		
Lucro Diluído por Ação				
Ações Ordinárias Nominativas	4,0374	1,50550		
Ações Preferenciais Nominativas	4,4411	1,65610		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Lucro Líquido do Exercício	**165.032**	**66.485**	**165.032**	**66.485**
Outros Resultados Abrangentes				
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido, Líquidos de Tributos	(153.194)	(284.300)	(153.194)	(284.300)
Resultado Abrangente do Exercício	**11.838**	**(217.815)**	**11.838**	**(217.815)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora/Consolidado								
	Capital Social	Reservas				Ajustes Avaliação Patrimonial		Lucro Acumulado	Total
		Capital	Legal	Retenção Lucros	Dividendos Disposição AGO	Custo Atribuído	Passivo Atuarial		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.340.000**	**316**	**144.619**	**988.983**	**-**	**22.363**	**(420.438)**	**-**	**2.075.843**
Resultado Abrangente Total									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	66.485	66.485
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(4.734)	-	4.734	-
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido	-	-	-	-	-	-	(284.300)	-	(284.300)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido									
Constituição de Reservas	-	-	3.324	48.947	3.158	-	-	(55.429)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	(15.790)	(15.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.340.000**	**316**	**147.943**	**1.037.930**	**3.158**	**17.629**	**(704.738)**	**-**	**1.842.238**
Ajustes Adoção Novos Pronunciamentos Contábeis (Nota 4.2.1.1)								(11.077)	(11.077)
Resultado Abrangente Total									
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	165.032	165.032
Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.923)	-	1.923	-
Remensuração de Obrigação de Planos de Benefício Definido	-	-	-	-	-	-	(153.194)	-	(153.194)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido									
Constituição de Reservas	-	-	8.252	108.431		-	-	(116.683)	-
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	210	-	-	-	-	210
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.158)	-	-	(39.195)	(42.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.340.000**	**316**	**156.195**	**1.146.571**	**-**	**15.706**	**(857.932)**	**-**	**1.800.856**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**165.032**	**66.485**	**287.187**	**156.156**
Ajustes para Conciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais				
Depreciação e Amortização	1.975	1.976	214.916	218.046
Perda com Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	45.655	53.695
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 17)	(192.094)	(95.074)	(19.697)	(9.563)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	-	-	(3.392)	(2.328)
Perda com Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	-	-	899	856
Constituição (Reversão) de Reconhecimento de *Impairment*	-	-	(4.406)	(3.092)
Juros e Variações Monetárias	(81)	(150)	180.332	112.833
Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	126	(18)	20.639	20.815
Perdas sobre Ágio em Coligadas	-	-	5.217	-
Despesas Atuariais	-	-	27.067	73.047
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	46.432	54.167
Atualização Monetária Bonificação Outorga	-	-	(41.366)	(40.808)
Aumento (Redução) nos Ativos	**(2.109)**	**369**	**(431.441)**	**(970.007)**
Contas a Receber	-	-	(271.972)	(187.508)
Tributos a Recuperar	130	758	10.915	44.475
Depósitos Judiciais	(2.055)	(366)	(8.920)	(37.094)
Estoques	-	-	1.096	274
Ativo Financeiro – (CVA, Bonificação de Outorga)	-	-	(193.817)	(381.977)
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	-	-	21.909	(303.171)
Outras Contas	(184)	(23)	9.348	(105.006)
Aumento (Redução) nos Passivos	**(433)**	**(3)**	**(530.674)**	**807.826**
Fornecedores	(200)	212	175.272	206.482
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	(302)	87	13.808	32.757
Tributos a Recolher	9	(300)	23.389	57.601
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	-	-	(53.258)	288.746
Taxas Regulamentares	-	-	(521.467)	381.255
Passivo Atuarial	-	-	(176.649)	(160.135)
Outras Contas	60	(2)	8.231	1.120
Caixa Gerado (Aplicado) pelas Operações	**(27.584)**	**(26.415)**	**(202.632)**	**471.643**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-	(116.042)	(75.689)
Juros Pagos (Nota 23 e 24)	-	-	(65.111)	(74.485)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(27.584)**	**(26.415)**	**(383.785)**	**321.469**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	(406.439)	(389.643)
Aumento de Capital em Coligadas	-	-	(9.926)	(9.926)
Dividendos Recebidos	34.608	34.702	19.712	28.008
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos	**34.608**	**34.702**	**(396.653)**	**(371.561)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	(254.268)	(201.765)
Adições nos Empréstimos e Financiamentos (Nota 23)	-	-	1.039.179	202
Ingressos de Debêntures (Nota 24)	-	-	394.292	-
Pagamento de Debêntures (Nota 24)	-	-	(249.990)	(99.990)
Pagamento de Dividendos (Nota 29)	(15.309)	(1.225)	(15.309)	(1.225)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos	**(15.309)**	**(1.225)**	**913.904**	**(302.778)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(8.285)**	**7.062**	**133.466**	**(352.870)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**25.048**	**17.986**	**564.594**	**917.464**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**16.763**	**25.048**	**698.060**	**564.594**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017 (Reapresentado)**
Receitas				
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	-	-	12.062.067	11.011.375
Receita de Construção – CPC 47	-	-	453.365	441.025
Outras Receitas	-	-	118.105	94.988
Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(46.432)	(54.167)
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	-	-	(5.771.986)	(5.148.067)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(3.727)	(3.712)	(190.492)	(206.798)
Custo de Construção – CPC 47	-	-	(453.365)	(441.025)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	-	3.092
Valor Adicionado Bruto	**(3.727)**	**(3.712)**	**6.171.262**	**5.700.423**
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.975)	(1.976)	(214.916)	(218.046)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**(5.702)**	**(5.688)**	**5.956.346**	**5.482.377**
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	95.074	19.697	9.563
Receitas Financeiras	1.341	2.870	244.943	297.306
Valor Adicionado Total a Distribuir	**187.733**	**92.256**	**6.220.986**	**5.789.246**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	**(21.888)**	**(25.318)**	**(700.305)**	**(781.527)**
Remuneração Direta	(20.994)	(23.865)	(599.540)	(681.220)
Benefícios	(293)	(374)	(74.155)	(72.313)
FGTS	(601)	(1.079)	(26.610)	(27.994)
Impostos, Taxas e Contribuições	**(468)**	**(386)**	**(4.982.974)**	**(4.472.654)**
Federais	(332)	(264)	(2.852.377)	(2.566.116)
Estaduais	(10)	(84)	(2.124.265)	(1.901.621)
Municipais	(126)	(38)	(6.332)	(4.917)
Remuneração de Capital de Terceiros	**(345)**	**(67)**	**(372.675)**	**(468.580)**
Juros	(142)	-	(33.316)	(46.976)
Aluguéis	(203)	(67)	(19.239)	(22.233)
Outras	-	-	(320.120)	(399.371)
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	(49.312)	(10.384)
Outras Despesas Financeiras	-	-	(270.808)	(388.987)
Remuneração de Capitais Próprios	**(42.353)**	**(15.790)**	**(42.353)**	**(15.790)**
Dividendos	(42.353)	(15.790)	(42.353)	(15.790)
Lucro Retido do Exercício	**(122.679)**	**(50.695)**	**(122.679)**	**(50.695)**
Valor Adicionado Distribuído	**(187.733)**	**(92.256)**	**(6.220.986)**	**(5.789.246)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a "Companhia" e em conjunto com suas controladas o "Grupo"), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R$1.340.000.000,00 representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, subsidiária integral da Celesc, em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por aproximadamente 3,0 milhões de unidade consumidoras.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Da Concessão

Em 22 de julho de 1999, a Celesc assinou o Contrato nº 56 de concessão de Distribuição de Energia Elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição foi repassada à Celesc D.

A referida concessão teve prazo de vigência até 07 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos, ou seja, até 07 de julho de 2045. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio Órgão Regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por aproximadamente 3,0 milhões de clientes.

b) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, os custos variáveis da energia do mercado regulado passaram a ser cobertos pelos adicionais das Bandeiras Tarifárias, que têm como objetivo sinalizar aos consumidores os custos reais com a geração de energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. As variações que ocorriam nos custos de geração de energia eram repassadas ao consumidor somente nos processos tarifários anuais das distribuidoras. Com a Bandeira Tarifária, os custos são repassados no mês de consumo do acionamento das bandeiras amarela e vermelha.

As faixas de acionamento e os adicionais aprovados para 2017 das bandeiras tarifárias foram:
i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
ii) Bandeira Amarela: R$2,00 a cada 100Kwh;
iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R$3,00 a cada 100Kwh;
iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R$3,50 a cada 100Kwh.

A ANEEL, em 24 de outubro de 2017, revisou a metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. Os valores a seguir passaram a vigorar a partir da bandeira tarifária de novembro de 2017:

i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
ii) Bandeira Amarela: R$1,00 a cada 100Kwh;
iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R$3,00 a cada 100Kwh;
iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R$5,00 a cada 100Kwh.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:
i) Bandeira Verde: valor do Custo Variável Unitário – CVU das Usinas Térmicas for inferior a R$211,28/MWh;
ii) Bandeira Amarela: valor do CVU igual ou superior a R$211,28/MWh e inferior a R$422,56/MWh; e
iii) Bandeira Vermelha:

Patamar 1: valor do CVU for igual ou superior a R$422,56/MWh e inferior a R$610/MWh; e
Patamar 2: valor do CVU for igual ou superior ao limite a R$610/MWh.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em 2018 foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R$ mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	-	-	-
Fevereiro	Verde	-	1.627	516/2018
Março	Verde	1.905	-	728/2018
Abril	Verde	1.868	-	981/2018
Maio	Amarela	2.458	-	1.210/2018
Junho	Vermelha – Patamar 2	5.688	-	1.472/2018
Julho	Vermelha – Patamar 2	40.692	-	1.706/2018
Agosto	Vermelha – Patamar 2	4.318	-	1.965/2018
Setembro	Vermelha – Patamar 2	4.262	-	2.258/2018
Outubro	Vermelha – Patamar 2	3.657	-	2.498/2018
Novembro	Amarela	5.867	-	2.807/2018
Dezembro	Verde	13.210	-	010/2019

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial em face da ANEEL, objetivando questionar o Despacho nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária integral.

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1(uma) transmissora.

Notas Explicativas
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir.

Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
Usina Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
Usina Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
Usina Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
Usina Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
Total			**106,97**	**67,19**	

* Usinas com potência inferior a 5MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei nº 13.360/16)

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme tabela a seguir:

Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30*	13,92	2020	Licitação das Obras
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D***	Análise na EPE
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D***	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D***	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	**	0,00	1,00	1,00	N/D***	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	**	3,83	10,00	13,83	N/D***	Em Estudo de Inventário
Total			**65,45**	**47,55**	**96,28**		

* Em 2018 o projeto passou por consolidação, sendo que no encerramento do exercício encontrava-se em análise pela ANEEL.
** Usinas com potência inferior a 5MW estão dispensadas do ato de concessão
*** Depende de trâmites regulatórios

O parque de geração já em operação em parceria com investidores privados no formato de SPE possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW de potência instalada, conforme tabela adiante.

Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física(MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			**31,78**	**17,74**		**11,24**	**6,26**

A Celesc G possui participação societária em outros dois empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 5,98MW de potência instalada proporcional, conforme tabela a seguir:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Painel	São Joaquim/SC	18/03/2043	9,20	32,5%	2,99	N/D	*
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
Total			**19,15**		**5,03**		

Em 10 de dezembro de 2018, os empreendimentos PCH Painel e PCH Campo Belo enviaram à ANEEL pedido de anuência prévia para operação de alteração de controle direto de agente de geração de energia elétrica.

A Celesc G pretende transferir a totalidade de sua participação na PCH Painel à empresa Astic EN Participações S.A.. A ANEEL anuiu essa ação previamente, por meio do Despacho no 045 de 08 de janeiro de 2019, estabelecendo prazo para implementação da operação em até 120 dias, a contar da data de publicação do Despacho.

A Celesc G pretende, ainda, transferir a totalidade de sua participação na PCH Campo Belo às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda. (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda. (50%). A anuência prévia da ANEEL foi aprovada, por meio do Despacho nº 220 de 25 de janeiro de 2019, com prazo para implementação da operação de até 120 dias, a contar da data de publicação desse documento.

2.1.2.1. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, o terceiro maior projeto ofertado no leilão de abril de 2017, com investimentos previstos em R$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

A entrada em operação comercial estabelecida pela ANEEL é agosto de 2022 e os requerimentos das Licenças Prévias antes do prazo previsto favorecem o início da Licença de Instalação e, consequentemente, o início das obras antecipadas para construção dos projetos.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

EMPRENDIMENTO	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MWA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.1.2.2. Ambiente Regulatório

a) Concessões Prorrogadas

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW) bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021. Em 2018, o projeto passou por processo de consolidação, o qual foi encaminhado para a ANEEL e a Celesc G já iniciou os procedimentos internos para contratação das obras.

b) Fator de Ajuste da Garantia Física

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor – GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais. Em meados de agosto o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. O Relator ouvirá as partes e demais interessados no prazo de 15 dias. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação, ressalvando que existem outros IRDR's já instaurados sobre o mesmo objeto perante o TRF da 1ª Região.

A Celesc G vem monitorando permanentemente o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento autuada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

O TJSC, por meio de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o Estado de Santa Catarina interpôs Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados em 06 de setembro de 2018. Na sequência, em 16 de outubro de 2018 o Estado de Santa Catarina interpôs Recursos Especial ao STJ e Extraordinário ao STF, assim como em 19 de outubro de 2018 a Celesc interpôs Recurso Especial ao STJ, sendo que no momento todos eles se encontram pendentes de apreciação pelo juízo de admissibilidade do TJSC antes de subirem aos Tribunais Superiores.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525kV/230kV) e Gaspar (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2%, são os demais sócios.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%. O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par detentora de 18,03% e Codesc com 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A presente demonstração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2019, conforme estabelecem os artigos 17 e 18 da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 505, de 19 de junho de 2006.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações são:

a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7)
b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
f) Contingências; (Nota 27)
g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras, Individual e Consolidada.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

Como resultado das mudanças nas políticas contábeis da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota abaixo, o *IFRS* 9/CPC 48 e o *IFRS* 15/CPC 47 foram adotados sem a reapresentação da informação comparativa.

As reclassificações e os ajustes decorrentes das novas regras de *impairment* e de reconhecimento de receitas não se encontram, portanto, refletidos no balanço ajustado de 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecidos no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

4.2.1. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018 e tiveram impactos materiais para o Grupo:

***IFRS* 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros"** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros. As principais alterações que o *IFRS* 9/CPC48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para Ativos Financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge.*

A reapresentação das informações comparativas, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, de períodos anteriores não é exigida. Desta maneira, com a aplicação inicial do *IFRS* 9/CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu em lucro acumulado as diferenças dos saldos contábeis de ativos financeiros referentes às perdas de crédito esperadas relacionadas às Contas a Receber de Clientes, devido ao impacto de equivalência decorrente do ajuste na Controlada Celesc D.

O valor do impacto no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2018, foi de R$11,1 milhões. Na Celesc D a contrapartida deste registro foi R$16,8 milhões em de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD e R$5,7 milhões em Tributos e Contribuições Sociais Diferidos e representam a melhor expectativa de perdas de crédito na data base das Demonstrações Financeiras.

4.2.1.1. Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ *IFRS* 9	01 de janeiro de 2018	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ *IFRS* 9	01 de janeiro de 2018
ATIVO CIRCULANTE						
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.399.563	(16.784)	1.382.779
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	1.644.222	(11.077)	1.633.145	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-	-	-	641.806	5.707	647.513
TOTAL ATIVO	**1.867.664**	**(11.077)**	**1.856.587**	**9.060.252**	**(11.077)**	**9.049.175**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucros Acumulados	-	(11.077)	(11.077)	-	(11.077)	(11.707)
TOTAL PASSIVO	**1.867.664**	**(11.077)**	**1.856.587**	**9.060.252**	**(11.077)**	**9.049.175**

Em 1º de janeiro de 2018, data da adoção inicial do *IFRS* 9/CPC 48, a administração avaliou quais modelos de negócio se aplicavam aos ativos financeiros mantidos pelo Grupo e classificou os instrumentos financeiros nas devidas categorias da nova norma. Os principais efeitos provenientes dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

	Consolidado
31 de dezembro 2017	01 de janeiro 2018
Empréstimos e Recebíveis	**Custo Amortizado**
Caixa e Equivalentes de Caixa	Caixa e Equivalentes de Caixa
Contas a Receber de Clientes	Contas a Receber de Clientes
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)	Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga
Ativos Financeiro – CVA	Ativos Financeiro – CVA
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA**
Título e Valores Mobiliários	Título e Valores Mobiliários
Ativo Indenizatório/(Concessão)	**Valor Justo Por Meio Do Resultado – VJR**
	Ativo Indenizatório/(Concessão)

Reclassificação de Disponível para Venda para Valor Justo por Meio do Resultado

O Ativo Indenizatório (Concessão) foi reclassificado de disponíveis para venda para ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (R$397,4 milhões em 1º de janeiro de 2018). Eles não atingiram os critérios do *IFRS* 9/CPC 48 para serem classificados ao custo amortizado, porque os seus fluxos de caixa não representam apenas pagamentos do principal e de juros.

Reclassificação de Disponível para Venda para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Certos investimentos patrimoniais foram reclassificados de disponíveis para venda para valor justo por meio de outros resultados abrangentes (R$137,5 milhões em 1º de janeiro de 2018). O Grupo escolheu apresentar em outros resultados abrangentes as mudanças no valor justo de tais investimentos patrimoniais anteriormente classificados como disponíveis para venda, pois esses investimentos não eram mantidos para negociação.

Reclassificação Empréstimos e Recebíveis para Custo Amortizado

Os ativos anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis**,** são agora classificados ao custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento a fim de coletar os fluxos de caixa contratuais, que consistem apenas em pagamentos do principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

***IFRS* 15/CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes" –** Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

A *performance* das distribuidoras em relação a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores é percebida pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais a Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC e a Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC.

Conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, essas penalidades estão classificadas na Despesa Operacional.

Com a adoção da nova norma, a Celesc D reclassificou R$14,3 milhões, em 2017, de Custo dos Serviços Prestados para Receita de Vendas e Serviço de Energia Elétrica, referente às penalidades DIC e FIC, reconhecendo a Receita de forma líquida de contraprestação variável.

4.2.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado		
	31 de dezembro 2017	**Reclassificação (CPC 47)**	**31 de dezembro 2017 (Reapresentado)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**7.091.235**	**(14.299)**	**7.076.936**
Receita das Vendas e Serviços	6.174.748	**(14.299)**	6.160.449
Receita de Construção	441.025	-	441.025
Receita Parcela A – CVA	473.134	-	473.134
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	2.328	-	2.328
Custos de Vendas /Serviços Prestados	**(6.211.679)**	**14.299**	**(6.197.380)**
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.044.881)	-	(5.044.881)
Custo dos Produtos Vendidos	(24.700)	-	(24.700)
Custo dos Serviços Prestados	(701.073)	**14.299**	(686.774)
Custo de Construção	(441.025)	-	(441.025)

4.2.1.3. Demonstração do Valor Adicionado

	Consolidado		
	31 de dezembro 2017	Reclassificação (CPC 47)	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
Receitas	**11.507.520**	**(14.299)**	**11.493.221**
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.025.674	(14.299)	11.011.375
Receita de Construção	441.025	-	441.025
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(54.167)	-	(54.167)
Outras Receitas	94.988	-	94.988
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(5.807.097)**	**14.299**	**(5.792.798)**
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(5.148.067)	-	(5.148.067)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(221.097)	14.299	(206.798)
Perdas/Recuperação de Ativos	3.092	-	3.092
Custo de Construção	(441.025)	-	(441.025)

4.3. Novas Normas e Interpretações

A seguinte nova norma foi emitida pelo *IASB*, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

***IFRS* 16/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" –** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS* 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS* 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

O Grupo realizou uma análise pertinente ao assunto e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação da nova norma.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa.

4.4. Principais Políticas Contábeis

4.4.1. Base de Consolidação

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

a) Principais Procedimentos de Consolidação

Os principais procedimentos de eliminação na consolidação são: saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; participações das entidades controladas no patrimônio líquido da controladora; e saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As subsidiárias integrais são consolidadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

c) Coligadas e Controladas em Conjunto

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto (*joint ventures*) são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

4.4.2. Apresentação de Informações por Segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o órgão principal na tomada de decisões operacionais e estratégicas do Grupo (Nota 31).

As mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento são idênticas às utilizadas nas preparações das Demonstrações Financeiras do Grupo.

4.4.3. Conversão de Moeda Estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados são reconhecidos no resultado financeiro.

4.5. Instrumentos Financeiros

4.5.1. Classificação

Os ativos financeiros são classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta classificação é decorrente da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial e os avalia periodicamente.

a) Custo Amortizado

Fazem parte dessa categoria os ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais originam fluxos de pagamentos somente do principal e juros.

b) Valor Justo por Meio do Resultado – VJR

A Celesc classifica como VJR os investimentos em infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de geração de sujeitos à indenização, uma vez que a alteração no valor justo desse ativo será reconhecida no resultado.

c) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA

A norma requer que o ativo financeiro avaliado ao VJORA atenda os seguintes critérios: seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e dê origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Estão classificados os investimentos sobre os quais não se aplica o método de equivalência.

4.5.2. Reconhecimento e Mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (c) valor justo por meio do resultado.

4.5.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (Nota 13.1)

4.5.4. *Impairment* de Ativos Financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre os riscos de inadimplências e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer as premissas e selecionar os dados para o cálculo de *impairment* com base no histórico da Empresa, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras.

Quando houver evidências de perda, ou seja, o valor recuperável é inferior ao valor contábil do ativo, a perda será reconhecida como despesa na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, por causa de evento ocorrido após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda é reconhecida como receita na demonstração do resultado.

4.5.4.1. Política Contábil Anterior para, *Impairment* Ativos Financeiros

No exercício anterior, o Grupo avaliava, no final de cada período, se havia evidência objetiva de *impairment*. O montante da perda por *impairment* era mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

4.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo médio das compras no ativo circulante e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor.

4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido, sendo reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. No ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos diferidos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidade e autoridade tributáveis.

4.8. Depósitos Judiciais

A Companhia mantém registrado nesta rubrica valores, depositados para fazer jus ao contingenciamento dos processos judiciais (tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios, ambientais).

4.9. Imobilizado

O Imobilizado compreende, principalmente, reservatórios, barragens, adutoras, edificações, máquinas e equipamentos e obras civis e benfeitorias da Celesc G. São mensurados pelo seu custo histórico, ajustado pelo custo atribuído, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

O custo de ativos construídos pela própria Celesc G inclui: (i) o custo de materiais; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que sejam capazes de operar; e (iii) os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que existam benefícios econômicos futuros e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas será revertido. Em caso de reparos e manutenções, os custos incorridos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Ganhos e Perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em Outras Receitas/Despesas operacionais no resultado.

a) Depreciação

Para os ativos das usinas que possuem contrato de registro, para aqueles localizados na Administração Central e para aqueles que os contratos de concessão preveem indenização ao final da concessão, a depreciação é determinada de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015.

Para os ativos em que não há previsão de indenização ao final do contrato de concessão, a depreciação é baseada no prazo de concessão definido em contrato ou vida útil, dos dois o menor.

4.10. Intangíveis

Os intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis, deduzidos da amortização acumulada apurada em base linear ou pela vida útil definida em contratos ou, ainda, pelo prazo de concessão.

a) Contratos de Concessões

Os direitos sobre as infraestruturas, operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando o Grupo tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços do prestados pelo Grupo.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

b) Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e amortizado com base no prazo da concessão.

c) Programas de Computador – *Softwares*

Licenças adquiridas de *softwares* são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (Nota 19). Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

d) Uso do Bem Público – UBP

O UBP, instituído pela da Lei Federal nº 9.074/1995 e alterações, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica.

4.11. *Impairment* de Ativos não Financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio, são revistos anualmente, buscando identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, quando eventos ou alterações indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

Havendo perda por redução no valor recuperável, ela é reconhecida no resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs) identificáveis separadamente.

A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo, líquido de depreciação ou amortização, não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Este procedimento não se aplica ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

4.12. Ativo Financeiro

Refere-se a um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.12.1. Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.12.2. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, que são reconhecidas quando há aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

4.12.3. Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição e geração de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados no período de concessão. Estes ativos financeiros são classificados como valor justo por meio do resultado.

É importante ressaltar que este não é um ativo como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e relacionadas à infraestrutura.

A partir de 2012, com o advento da MP nº 579/2012 (convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), o ativo financeiro de concessão de distribuição é mensurado pelo Valor Novo de Reposição – VNR, o qual é homologado pela ANEEL a cada ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP.

Salienta-se que a revisão tarifária periódica da Celesc D ocorre a cada cinco anos, conforme Contrato de Concessão, e somente nessa data a Base de Remuneração Regulatória – BRR é homologada pela ANEEL pelo VNR depreciado.

Nos períodos entre as datas da Revisão Tarifária Periódica – RTP, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da BRR entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como fator de atualização do valor justo da BRR.

4.12.4. Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, teve a contabilização embasada no ICPC 01 – Contratos de Concessão, sendo considerado como ativo financeiro, classificado como custo amortizado, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Estes valores foram contabilizados inicialmente quando do pagamento em contrapartida a Caixa e Equivalente de Caixa. Mensalmente o saldo é atualizado pela TIR e monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

4.12.5. Ativo Financeiro – Parcela A – CVA

O Ativo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" – CVA destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo da conta é atualizado com base na taxa de juros Selic.

Conforme regra contábil descrita anteriormente (Nota 4.4.2), os ativos e passivos financeiros – Parcela A – CVA, são compensados e reportados no balanço patrimonial pelo valor líquido. Este ativo financeiro é classificado como custo amortizado.

4.12.6. Subvenção e Repasse da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica de Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido.

4.13. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

4.13.1. Conta Bandeira Tarifária

Estes valores foram contabilizados na rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida da Receita Operacional Bruta na rubrica Ativo/Passivo Financeiro. (Nota 12).

4.14. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A sua baixa ocorre quando suas obrigações contratuais são liquidadas, retiradas ou canceladas.

4.14.1. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por encargos de uso da rede elétrica, compra de energia elétrica, materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

4.14.2. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados, líquidos dos custos da transação, e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demande um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles resultarão benefícios econômicos futuros para a entidade, e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.14.3. Debêntures

As Debêntures são reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.14.4. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Estes valores foram contabilizados na rubrica Taxas Regulamentares, vinculadas ao Serviço Concedido.

4.14.5. Reserva Matemática à Amortizar

Passivo Atuarial referente a dívida pactuada com a Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos relacionada a mudança do Plano Previdenciário (Benefício Definido – BD, para Contribuição Definida – CD).

4.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

4.16. Benefícios a Empregados e Aposentados

a) Obrigações com Fundo Pensão

A Celesc D possui em seu rol de benefícios aos empregados planos previdenciários nas modalidades da Benefício Definido – BD, Contribuição Variável – CV e Contribuição Definida – CD. Os planos BD e CV tem por característica a aposentadoria com uma renda vitalícia, definida com base no regulamento do plano (BD) ou de acordo com o saldo na conta de aposentadoria e expectativa de vida (CV).

O passivo relacionado aos planos previdenciários é o valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor dos ativos do plano. A obrigação do benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Para os planos de contribuição definida, a Celesc D paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc D não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b) Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício, o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Companhia e seus empregados. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

4.17. Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

4.18. Distribuição de Dividendos

A Companhia reconhece no passivo circulante, no encerramento do exercício social, o montante do dividendo mínimo de 25% do lucro ajustado, aprovado pelo Conselho de Administração, a ser distribuído aos acionistas. Valores acima do mínimo obrigatório, definidos pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, são reconhecidos no Patrimônio Líquido e somente são provisionados quando aprovados em Assembleia Geral Ordinária – AGO pelos acionistas.

4.19. Capital Social

As ações Ordinárias e as Preferenciais são classificadas no Patrimônio Líquido.

4.20. Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada, estimativa de energia fornecida e não faturada no curso normal das atividades do Grupo. É apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: a) os valores das receitas, dos custos incorridos e das despesas da transação possam ser mensurados com segurança; b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; c) o Grupo não detém mais a gestão e controle sobre a energia vendida ou distribuída; e d) os riscos e benefícios relacionados à energia vendida ou distribuída são transferidos ao comprador/consumidor.

a) Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, assim como dos ajustes e adicionais específicos.

b) Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e comercializado no Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

c) Disponibilidade da Rede Elétrica

São contabilizadas as receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição pela própria Concessionária por meio de suas atividades.

d) Energia de Curto Prazo

A Energia de Curto Prazo é um segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE onde são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados pelos agentes e os montantes de geração e de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

e) Ativo e Passivo Financeiro

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros.

f) Doações e Subvenções

As receitas de doações e subvenções são reconhecidas pelo regime de competência conforme a essência dos contratos e ou convênios aplicáveis. São reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) a entidade cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização será a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução do passivo.

g) Receita de Construção

A Empresa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade-fim da empresa é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

h) Receita de Atualização Valor Novo de Reposição – VNR

Refere-se à atualização pelo IPCA do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo VNR.

i) Receita de Atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um Contrato de Concessão o Grupo reconhece a receita financeira de juros efetivos, vinculada à correção da parcela do valor pago a título de bonificação de outorga, dentro do grupo de "Receita Operacional".

Para cada usina existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga – RBO. A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão.

j) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

k) Receita de Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Risco de Liquidez

Acesso a Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, através do comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

							Consolidado 31 de dezembro 2018
Descrição	**Taxas %**	**Menos de um mês**	**De um a Três meses**	**De três meses a um Ano**	**Entre um e cinco anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Contas a Receber		1.520.294	45.756	26.643	44.030	7.604	1.644.327
Caixa e Equivalente de Caixa		698.060	-	-	-	-	698.060
Depósitos Judiciais		-	-	-	170.350	-	170.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 26)		1.511.003	-	-	-	-	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA		18.946	37.994	174.227	31.176	-	262.343
Bonificação Outorga	IPCA	2.745	5.421	23.612	105.123	184.770	321.671
Partes Relacionadas		-	-	3.092	-	-	3.092
Total Ativo		**3.751.048**	**89.171**	**227.574**	**350.679**	**192.374**	**4.610.846**
Empréstimos CDI	CDI + 1,25% a 1,30%	1.730	-	-	361.044	-	362.774
Empréstimo Bancário	7,40% a.a. a 7,67% a.a.	1.125	150.927	154.070	-	-	306.122
Eletrobras	5% a.a.	1.186	2.343	6.024	4.741	1.577	15.871
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	741	1.337	6.132	22.983	379	31.572
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	3.657	-	103.781	301.612	-	409.050
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	867	26.951	150.804	-	178.622
Fornecedores		478.966	527.888	-	-	-	1.006.854
Partes Relacionadas		15.763					15.763
Conta Desenvolvimento Energético – CDE [i]		2.069.926	-	-	-	-	2.069.926
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	11.795	9.863	46.844	350.396	127.601	546.499
BID	3,42% a.a.	-	-	777	-	322.616	323.393
Total Passivo		**2.584.889**	**693.225**	**344.579**	**1.191.580**	**452.173**	**5.266.446**

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (Celos), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.1.3. Categoria Mercado:

Risco de Empréstimos

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e Debêntures.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseada em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento, comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço, etc.) das cláusulas acordadas, expondo a Celesc G a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, através de não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

Faturamento

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

5.2.2. Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.2.4. Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão de Pessoas

Risco de perdas pela ausência de profissionais capacitados, limitações de contratações impostas pela legislação e mecanismos de retenção dos colaboradores dificultando o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia.

Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas provocados pela ausência ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo, por meio de treinamentos e atualização das melhores práticas, tornando a "inteligência" disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de *Compliance*

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a empresa a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da empresa, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, mais especificamente na valoração da Base de Remuneração Regulatória, resultando em Parcela B inferior ao esperado.

Extinção da Concessão

a) Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi [1]	FECi [2]	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR[3][2]]}≤1/0,8*SELIC[4]	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

[1] DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;
[2] FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidor

[3] QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;
[4]Selic limitada a 12,87% a.a.

b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Celesc, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Tributário

Risco de perdas pelo não cumprimento da legislação, pela incorreta interpretação das regras ou por contabilização indevida ou ainda por mudança intempestiva da legislação tributária.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocados por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

5.4. Risco Estratégico

5.4.1. Risco de Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação do Grupo perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Risco de Estratégia

Gestão Estratégica

Risco de planejamento estratégico inadequado em relação a realidade de mercado e contexto interno, e tomada de decisões desalinhadas com os objetivos traçados.

Cenário Político e Estratégico

Risco de impacto nas atividades do grupo, decorrentes de alterações de diretrizes políticas, nas esferas estadual, federal e mundial, assim como decisões que possam impactar no planejamento estratégico da Companhia.

5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018:

Consolidado

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI[1] (%)			**6,44%**	**8,05%**	**9,66%**
	Aplicações Financeiras	577.100	37.165	46.457	55.748
	Empréstimos	301.725	19.431	1.251	81
	Debêntures	(273.453)	(17.610)	(22.013)	(26.416)
SELIC			**6,68%**	**8,35%**	**10,02%**
	Ativo Financeiro – CVA	253.259	16.918	21.147	25.377
	Parcelamento CDE	-	-	-	-
IPCA[2] (%)			**3,75%**	**4,69%**	**5,63%**
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	183.762	6.891	8.618	10.346
	Bonificação de Outorga	281.018	10.538	13.180	15.821
	Reserva Matemática a Amortizar	(424.593)	(15.922)	(19.913)	(23.905)

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

[1] Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT M19 com vencimento em 03/06/2019 (fechamento 14/01/2019)
[2]IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e Debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	645.348	130.466
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	273.453	-
Debêntures	501.262	352.216
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(698.060)	(564.594)
Dívida Líquida	722.003	(81.912)
Total do Patrimônio Líquido	**1.800.856**	**1.842.238**
Total do Capital	**2.522.859**	**1.760.326**
Índice de Alavancagem Financeira (%)	**28.62%**	**-4,65%**

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

		Consolidado
	31 de dezembro 2018	**31 de dezembro 2017**
Descrição – Nível 3		
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	441.030	397.355
Total do Ativo	**578.508**	**534.833**

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) abordagem de mercado;
b) abordagem de custo;
c) abordagem de receita;
d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	-	-	698.060
Contas a Receber de Clientes	2.289.499	-	-	2.289.499
Partes Relacionadas	3.092	-	-	3.092
Depósitos Judiciais	170.350	-	-	170.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório (Concessão)	-	441.030	-	441.030
Ativo Financeiro – CVA	253.259	-	-	253.259
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Outros	-	-	217	217
	5.206.281	**441.030**	**137.478**	**5.784.789**
Passivo				
Fornecedores	1.006.854	-	-	1.006.854
Eletrobrás	14.865	--	-	14.865
Empréstimos	630.483	-	-	630.483
BID	273.453	-	-	273.453
Debêntures	501.262	-	-	501.262
Partes Relacionadas	15.763	-	-	15.763
Reserva Matemática a Amortizar	424.593	-	-	424.593
Encargos Setoriais – CDE	2.069.926	-	-	2.069.926
	4.937.199	**-**	**-**	**4.937.199**

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2017.

Consolidado

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	564.594	-	-	564.594
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	397.355	-	397.355
Contas a Receber de Clientes	2.017.527	-	-	2.017.527
Partes Relacionadas	6.134			6.134
Depósitos Judiciais	161.430			161.430
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13)	1.532.912	-	-	1.532.912
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	272.163	-	-	272.163
Outros	-	-	217	217
	4.554.760	**397.355**	**137.478**	**5.089.593**
Passivo				
Fornecedores	831.582	-	-	831.582
Empréstimos	161.031	-	-	161.031
Debêntures	352.216	-	-	352.216
Partes Relacionadas	19.732	-		19.732
Reserva Matemática a Amortizar	460.992	-	-	460.992
Encargos Setoriais – CDE	2.562.138	-	-	2.562.138
Passivo Financeiro – CVA	26.327	-	-	26.327
	4.414.018	**-**	**-**	**4.414.018**

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	800.485	1.145.115
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	810.699	249.283
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	678.315	623.129
	2.289.499	**2.017.527**

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Almoxarifado	8.494	9.628
Outros	142	104
	8.636	**9.732**

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Recursos em Banco e em Caixa	308	46	120.960	129.086
Aplicações Financeiras	16.455	25.002	577.100	435.508
	16.763	**25.048**	**698.060**	**564.594**

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 99,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA				
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	**137.478**	**137.478**	**137.478**	**137.478**

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a.

Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de dezembro de 2018.

Conciliação do Valor Contábil:

	Controladora	Consolidado
Descrição	**Total**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2017	**137.261**	**137.261**
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2018	**137.261**	**137.261**

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

					Consolidado
Descrição	**Saldos a Vencer**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Consumidores					
Residencial	458.353	138.944	98.313	695.610	595.065
Industrial	249.353	43.715	361.624	654.692	613.108
Comércio, Serviços e Outros	290.084	48.095	96.009	434.188	374.307
Rural	86.648	12.760	21.257	120.665	108.314
Poder Público	67.977	2.023	9.428	79.428	73.668
Iluminação Pública	35.912	325	16.417	52.654	48.488
Serviço Público	30.917	419	1.316	32.652	28.748
	1.219.244	**246.281**	**604.364**	**2.069.889**	**1.841.698**
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	109.394	6.334	12.939	128.667	113.406
Transações no Âmbito da CCEE	33.734	-	29.035	62.769	28.483
Outros Créditos	-	4.324	23.850	28.174	33.940
	143.128	**10.658**	**65.824**	**219.610**	**175.829**
	1.362.372	**256.939**	**670.188**	**2.289.499**	**2.017.527**
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes (b)				(645.172)	(582.584)
				1.644.327	**1.434.943**
			Circulante	**1.592.693**	**1.399.563**
			Não Circulante	**51.634**	**35.380**

O Ofício ANEEL/SFF nº 84/2018 determina que deverão compor a base de cálculo da alíquota efetiva, o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as Receitas Financeiras da atualização dos Ativos Regulatórios e da atualização do Ativo Financeiro da Concessão.

A Diretoria da Companhia, em conformidade com o referido Ofício, aprovou a cobrança dos valores retroativos de maio de 2015 a fevereiro de 2018, atualizados monetariamente pela Selic, no montante de R$13,5 milhões, na alíquota efetiva repassada aos consumidores em março de 2018 com reflexos financeiros em maio de 2018.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

As perdas esperadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Consumidores		
Residencial	101.233	91.692
Industrial	225.637	207.302
Têxtil (i)	114.614	114.613
Comércio, Serviços e Outras	92.933	81.559
Rural	18.271	10.597
Poder Público	11.287	11.436
Iluminação Pública	15.862	14.543
Serviço Público	1.321	1.382
Concessionárias e Permissionárias (ii)	31.469	16.533
Consumidores Livres	8.829	8.312
Outros	23.716	24.615
Total	**645.172**	**582.584**
Circulante	**530.558**	**467.971**
Não Circulante	**114.614**	**114.613**

b.1) Movimentação

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**528.417**
Provisão Constituída no Período	108.707
Baixas de Contas a Receber	(54.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**582.584**
Provisão Constituída no Período	52.499
Baixas de Contas a Receber	(6.695)
Ajuste CPC 48	16.784
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**645.172**

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A.

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	16.888
Buettner S.A.	18.231
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**136.128**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	(21.515)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**114.613**
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Buettner S.A.	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**114.613**
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**114.613**
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**114.613**

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor – GSF*

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R$29.035 em 31 de dezembro de 2018.

Do montante total, foi revertido no exercício de 2018 o valor de R$1.196 devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que o valor provisionado em 2018 é de R$14.850, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

b.3) Movimentação da PECLD da *GSF*

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**10.583**
Provisão Constituída no Período	16.075
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(11.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**15.381**
Provisão Constituída no Período	13.020
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**27.265**

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

		Consolidado
Outros Créditos a Receber	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Circulante	**221.505**	**250.663**
Pessoal a Disposição	2.888	3.209
Adiantamento Proinfa	17.098	14.519
Adiantamentos Diversos	334	3.286
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	51.778	65.612
Compartilhamento de Infraestrutura	10.441	3.631
Conta Bandeiras	13.210	54.825
Programa Baixa Renda	50.240	15.282
Eletrosul	34.643	46.733
Outras Contas (i)	40.873	43.566
Não Circulante	**2.725**	**3.524**
Outras Contas	2.725	3.524
Total	**224.230**	**254.187**

(i) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

								Consolidado	
Ativos Financeiros Setoriais	**31 de dezembro 2016**	**Adição**	**Amortização**	**Remuneração**	**31 de dezembro 2017**	**Amortização**	**Constituição**	**Circulante**	**Não Circulante**
CVA Ativa	**145.599**	**558.022**	**(96.313)**	**11.841**	**619.149**	**87.149**	**532.000**	**308.816**	**310.333**
Energia	90.135	499.598	(47.204)	9.218	551.747	71.850	479.897	271.807	279.940
Proinfa	22.208	-	(22.208)	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	30.215	45.656	(24.375)	2.164	53.660	13.857	39.803	30.442	23.218
Transporte de Energia	3.041	12.768	(2.526)	459	13.742	1.442	12.300	6.567	7.175
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**122.319**	**10.945**	**(75.892)**	**3.835**	**61.207**	**41.917**	**19.290**	**49.953**	**11.254**
Neutralidade da Parcela A	121.714	10.945	(75.287)	3.835	61.207	41.917	19.290	49.953	11.254
Outros	605	-	(605)	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	**267.918**	**568.967**	**(172.205)**	**15.676**	**680.356**	**129.066**	**551.290**	**358.769**	**321.587**

Notas Explicativas

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Consolidado

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**619.149**	**576.792**	**(400.256)**	**80.421**	**876.106**	**480.685**	**395.421**	**645.444**	**230.662**
Energia	551.747	438.835	(312.552)	73.511	751.541	369.527	382.014	528.700	222.841
Proinfa	-	7.940	(3.115)	470	5.295	4.781	514	4.995	300
Transporte Rede Básica	53.660	52.652	(49.676)	5.304	61.940	54.989	6.951	57.885	4.055
Transporte de Energia	13.742	9.159	(8.010)	1.136	16.027	10.085	5.942	12.561	3.466
CDE	-	68.206	(26.903)	-	41.303	41.303	-	41.303	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**61.207**	**10.638**	**(41.917)**	**650**	**30.578**	**-**	**30.578**	**12.741**	**17.837**
Neutralidade da Parcela A	61.207	10.638	(41.917)	650	30.578	-	30.578	12.741	17.837
Total Ativos Financeiros Setoriais	**680.356**	**587.430**	**(442.173)**	**81.071**	**906.684**	**480.685**	**425.999**	**658.185**	**248.499**

Consolidado

Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2017	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	**(359.006)**	**(430.995)**	**200.629**	**(13.498)**	**(602.870)**	**(139.689)**	**(463.181)**	**(332.681)**	**(270.189)**
Proinfa	-	(12.336)	4.770	(1.080)	(8.646)	(8.646)	-	(8.646)	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(278.535)	150.307	(18.090)	(349.634)	(113.269)	(236.365)	(211.755)	(137.879)
CDE	(155.690)	(140.124)	45.552	5.672	(244.590)	(17.774)	(226.816)	(112.280)	(132.310)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**(58.931)**	**(48.729)**	**7.241**	**(3.394)**	**(103.813)**	**(13.361)**	**(90.452)**	**(30.726)**	**(73.087)**
Sobrecontratação de Energia	(19.662)	-	-	(3.077)	(22.739)	-	(22.739)	(9.474)	(13.265)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(45.393)	6.585	(1.806)	(79.883)	12.170)	(67.713)	(20.061)	(59.822)
Outros	-	(3.336)	656	1.489	(1.191)	(1.191)	-	(1.191)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	**(417.937)**	**(479.724)**	**207.870**	**(16.892)**	**(706.683)**	**(153.050)**	**(553.633)**	**(363.407)**	**(343.276)**

Consolidado

Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	31 de dezembro 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	**(602.870)**	**(60.105)**	**259.567**	**(30.589)**	**(433.997)**	**(184.037)**	**(249.960)**	**(288.187)**	**(145.810)**
Proinfa	(8.646)	-	8.646	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(22)	-	22	-	-	-	-	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(349.634)	(206.570)	233.147	(22.702)	(345.759)	(184.037)	(161.722)	(251.421)	(94.338)
CDE	(244.590)	146.487	17.774	(7.909)	(88.238)	-	(88.238)	(36.766)	(51.472)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	**(103.813)**	**(202.133)**	**94.689**	**(8.171)**	**(219.428)**	**(175.601)**	**(43.827)**	**(143.261)**	**(76.167)**
Neutralidade da Parcela A	-	(19.431)	8.161	(1.259)	(12.529)	(12.529)	-	(12.529)	-
Sobrecontratação de Energia	(22.739)	(72.475)	28.587	(1.528)	(68.155)	(43.888)	(24.267)	(53.999)	(14.156)
Devoluções Tarifárias	(79.883)	(47.962)	31.111	(2.649)	(99.383)	(79.823)	(19.560)	(37.372)	(62.011)
Outros	(1.191)	(62.265)	26.830	(2.735)	(39.361)	(39.361)	-	(39.361)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	**(706.683)**	**(262.238)**	**354.256**	**(38.760)**	**(653.425)**	**(359.638)**	**(293.787)**	**(431.448)**	**(221.977)**
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	**(26.327)**	**325.192**	**(87.917)**	**42.311**	**253.259**	**121.047**	**132.212**	**226.737**	**26.522**

Descrição	Consolidado 31 de dezembro 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	(52.540)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	296.648	68.819
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	145.461	-
Total da Parcela A – CVA	**442.109**	**16.279**
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	28.557
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(175.601)	(71.163)
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(13.249)	-
Total Outros Itens – CVA	**(188.850)**	**(42.606)**
Total	**253.259**	**(26.327)**

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;

b) Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;

c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2016	**38.146**	**54.580**	**41.737**	**25.026**	**102.327**	**261.816**
Atualização Monetária	1.443	2.065	1.582	940	3.900	**9.930**
Juros	4.655	6.755	4.993	3.473	11.002	**30.878**
Amortização/Baixa	(4.589)	(6.619)	(4.911)	(3.369)	(10.973)	**(30.461)**
Em 31 de dezembro de 2017	**39.655**	**56.781**	**43.401**	**26.070**	**106.256**	**272.163**
Atualização Monetária	1.407	2.014	1.542	920	3.789	**9.672**
Juros	4.778	6.937	5.126	3.572	11.281	**31.694**
Amortização/Baixa	(4.893)	(7.066)	(5.243)	(3.596)	(11.713)	**(32.511)**
Em 31 de dezembro de 2018	**40.947**	**58.666**	**44.826**	**26.966**	**109.613**	**281.018**
					Circulante	**31.433**
					Não Circulante	**249.585**

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado 31 de dezembro 2018	Consolidado 31 de dezembro 2017
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	**438.609**	**394.934**
Em Serviço	183.762	160.069
Em Curso	254.847	234.865
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	**2.421**	**2.421**
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	**441.030**	**397.355**

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Em 31 de dezembro de 2016	**346.620**
(+) Novas Aplicações	12.866
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	33.976
(+) Ajuste VNR (i)	2.328
(-) Resgate	(856)
Em 31 de dezembro de 2017	**394.934**
(+) Novas Aplicações	21.201
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	19.981
(+) Ajuste VNR (i)	3.392
(-) Resgate	(899)
Em 31 de dezembro de 2018	**438.609**

(i) A Celesc D reconheceu no exercício de 2018, o montante de R$3.392 (R$2.328 em 2017), referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

	Consolidado	
Investimentos em Usinas	**31 de dezembro de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	**2.421**	**2.421**

15. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
ICMS	-	-	44.461	41.537
PIS e COFINS	-	-	21.234	21.222
IRPJ e CSLL	1.600	1.627	16.195	27.180
Outros	325	428	2.466	5.332
Total	**1.925**	**2.055**	**84.356**	**95.271**
Circulante	**1.925**	**2.055**	**63.264**	**75.831**
Não Circulante	**-**	**-**	**21.092**	**19.440**

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

	Controladora				Consolidado	
Descrição	**Outros Créditos de Partes Relacionadas**	**Tributos a Recolher**	**Tributos a Recuperar**	**Contas Receber por Vendas**	**Outros Créditos de Partes Relacionadas**	**Outros Passivos de Partes Relacionadas**
Em 31 de dezembro de 2017						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	19.732
	6.134	**132.472**	**41.537**	**8.249**	**6.622**	**19.732**
Em 31 de dezembro de 2018						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	156.601	44.461	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.601	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.604	-	-	-	2.604	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	15.763
	2.604	**156.601**	**44.461**	**9.601**	**3.092**	**15.763**

A movimentação no resultado do exercício:

	Controladora			Consolidado
Descrição	**Receitas Financeiras**	**Tributos/Deduções da Receita**	**Receita de Vendas**	**Receitas Financeiras**
Em 31 de dezembro de 2017				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.901.511	78.541	-
Rede Subterrânea (i)	150	-	-	150
	150	**1.901.511**	**78.541**	**150**
Em 31 de dezembro de 2018				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	2.124.182	-	-
Receita de Vendas	-	-	88.717	-
Rede Subterrânea (i)	81	-	-	81
	81	**2.124.182**	**88.717**	**81**

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Desta maneira, em 29 de junho de 2018 a Celesc efetuou o encontro de contas deduzindo a primeira parcela dos dividendos do exercício de 2017. A segunda foi deduzida em 29 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro 2018 o valor remanescente e atualizado monetariamente era de R$2.604.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Administradores				
Honorários	5.342	5.388	5.342	5.388
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.404	1.577	1.404	1.577
Encargos Sociais	1.434	1.469	1.434	1.469
Outros	281	374	281	374
	8.461	**8.808**	**8.461**	**8.808**

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Controladas				
Celesc D	981.299	1.052.919	-	-
Celesc G	462.626	425.880	-	-
	1.443.925	**1.478.799**	**-**	**-**
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	82.746	87.818	82.746	87.818
	82.746	**87.818**	**82.746**	**87.818**
Coligadas				
ECTE	60.739	47.783	60.739	47.783
DFESA	29.145	29.822	29.145	29.822
SPEs	-	-	56.033	51.058
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	89.884	**77.605**	**145.917**	**128.663**
	1.616.555	**1.644.222**	**228.663**	**216.481**

a) Informações sobre Investimentos

Controladora

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Em 31 de dezembro de 2018						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	981.299	8.900.025	121.510
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	462.626	665.427	51.242
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	113.496	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

Consolidado

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)

Consolidado

Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	41.201	57.762	2.699
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.660	5.661	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349	20,43%	20,43%	6.137	6.550	(17)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	46.542	61.780	6.472
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.318	39.802	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228	49,00%	49,00%	36.255	65.845	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300	10,00%	10,00%	15.860	1.444.585	3.909

b) Movimentação dos Investimentos

Controladora

Descrição	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**1.311.796**	**389.742**	**52.860**	**97.117**	**32.766**	**1.884.281**
Dividendos e JCP Creditados	(7.919)	(12.822)	(16.804)	-	(11.820)	(49.365)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.342	48.960	11.727	(7.831)	8.876	95.074
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(284.300)	-	-	-	-	(284.300)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.052.919**	**425.880**	**47.783**	**87.818**	**29.822**	**1.644.222**
Dividendos e JCP Creditados	(28.859)	(14.496)	-	-	(10.667)	(54.022)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.468)	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	121.510	51.242	12.956	(3.604)	9.990	192.094
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(153.194)	-	-	-	-	(153.194)
Ajuste Adoção Inicial CPC 48[(i)]	(11.077)	-	-	-	-	(11.077)
Em 31 de dezembro de 2018	**981.299**	**462.626**	**60.739**	**82.746**	**29.145**	**1.616.555**

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 48, considerando Tributos Diferidos de R$5.707.

Consolidado

Descrição	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**52.860**	**97.117**	**32.766**	**44.811**	**227.554**
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
Em 31 de dezembro de 2017	**47.783**	**87.818**	**29.822**	**51.058**	**216.481**
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(10.667)	(89)	(10.756)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.956	(3.604)	9.990	355	19.697
Outros Ajustes	-	-	-	(5.217)	(5.217)
Em 31 de dezembro de 2018	**60.739**	**82.746**	**29.145**	**56.033**	**228.663**

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de dezembro de 2018 é de R$37.072 (R$38.540 em 31 de dezembro de 2017). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

d) Teste de Recuperabilidade (*Impairment Test*) do Ágio Pago

Para a mensuração do valor em uso foi considerada a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado –DCF, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1).

Companhia Energética Rio das Flores – CRF

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 26,07% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2039, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R$18.518 mil, sendo superior ao valor contábil de R$12.214 mil. Dessa forma, nenhum reconhecimento de perda no saldo do ágio foi contabilizado.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2039) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	5,28MWm.
Quantidade de Energia Contratada para Venda	5,46MWm.
Preço de Venda	Venda no ACL a R$198,50/MWh, corrigido pelo IGP-M.
Custos com Compra de Energia	Valor de compra no ACL: projeção de R$257,22 / MWh, corrigido pelo IGP-M; Valor PLD de R$89/MWh, equivalente à média do PLD projetado para 2019, corrigido pelo IGP-M. GSF: 14,4%.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R$13,2 milhões) composta por linhas de longo prazo (57 parcelas mensais remanescentes) com custo financeiro médio de 10,56% a.a..
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

Garça Branca Energética S.A. – GBR

Em 31 de dezembro de 2018, com base na metodologia de DCF, o valor presente líquido referente à participação de 49% detida pela Celesc G dos fluxos de caixa futuros projetados até 2047, ano do término de sua concessão, descontados a uma taxa de 12,81%, é de R$16.285 mil, sendo inferior ao valor contábil de R$19.855 mil. Dessa forma, foi reconhecida provisão de perda permanente total do ágio contabilizado no valor de R$1.796 mil.

As seguintes premissas foram adotadas no plano de negócios (2019-2043) fornecido pela Companhia:

Descrição	Premissa
Garantia Física	3,40 MWm, com GSF de 14,4%
Preço de Venda	R$184,18/MWh no ACR, corrigido pelo IPCA projetado; R$89,00/MWh no mercado de curto prazo, corrigido pelo IGP-M.
Empréstimos e Financiamentos	Empréstimos e Financiamentos na data base (total de R$29 Milhões) composta por linhas de financiamento de longo prazo: BNDES Automático de R$18,3 milhões, faltam 204 parcelas para amortizar. O custo financeiro é de (5,10% + ΔTJLP) a.a.; BNDES Finame de R$10,6 milhões, 58 meses parcelas (média ponderada) a amortizar. O custo financeiro (média ponderada) é de 6,68% a.a.
Investimentos	Reposição dos ativos que possuem vida útil de até 30 anos

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Consolidado

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**3.983**	**20.595**	**28.644**	**83.294**	**334**	**21.645**	**158.495**
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645	454.313
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-	(51.332)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-	(244.486)
Em 31 de dezembro de 2016	**3.983**	**20.595**	**28.644**	**83.294**	**334**	**21.645**	**158.495**
Adições	-	-	-	-	-	5.828	5.828
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(9.161)	-	(382)	(29.622)
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-	27.550
Depreciação	-	(7.961)	(338)	(5.251)	(69)	-	(13.619)
(+/-) Transferências	-	956	27	3.620	121	(4.724)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	(2.668)	(6.035)	3.403	8.390	2	-	3.092
Baixa de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.315**	**7.555**	**31.736**	**88.311**	**388**	**22.367**	**151.672**
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.895	174.166	1.658	22.367	458.069
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(151.711)	(16.250)	(81.465)	(1.351)	-	(258.105)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.315**	**7.555**	**31.736**	**88.311**	**388**	**22.367**	**151.672**
Adições	-	-	-	-	-	8.701	8.701
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(114)	-	(114)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	114	-	114
Depreciação	-	(271)	(863)	(3.487)	(92)	-	(4.713)
(+/-) Transferências	-	165	-	414	254	(833)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	2.564	5.070	(1.029)	(2.199)	-	-	4.406
Em 31 de dezembro de 2018	**3.879**	**12.519**	**29.844**	**83.039**	**550**	**30.235**	**160.066**
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
Em 31 de dezembro de 2018	**3.879**	**12.519**	**29.844**	**83.039**	**550**	**30.235**	**160.066**
Taxa Média de Depreciação	0%	4,38%	1,85%	3,11%	10,50%	0%	

(i) No 1º trimestre de 2019 o Grupo concluiu R$3.394 dos projetos em andamento, estando previsto para o 2º trimestre de 2019 a ativação de cerca de R$4.743.

18.2. Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*)

Em 2018 foi constituída Perda do Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*) no valor de R$4.707 e Reversão do Valor Recuperável de Ativos no valor de R$9.113.

Esses valores foram contabilizados na Demonstração de Resultado, na linha Provisões Líquidas, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 27 – Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado.

O método de avaliação utilizado é o Valor em Uso, consubstanciado na metodologia do fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na hipótese de que o valor de uma empresa depende da sua capacidade de geração de riqueza no futuro, excluídas as entradas e saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento e quaisquer recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda, conforme determinado pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Para a análise do Parque Gerador Próprio da Celesc G, procedeu-se o levantamento dos fluxos de caixa pertinentes às diversas Unidades Geradoras de Caixa – UGC, individualmente, buscando-se canalizar os fluxos operacionais de cada unidade. Considerou-se como uma UGC cada usina participante do parque gerador, projetando-se para cada uma dessas as receitas, custos e despesas, investimentos em manutenção e não em expansões, provenientes de cada negócio e as variações de capital de giro pertinentes a essas unidades, antes dos impostos e dos efeitos de depreciação.

Para o Ativo Imobilizado considerou-se o valor contábil lançado no Ativo Imobilizado Líquido para as usinas, com data base de dezembro de 2018.

Considerou-se, para o *Impairment Test*, as projeções até o ano de 2047, por se tratar do prazo final da concessão da usina Pery, prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, em função do nível de maior certeza dessas projeções, dados os contratos firmados e existentes de demanda de energia realizados pela empresa, bem como pela própria dinâmica de negociação do excedente gerado de energia, conforme regulação prevista.

Para a projeção dos investimentos em 2019 foram considerados os valores aprovados no orçamento de capital pelo Conselho de Administração. Para os investimentos em melhorias e manutenção geral a partir de 2020, a alocação foi determinada pela garantia física de cada usina, sendo reajustado pelo IPCA. Não são considerados investimentos em ampliações.

De 2019 a 2022 as estimativas de investimentos estão baseadas no saldo a disposição em caixa da Companhia. No final das concessões das usinas Garcia, Palmeiras, Bracinho, Rio dos Cedros, Salto, Celso Ramos e Pery é apurado o valor residual de cada projeto para efeitos de indenização referente ao imobilizado não depreciado.

A taxa de desconto adotada foi o Custo de Capital Próprio, método Capital *Asset Pricing Model – CAPM*, por ser independente da estrutura de capital e da forma como a Companhia tenha financiado a aquisição dos ativos, levando em consideração o entendimento do CPC 01 (R1). A taxa de desconto utilizada foi de 13,53%.

Os valores de perda (reversão) do valor recuperável dos ativos por UGC, registrados no exercício de 2018, estão demonstrados a seguir:

					Consolidado
Usinas	**Saldo Líquido antes do Teste de *Impairment***	***Valuation***	**Provisões**	**Reversões**	**Impacto no Resultado**
Caveiras	24	8.304	-	7.219	7.219
Celso Ramos	3.339	5.233	-	1.894	1.894
Ivo Silveira	172	7.555	-	-	-
Pery	117.824	113.433	(4.392)	-	(4.392)
Piraí	213	(12.149)	(213)	-	(213)
Rio do Peixe	14	(8.405)	(14)	-	(14)
São Lourenço	26	(13.807)	(26)	-	(26)
Palmeiras	96	144.681	-	-	-
Bracinho	2.714	82.637	-	-	-
Garcia	56	72.356	-	-	-
Cedros	8	72.715	-	-	-
Salto	245	18.589	-	-	-
Maruim	62	-	(62)	-	(62)
Total	**124.793**	**491.142**	**(4.707)**	**9.113**	**4.406**

18.3. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,0
Veículos	6,6
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,3
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,4
Veículos	11,8
Móveis e Utensílios	1,0

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

São depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, os ativos das Usinas Celso Ramos e Pery; das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe, por possuírem contrato de registro, uma vez que não possuem prazo de concessão definido; e os ativos pertencentes à Administração Central da Celesc G.

São, ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

18.4. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	113.251
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	11.533	10.153
Máquinas e Equipamentos	48.390	43.240
Outros	14.003	14.057
Total	**207.081**	**180.701**

19. INTANGÍVEL

				Controladora	
Descrição	**31 de dezembro 2016**	**Amortizações**	**31 de dezembro 2017**	**Amortizações**	**31 de dezembro 2018**
Ágio Aquisição ECTE (i)	6.955	(503)	6.452	(503)	5.949

(i) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

						Consolidado	
Descrição	**Contratos de Concessão (a) Celesc D**	***Software* Adquiridos**	**Ágio**	**Uso do Bem Público (b) Celesc G**	**Faixa de Servidão**	**Itens em Andamento**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**3.046.954**	**3.564**	**6.955**	**821**	**70**	**614**	**3.058.978**
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
Em 31 de dezembro de 2016	**3.046.954**	**3.564**	**6.955**	**821**	**70**	**614**	**3.058.978**
Adições	369.558	-	-	167	-	388	370.113
Baixas	(51.571)	-	-	-	-	-	(51.571)
Amortizações	(200.322)	(1.298)	(503)	(836)	-	-	(202.959)
Em 31 de dezembro de 2017	**3.164.619**	**2.266**	**6.452**	**152**	**70**	**1.002**	**3.174.561**
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	904	70	1.002	4.673.765
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(752)	-	-	(1.499.204)
Em 31 de dezembro de 2017	**3.164.619**	**2.266**	**6.452**	**152**	**70**	**1.002**	**3.174.561**
Adições	375.952	-	-	-	-	433	376.385
Baixas	(45.641)	-	-	(14)	-	-	(45.655)
Amortizações	(207.338)	(756)	(503)	(138)	-	-	(208.735)
Em 31 de dezembro de 2018	**3.287.592**	**1.510**	**5.949**	**-**	**70**	**1.435**	**3.296.556**
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	-	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	-	(1.707.049)
Em 31 de dezembro de 2018	**3.287.592**	**1.510**	**5.949**	**-**	**70**	**1.435**	**3.296.556**
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	3,5%	0%	0%	0%	

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP referia-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração em 7,9%.

A contrapartida dessa obrigação estava registrada no ativo intangível sendo amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão, ocorrida em julho de 2018 e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos, encerrado também em julho de 2018. A partir de agosto de 2018, não consta saldo no passivo referente a obrigatoriedade de recolhimento da UBP.

Os montantes, por Usina, recolhidos até setembro de 2018 e 2017 foram:

	Consolidado	
Usinas	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
UHE Pery	-	530
UHE Caveiras	51	84
PCH Celso Ramos	95	185
Total	**146**	**799**

Em 2018 o valor total pago foi de R$146, 80% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da Usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos foram calculados a partir da provisão para contingências de processos judicias e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, no CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado, no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sobre o ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros no reconhecimento e mensuração do valor novo de remuneração – VNR.

Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Ativo	712.532	641.806
Passivo	(10.144)	(9.613)
Tributo Diferido Líquido	**702.388**	**632.193**

	Consolidado					
Descrição	**Diferido Ativo**		**Diferido Passivo**		**Diferido Líquido**	
	31 de dezembro 2018	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	201.864	201.716	-	-	201.864	201.716
Provisão para Perdas em Ativos	84.337	74.478	-	-	84.337	74.478
Benefício Pós-Emprego	573.409	513.459	-	-	573.409	513.459
Custo Atribuído	-	-	8.091	9.081	(8.091)	(9.081)
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	56.157	58.276	(56.157)	(58.276)
Efeitos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	69.194	71.805	(69.194)	(71.805)
Bonificação de Outorga	-	10.958	23.490	29.007	(23.490)	(18.049)
Outras Provisões	-	-	290	249	(290)	(249)
	859.610	**800.611**	**157.222**	**168.418**	**702.388**	**632.193**

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração da companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento inicial de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R$256,6 milhões e atualizado para R$317,6 milhões em 2018 está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2018 são:

	Consolidado	
Ano	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
2018	-	146.674
2019	95.517	104.171
2020	79.785	91.448
2021	66.804	90.825
Acima de 2022	617.504	367.493
Total	**859.610**	**800.611**

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**22.362**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**17.628**
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Adoção Inicial CPC 48	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**26.782**

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Descrição	**Montante**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**420.438**
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**704.738**
(+) Adição do Passivo Atuarial	232.112
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(78.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**857.932**

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	**165.032**	**66.485**	**287.187**	**156.156**
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	**(56.111)**	**(22.605)**	**(97.644)**	**(53.093)**
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	65.312	32.325	6.697	3.251
Benefício Fiscal	-	-	(1.054)	(47)
Incentivo Fiscal	-	-	4.631	802
Provisões Indedutíveis	(712)	(670)	(713)	(670)
Multas Indedutíveis	-	-	(5.362)	(4.891)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(8.162)	(9.453)	(8.162)	(9.453)
Participação dos Administradores	(327)	(54)	(371)	(103)
Perdas Não Técnicas	-	-	(20.137)	(26.211)
Outras Adições (Exclusões)	-	457	(40)	744
	-	-	**(122.155)**	**(89.671)**
IRPJ e CSLL Corrente	**-**	**-**	**(107.727)**	**(68.395)**
IRPJ e CSLL Diferido	**-**	**-**	**(14.428)**	**(21.276)**
Taxa Efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**42,54%**	**57,42%**

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
IRPJ	-	-	12.236	15.096
CSLL	-	-	5.064	4.736
Total a Recolher	**-**	**-**	**17.300**	**19.832**
(-) Tributos a Recuperar	(1.925)	(2.055)	(16.696)	(29.831)
Total	**(1.925)**	**(2.055)**	**604**	**(9.999)**

a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea "a" do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/2017.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2017	**5.906**
(+) Atualizações	91
(-) Amortizações no Período	(5.997)
Em 31 de dezembro de 2018	**-**

21.2. Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
ICMS	-	-	156.601	132.473
PIS e COFINS	5	4	44.238	44.574
Outros	81	73	5.758	11.943
Circulante	**86**	**77**	**206.597**	**188.990**
(-) Tributos a Recuperar	-	-	(67.660)	(65.440)
Total	**86**	**77**	**138.937**	**123.550**

22. FORNECEDORES

	Controladora	
Descrição	**31de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Empregados a Disposição	1.025	1.062
Materiais e Serviços	67	230
Total	**1.092**	**1.292**

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Energia Elétrica	456.897	427.078
Encargos de Uso da Rede Elétrica	82.303	91.820
Materiais e Serviços	96.215	97.665
Empregados a Disposição	1.025	1.062
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	370.414	213.957
Total	**1.006.854**	**831.582**

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

No ano de 2018 a Celesc D teve impacto decorrente da queda da *GSF* em comparação com 2017, esta variação levou a distribuidora a arcar com elevados custos de risco hidrológico e um aumento expressivo do despacho de térmicas, que são contratados pelas distribuidoras por meio de CCEARs por disponibilidade (CCEAR-DP).

Devido ao maior despacho de térmicas e a redução do *GSF*, a Celesc D verificou um aumento de pagamentos significativos no Efeito Hidrológico de Itaipu – EC-IT, Efeito Hidrológico de Cota de Garantia Física – ECCGF e Efeito de Contratação Disponibilidade – ECD. Há também as diferenças de preços do PLD nos submercados que levam a impacto no componente TAJ_EF, e acarretam em excedentes financeiros. Ressalta-se que todos estes valores são compensados por meio do ativo financeiro – CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da Companhia.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D e iv) Empréstimos – BID.

		Consolidado	
Descrição	**Taxas de Juros e Comissões (%)**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Empréstimos Bancários (i)	110% a 121,5% CDI	-	64.263
Empréstimos Bancários (i)	7,4% a.a. e 7,67% a.a.	301.122	-
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	301.725	-
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a. + 2% a.a. de tx. adm.	14.865	30.565
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	27.636	35.638
		645.348	**130.466**
Circulante		**320.322**	**88.057**
Não Circulante		**325.026**	**42.409**

		Consolidado	
Descrição	**Taxas de Juros e Comissões (%)**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Empréstimo – BID (iv)	Libor+ Funding Margin+ Lending Spread a.a.	273.453	-
		273.453	**-**
Circulante		**767**	**-**
Não Circulante		**272.686**	**-**

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se as seguintes contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final ocorreu em junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

A terceira contratação, no valor de R$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quarta contratação, no valor de R$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

A quinta contratação, no valor de R$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Credito Bancário, em Novembro de 2018, com remuneração a taxa equivalente a CDI + 1,25% a.a. O prazo de contrato é de 24 meses, previsto para liquidação em 8 parcelas trimestrais, com início em 02/2019 e termino em 11/2020.

A sexta contratação, no valor de R$200 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em Novembro de 2018, com remuneração a taxa equivalente a CDI + 1,3% a.a. O prazo de contrato é de 36 meses, foi oferecida uma carência de 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início programado para 06/2020 e término em 11/2021.

ii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, foi assinado entre a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, operação de crédito externo (Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491), sendo que a primeira parcela liberada foi no montante de US$70.374.302,95 ocorreu em 10 de dezembro de 2018 com as seguintes características:
- **Credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- **Valor da Operação**: US$276.051.000,00
- **Prazo de Carência**: até 66 meses
- **Prazo de Amortização**: 234 meses
- **Prazo Total**: 300 meses
- **Periodicidade da Amortização**: semestral
- **Sistema de Amortização**: constante
- **Taxa de Juros**: LIBOR trimestral (USD-LIBOR-ICE)
- **Atualização Monetária**: variação cambial
- **Comissão de Compromisso**: até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado;
- **Comissão de Supervisão**: até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos 5 (cinco) anos.

O referido empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da subsidiária Celesc D.

a) Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Ano 2019	-	17.383
Ano 2020	187.085	9.307
Ano 2021	128.516	6.294
Ano 2022	4.663	4.663
Ano 2023	3.259	3.260
Ano 2024	14.774	1.139
Ano 2025	259.415	363
	597.712	**42.409**

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

			Consolidado
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	**202.996**	**130.035**	**333.031**
Ingressos	-	202	202
Encargos Provisionados	23.953	-	23.953
Transferências	87.828	(87.828)	-
Amortizações de Principal	(201.765)	-	(201.765)
Pagamentos de Encargos	(24.955)	-	(24.955)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**88.057**	**42.409**	**130.466**
Ingressos	463.944	300.000	763.944
Encargos Provisionados	41.745	-	41.745
Transferências	17.383	(17.383)	-
Amortizações de Principal	(254.268)	-	(254.268)
Pagamentos de Encargos	(36.539)	-	(36.539)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**320.322**	**325.026**	**645.348**

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro

			Consolidado
BID	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**
Ingressos	-	275.235	275.235
Atualização Monetária	-	(2.549)	(2.549)
Encargos Provisionados	767	-	767
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**767**	**272.686**	**273.453**

24. DEBÊNTURES

24.1. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As duas primeiras parcelas de amortização no valor de R$200 milhões foram pagas em seus respectivos vencimentos e, até 31 de dezembro de 2018, foram pagos R$178,1 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.2. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc D

Em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu 3.000 (três mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R$100 mil, totalizando R$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R$47,4 milhões.

24.3. TERCEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R$1 mil, totalizando R$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de Dezembro de 2018, foram pagos R$3,71 milhões de juros remuneratórios.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro poderá implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.4. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R$150 milhões em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, acrescida de uma sobretaxa ("*Spread*") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagou aos Debenturistas um prêmio no valor de R$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Os juros pagos totalizaram R$44,4 milhões, sendo R$6,3 milhões no primeiro semestre de 2018. Esta emissão foi totalmente liquidada em seu vencimento.

24.5. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc G

A Celesc G emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações; com valor total de emissão de R$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 01 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas.

Semestralmente, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

a) Movimentação das Debêntures:

	Consolidado
Descrição	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016	**454.760**
Atualização Monetária	44.987
Pagamentos Encargos	(49.530)
Pagamento Principal	(99.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	365
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	1.624
Em 31 de dezembro de 2017	**352.216**
Ingressos	394.292
Atualização Monetária	31.276
Pagamentos Encargos	(28.572)
Pagamento Principal	(249.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	894
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	1.146
Em 31 de dezembro de 2018	**501.262**
Circulante	**131.389**
Não Circulante	**369.873**

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:

		Consolidado
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Ano 2018:		
1T/2018	-	362
2T/2018	-	91
3T/2018	-	91
4T/2018	233	91
Ano 2019:		
1T/2019	353	91
2T/2019	308	46
3T/2019	264	-
4T/2019	264	-
Ano 2020 a 2023:		
1T/2020 a 2T/2023	3.652	-
Total	**5.074**	**772**

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

	Controladora
Descrição	
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2016	**1.736**
Pagamentos	(1.225)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(1.225)
Variações não caixa	15.790
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2017	**16.301**
Pagamentos	(15.309)
Total das Variações no Fluxo de Financiamento	(15.309)
Variações não caixa	38.532
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2018	**39.524**

							Consolidado
Descrição	**31 de dezembro 2016**	**Ingressos de Recursos**	**Pagamento Principal**	**Total das Variações Fluxo de Financiamento**	**Pagamento Juros (ii)**	**Variações não caixa (iii)**	**31 de dezembro 2017**
Empréstimos e Financiamentos	333.031	202	(201.765)	(201.563)	(24.955)	23.953	130.466
Debêntures	454.760	-	(99.990)	(99.990)	(49.530)	46.976	352.216
Dividendos e JCP	1.736	-	(1.225)	(1.225)	-	15.790	16.301
Total	**789.527**	**202**	**(302.980)**	**(302.778)**	**(74.485)**	**86.719**	**498.983**

Consolidado

Descrição	31 de dezembro 2017	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações não caixa (iii)	31 de dezembro 2018
Empréstimos e Financiamentos	130.466	1.039.179	(254.268)	784.911	(36.539)	39.963	918.801
Debêntures	352.216	394.292	(249.990)	144.302	(28.572)	33.316	501.262
Dividendos e JCP (i)	16.301	-	(15.309)	(15.309)	-	38.532	39.524
Total	**498.983**	**1.433.471**	**(519.567)**	**913.904**	**(65.111)**	**111.811**	**1.459.587**

(i) Dividendos adicionais do exercício de 2017, transferidos para o passivo, no valor de R$3.158. Compensação de dividendos com o Governo do Estado de Santa Catarina no valor de R$3.611 (Nota 16), dividendos prescritos no valor de R$210 e dividendos destinados no período no valor de R$39.195.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(iii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R$39.963 (2017 – R$23.953). As Debêntures totalizaram R$33.316 (2017 – R$46.976), sendo R$2.040 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2018.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Controladora

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**749**	**1.051**
Provisão de Férias e Encargos Sociais	388	674
Folha de Pagamento Líquida	361	377
Total	**749**	**1.051**

Consolidado

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**208.503**	**200.623**
Provisão de Férias e Encargos Sociais	118.026	125.195
PDV 2012 (a)	-	11.713
PDI (b)	66.062	44.172
Consignações em Favor de Terceiros	10.126	10.207
Provisão PLR	13.847	8.611
Folha de Pagamento Líquida	442	725
Não Circulante	**46.988**	**41.060**
PDI (b)	46.988	41.060
Total	**255.491**	**241.683**

a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários. Em 30 de junho de 2018 a Celesc D quitou os débitos com os 753 beneficiários.

b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R$16 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual). Custo total efetivado de R$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 conta com 653 empregados inscritos tendo se desligados, efetivamente, 115 empregados até dezembro de 2018. Foi aprovada a execução orçamentária do PDI 2018 no montante de até R$68,7 milhões. Esta edição de 2018 segue com os desligamentos até o mês de julho de 2019, no qual o total de saídas poderá chegar a 201 empregados.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Programa de Eficiência Energética – PEE	177.217	160.699
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.478	19.498
Encargo Conta Bandeiras	7.055	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	100.399	90.615
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.069.926	2.562.138
Uso do Bem Público	-	174
Outros (ii)	1.200	1.101
Total	**2.375.275**	**2.834.225**
Circulante	**2.269.327**	**2.677.615**
Não Circulante	**105.948**	**156.610**

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias no 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, nº 2.231 de 25 de abril de 2017 e nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

			Consolidado
Descrição	**CDE Energia (CONTA-ACR)**	**CDE USO**	**CDE ENERGIA**
Abril de 2017 a março de 2018	26.541	-	-
Abril de 2018 a março de 2020	34.561	-	-
Janeiro de 2018	-	43.557	-
Fevereiro de 2018 - 1ª Parcela	-	60.233	-
Fevereiro de 2018 - 2ª Parcela	-	33.819	-
Março a dezembro de 2018	-	60.233	-
Agosto de 2017 a julho de 2018	-	-	22.489
Setembro de 2018 a dezembro de 2018	-	93.274	-
Agosto de 2018 a julho de 2019	-	-	23.134

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R$1.164.387. Em 31 de dezembro de 2018 esse saldo passou a ser de R$516.134.

Os Ativos e Passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673	38.673
CDE a Pagar	(2.012.487)	(2.466.506)
Total	**(516.134)**	**(970.153)**

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R$9.433 e uma despesa financeira de R$179.481, resultando um valor líquido negativo de R$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R$213.608 e no ano de 2018 foi de R$46.331.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes, Até 31 de dezembro de 2018 a Celesc D pagou R$738.144, sendo R$699.792 de principal e R$38.352 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Controladora

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	3.207	1.619	41	41
Cíveis	6.172	5.705	147	21
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	19.678	**17.623**	**6.625**	**6.499**

Consolidado

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributárias (i)	3.745	3.745	9.626	59.791
Trabalhistas (ii)	53.083	49.111	65.850	64.095
Cíveis (iii)	64.262	59.326	136.359	134.191
Regulatórias (iv)	49.260	49.248	425.687	358.700
Ambientais (v)	-	-	2.051	2.157
	170.350	**161.430**	**639.573**	**618.934**

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**Depósitos Judiciais**	**Provisões para Riscos**	**Depósitos Judiciais**	**Provisões para Riscos**
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	**17.257**	**6.517**	**124.336**	**598.119**
Adições	762	2.143	130.990	113.396
Baixas	(396)	(2.161)	(93.896)	(92.581)
Em 31 de dezembro de 2017	**17.623**	**6.499**	**161.430**	**618.934**
Constituição	2.358	128	117.212	72.847
Atualização Financeira	-	-	-	54.744
Baixas	(303)	(2)	(108.292)	(106.952)
Em 31 de dezembro de 2018	**19.678**	**6.625**	**170.350**	**639.573**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

Houve reversão da Provisão Fiscal no montante de R$38,2 milhões referente à não tributação da Parcela A – CVA pelo regime de competência, provisionado em dezembro de 2016. A referida provisão foi atualizada monetariamente, gerando a contabilização de despesa financeira no montante de R$21,1 milhões no período de dezembro de 2016 a dezembro de 2018, que também foi revertida.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela Empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/2016 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R$256.601, sendo R$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017, a Celesc D reclassificou o valor de R$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada, e em dezembro de 2018 o valor foi atualizado para R$317.631, sendo que o tema ainda permanece em discussão na esfera judicial.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

Outro processo relevante refere-se a valores a repassar à União a título de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE. Em 31 de dezembro de 2018 o montante provisionado é de R$70.630.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

b) Contingências Possíveis

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Tributárias (i)	311.229	4.361
Trabalhistas (ii)	12.524	34.269
Cíveis (iii)	199.603	121.441
Regulatórias (iv)	144.322	110.301
Ambientais (v)	47.247	47.359
	714.925	**317.731**

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R$306,8 milhões. O referido Auto está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judicias favoráveis à entidade fiscal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

	Consolidado	
Obrigações Registradas	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Planos Previdenciários	**1.024.255**	**1.179.848**
Plano Misto/Transitório (a)	1.024.255	1.179.848
Outros Benefícios a Empregados	**980.718**	**698.130**
Plano Celos Saúde (b)	926.828	652.231
Outros Benefícios (c)	53.890	45.899
Total	**2.004.973**	**1.877.978**
Circulante	**162.776**	**139.305**
Não Circulante	**1.842.197**	**1.738.673**

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Obrigações Atuariais

Consolidado

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Saldo 31 de dezembro de 2016	**1.711.178**	**743.566**	**656.189**	**8.508**	**39. 836**	**3.119.441**
Custo do Serviço Corrente Liquido	5.704	-	(45.933)	-	-	(40.229)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	51.972	21.957	30.765	-	-	104.694
Juros sobre Obrigação Atuarial	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599	346.217
Benefícios Pagos no Período	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)	(302.546)
Ganhos (Perdas) nas Obrigações Atuarias	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772	134.211
Saldo 31 de dezembro de 2017	**1.870.974**	**775.955**	**700.111**	**8.715**	**45.869**	**3.401.624**
Custo do Serviço Corrente Liquido	(47.069)	(21.957)	(23.466)	-	-	(92.492)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	-	71.524
Juros sobre Obrigação Atuarial	141.930	73.862	59.481	862	4.595	280.730
Benefícios Pagos no Período	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(4.660)	(323.919)
Ganhos(Perdas) nas Obrigações Atuarias	259.183	(70.182)	272.259	(7.265)	8.086	462.081
Saldo 31 de dezembro de 2018	**2.090.835**	**695.089**	**957.713**	**2.021**	**53.890**	**3.799.548**

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Consolidado

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Total
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2016	**408.843**	**461.464**	**582.150**	**(40)**	**39.836**	**1.492.253**
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-	(1.523.646)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869	3.401.624
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2017	**683.975**	**495.873**	**652.231**	**30**	**45.869**	**1.877.978**
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.440.573)	(321.096)	(30.885)	(9.655)	-	(1.802.209)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no Fim do Período	-	-	-	7.634	-	7.634
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2018	**650.262**	**373.993**	**926.828**	**-**	**53.890**	**2.004.973**

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Consolidado

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo 31 de dezembro de 2016	**1.302.335**	**282.102**	**74.039**	**8.548**	**1.667.024**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(299.208)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	51.972	21.957	30.765	-	104.694
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	43.425	22.669	41.749	-	107.843
Rendimentos Esperados do Ativos	145.537	30.620	7.980	968	185.105
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)	(241.812)
Saldo 31 de dezembro de 2017	**1.186.999**	**280.082**	**47.880**	**8.685**	**1.523.646**
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(319.259)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	71.524
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	66.730	59.736	40.716	-	167.182
Rendimentos Esperados do Ativos	90.044	26.660	-	-	116.704
Ganho(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	230.983	17.207	(7.039)	1.261	242.412
Saldo 31 de dezembro de 2018	**1.440.573**	**321.096**	**30.885**	**9.655**	**1.802.209**

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Plano Transitório	25.243	32.177
Plano Misto	4.817	34.809
PDVI 2012	-	3.618
Plano Médico	36.015	38.934
Outros	5.457	5.563
	71.532	**115.101**
Despesa Pessoal	27.067	73.047
Despesa Financeira	44.465	42.054
	71.532	**115.101**

e) Premissas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Premissas	**Misto**	**Transitório**	**Pecúlio**	**Aux. Deficiência**	**Aux. Funeral**	**Benefício Mínimo**	**Saúde**
Taxa Real de Desconto Atuarial	4,94%	4,72%	4,81%	4,84%	4,95%	4,76%	4,97%
Retorno Real Esperado sobre os Ativos	4,94%	4,72%	4,81%	4,84%	4,95%	4,76%	4,97%
Taxa Real de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	2,5% a.a.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
HCCTR	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	3,00%
Aging Factor	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	2,50%
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	100,00%	98,00%	100,00%
Fator de Capacidade sobre os Salários	98,00%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
Inflação Esperada	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%	4,01%
Taxa de Desconto Nominal	9,15%	8,92%	9,01%	9,04%	9,16%	8,96%	9,18%
Retorno Nominal Esperado sobre os Ativos do Plano	9,15%	8,92%	9,01%	9,04%	9,16%	8,96%	9,18%
Taxa nominal de Crescimento Salarial dos Empregados Ativos	6,09%	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.
Mortalidade Geral	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por Male	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo	AT- 2000 por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male	AT- 1949 por Male
Entrada de Invalidez	Light Média desagravada em 25%	N.U.	Light Média desagravada em 25%	Light Média desagravada em 25%	N.U.	N.U.	Light Média desagravada em 25%
Taxa Anual de Rotatividade	Experiência Celos	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	Experiência Celos
Entrada em Aposentadoria	Elegibilidade do plano Misto	Elegibilidade do plano Transitório	Elegibilidade do plano Misto	N.U.	60 anos	N.U.	60 anos
Composição Familiar	Família real para os aposentados e pensionistas. Família média para os ativos	Família real	N.U.	N.U.	Família média	Família real	Família real

N.U - Não Utilizado

f) Despesa Estimada para o Exercício de 2019

A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Planos	**Despesa a ser Reconhecida em 2019**
Plano Transitório	30.907
Plano Misto	62.371
Plano Pecúlio	117
Plano Médico	62.022
Outros	4.711
	160.128

g) Movimentação do Passivo Atuarial

	Consolidado				
Descrição	**Plano Misto / Transitório**	**Plano Celos Saúde**	**Plano Pecúlio**	**Outros Benefícios**	**Totais**
Em 31 dezembro de 2016	**870.307**	**582.150**	**(40)**	**39.836**	**1.492.253**
Custo do Serviço	5.704	(48.150)	-	-	(42.446)
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	92.859	64.910	963	4.599	163.331
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	277.072	95.070	(893)	4.772	376.021
Contribuições do Empregador	(66.094)	(41.749)	-	-	(107.843)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Empresa	-	-	-	(3.338)	(3.338)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**1.179.848**	**652.231**	**30**	**45.869**	**1.877.978**
Despesas/(Receita) Reconhecida no Resultado do Exercício	30.060	36.015	862	4.595	71.532
(Ganhos)/Perdas Reconhecidos em ORA	(59.187)	279.298	(892)	8.086	227.305
Contribuições do Empregador	(126.466)	(40.716)	-	-	(167.182)
Benefícios Pagos Diretamente Pela Empresa	-	-	-	(4.660)	(4.660)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**1.024.255**	**926.828**	**-**	**53.890**	**2.004.973**

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumpre salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R$842.226 em 31 de dezembro de 2018 e R$687.109 em 31 de dezembro de 2017, no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Custo Atribuído – Celesc G	15.706	17.629
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(857.932)	(704.738)
Total	**(842.226)**	**(687.109)**

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias.

Nos períodos de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Controladora	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	4,0374	1,50550
Ações Preferenciais Nominativas – PN	4,4411	1,65610
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	62.689	25.255
Ações Preferenciais Nominativas – PN	102.343	41.230
	165.032	**66.485**

e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

f) Dividendos

A proposta de dividendos calculada para o Exercício de 2018 é de 25%, conforme definido pela Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, observadas suas limitações.

	Controladora	
Descrição	**31 de dezembro de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
Lucro Líquido do Exercício	**165.032**	**66.485**
(-) Constituição de Reserva Legal	(8.252)	(3.324)
(=) Base de Cálculo dos Dividendos	**156.780**	**63.161**
Dividendos Propostos (Pay-out praticado 25% e 30%)	**39.195**	**18.948**
Dividendos a Pagar (25%) (PC)	39.195	15.790
Dividendos a Disposição da AGO (5%)	-	3.158
Total dos Dividendos do Exercício	**39.195**	**18.948**

Se considerarmos apenas os dividendos aprovados para distribuição na competência do exercício, temos a seguinte situação:

	Controladora	
Descrição	**31 de dezembro de 2018**	**31 de dezembro de 2017**
Dividendos a Distribuir do Exercício (25%)	39.195	15.790
Dividendos a Distribuir do Exercício Anterior (5%)	3.158	-
Total dos Dividendos do Exercício	**42.353**	**15.790**

Conforme Plano Diretor vigente, a Companhia adotou uma política indicativa de distribuição de dividendos de, no mínimo, 30% do Lucro Líquido ajustado, com base nas Demonstrações Financeiras anuais, se não houver limitação determinada em suas obrigações financeiras e outros fatores. Desta maneira, a Companhia provisionou o mínimo obrigatório de 25% por conta de obrigação em cláusula contratual das Debêntures da Celesc G, na qual é fiadora.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	**Ramo**	**Ativos Cobertos**	**Vigência**	**Segurado(i)**
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2019	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2018 à 14.05.2019	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018				
Descrição	**Controladora**	**Celesc D**	**Celesc G**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	-	7.509.010	160.471	(4.937)	7.664.544
Custo das Vendas	-	(6.789.334)	(50.359)	4.937	(6.834.756)
Resultado Operacional Bruto	**-**	**719.676**	**110.112**	**-**	**829.788**
Despesas com Vendas	-	(218.439)	(14.933)	-	(233.372)
Despesas Gerais e Administrativas	(26.162)	(277.962)	(11.555)	-	(315.679)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(2.099)	98.560	(1.215)	-	95.246
Resultado de Equivalência Patrimonial	192.094	-	355	(172.752)	19.697
Resultado das Atividades	**163.833**	**321.835**	**82.764**	**(172.752)**	**395.680**
Receitas Financeiras	1.341	240.446	8.743	(5.587)	244.943
Despesas Financeiras	(142)	(344.393)	(14.488)	5.587	(353.436)
Resultado Financeiro, líquido	**1.199**	**(103.947)**	**(5.745)**	**-**	**(108.493)**
Lucro antes IRPJ e CSLL	165.032	217.888	77.019	(172.752)	287.187
IRPJ e CSLL	-	(96.378)	(25.777)		(122.155)
Lucro Líquido do Exercício	**165.032**	**121.510**	**51.242**	**(172.752)**	**165.032**
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	**1.849.198**	**8.900.025**	**665.427**		
Total dos Passivos	**48.342**	**7.918.726**	**202.801**		

	31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)				
Descrição	**Controladora**	**Celesc D**	**Celesc G**	**Ajustes de Consolidação**	**Total**
Receita Operacional Líquida – ROL	-	6.933.379	148.877	(5.320)	7.076.936
Custo das Vendas	-	(6.160.359)	(42.341)	5.320	(6.197.380)
Resultado Operacional Bruto	**-**	**773.020**	**106.536**	**-**	**879.556**
Despesas com Vendas	-	(243.905)	(7.043)	-	(250.948)
Despesas Gerais e Administrativas	(29.447)	(336.317)	(14.826)	-	(380.590)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.953)	47.222	2.347	-	47.616
Resultado de Equivalência Patrimonial	95.074	-	(3.209)	(82.302)	9.563
Resultado das Atividades	**63.674**	**240.020**	**83.805**	**(82.302)**	**305.197**
Receitas Financeiras	2.870	287.974	11.689	(5.227)	297.306
Despesas Financeiras	(59)	(431.281)	(20.234)	5.227	(446.347)
Resultado Financeiro, líquido	**2.811**	**(143.307)**	**(8.545)**	**-**	**(149.041)**
Lucro antes IRPJ e CSLL	**66.485**	**96.713**	**75.260**	**(82.302)**	**156.156**
IRPJ e CSLL	-	(63.371)	(26.300)	-	(89.671)
Lucro Líquido do Exercício	**66.485**	**33.342**	**48.960**	**(82.302)**	**66.485**
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	**1.867.664**	**8.114.164**	**624.605**		
Total dos Passivos	**25.426**	**7.061.245**	**198.725**		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017 (Reapresentado)**
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.928.567	6.217.354
Suprimento de Energia Elétrica (a)	390.074	322.275
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	3.187.315	2.835.991
Atualização VNR	3.392	2.328
Receita de Financeira (a)	41.366	40.808
Renda de Prestação de Serviços	2.664	2.595
Energia Elétrica de Curto Prazo	389.309	481.021
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	322.064	473.134
Outras Receitas Operacionais	15.617	13.314
Doações e Subvenções (ii)	785.091	624.883
Receita de Construção	453.365	441.025
	12.518.824	**11.454.728**
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(2.124.182)	(1.901.511)
PIS	(197.779)	(176.441)
COFINS	(910.983)	(812.698)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.533.122)	(1.133.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(36.255)	(33.314)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.327)	(32.522)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(7.043)	(6.886)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(907)	(836)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(8.682)	(280.388)
	(4.854.280)	**(4.377.792)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**7.664.544**	**7.076.936**

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no exercício de 2018 foi de R$688.116. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R$15.315 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R$81.660.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
Residencial	2.335.964	2.271.604	5.664.374	5.527.718	3.675.283	3.260.163
Industrial	106.836	103.605	10.224.281	9.976.659	1.985.129	1.809.640
Comercial	271.242	263.045	4.123.086	4.038.573	2.283.227	2.065.559
Rural	234.759	234.545	1.464.659	1.437.752	613.634	550.149
Poder Público	23.104	22.791	442.137	435.802	294.760	261.628
Iluminação Pública	788	750	648.539	634.969	267.408	236.896
Serviço Público	3.411	3.227	358.724	350.486	201.462	178.101
Reclassificação da Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-		-		(2.392.336)	(2.144.782)
Total do Fornecimento	**2.976.104**	**2.899.567**	**22.925.800**	**22.401.959**	**6.928.567**	**6.217.354**
Suprimento de Energia	95	101	2.365.460	2.261.740	390.074	322.275
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	41.366	40.808
Total	**2.976.199**	**2.899.668**	**25.291.259**	**24.663.699**	**7.360.007**	**6.580.437**

(i) Informações não auditadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

				31 de dezembro de 2017	
Descrição	**Custos de Bens e/ou Serviços**	**Despesas Gerais e Administrativas**	**Despesas com Vendas**	**Outras Despesas/ Receitas líquidas**	**Total**
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.600.348	-	-	-	4.600.348
Encargos de Uso da Rede Elétrica	914.390	-	-	-	914.390
Proinfa	158.107	-	-	-	158.107
Pessoal (b)	397.441	160.846	61.727	13.817	633.831
Administradores	-	8.461	-	-	8.461
Despesa Atuarial	-	27.067	-	-	27.067
Entidade de Previdência Privada (b)	20.338	7.542	3.066	-	30.946
Material	9.351	6.107	-	-	15.458
Custo de Construção	453.365	-	-	-	453.365
Custos e Serviços de Terceiros	84.716	74.045	55.124	691	214.576
Depreciação e Amortização	189.599	23.345	-	1.971	214.915
Provisões Líquidas	-	-	46.432	(33.294)	13.138
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	410	410
Arrendamentos e Aluguéis	2.068	16.494	677	(114.713)	(95.474)
Outros Custos e Despesas (c)	5.033	(8.228)	66.346	35.872	99.023
	6.834.756	**315.679**	**233.372**	**(95.246)**	**7.288.561**

Notas Explicativas
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
					31 de dezembro de 2017
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	4.307.425	-	-	-	4.307.425
Encargos de Uso da Rede Elétrica	590.613	-	-	-	590.613
Proinfa	146.843	-	-	-	146.843
Pessoal (b)	410.321	181.787	63.768	12.996	668.872
Administradores	-	8.808	-	-	8.808
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	73.047
Entidade de Previdência Privada (b)	20.007	7.612	3.181	-	30.800
Material	8.741	7.482	-	-	16.223
Custo de Construção	441.025			-	441.025
Custos e Serviços de Terceiros	75.375	64.570	49.691	504	190.140
Depreciação e Amortização	190.071	26.004	-	1.971	218.046
Provisões Líquidas	-	-	54.167	603	54.770
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	600	600
Arrendamentos e Aluguéis	2.162	19.466	605	(92.660)	(70.427)
Outros Custos e Despesas (c)	4.797	(8.186)	79.536	28.370	104.517
	6.197.380	**380.590**	**250.948**	**(47.616)**	**6.781.302**

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de dezembro 2018	GWh (i)	31 de dezembro 2017	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A.	14.216	67	15.145	67
Aliança Geração de Energia S.A.	52.040	276	27.903	166
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	807.903	3.772	675.753	3.715
Tractebel Energia S.A.	287.793	1.298	276.439	1.298
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	45.133	277	53.604	277
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	353.577	1.821	398.223	1.821
Companhia Energética de Petrolina – CEP	53.769	200	53.833	200
Serra do Facão Energia S.A.	20.498	93	19.618	93
Furnas Centrais Elétricas S.A.	121.563	1.028	118.051	1.069
Cemig Geração e Transmissão S.A.	160.778	851	162.512	1.205
Companhia Energética Potiguar	18.666	134	11.176	134
Cia Hidrelétrica Teles Pires	12.317	151	12.950	164
Cia Energética de São Paulo – CESP	61.164	286	58.608	286
UHE São Simão Energia S.A.	47.005	216	-	-
Energética Suape II S.A.	52.424	203	69.251	203
Eletrobras Termonuclear S.A.	159.039	705	145.642	705
Porto do Pecem Geração de Energia	121.765	472	111.855	472
Lages Bioenergética Ltda.	-	-	12.561	48
Foz do Chapecó Energia AS	43.428	199	41.999	199
Cia Energética Estreito	41.305	197	39.910	197
UTE Porto do Itaqui Geração de Energia	47.709	242	48.484	242
Geradora de Energia do Norte S.A.			10.659	37
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	10.904	50	10.465	50
Candeias Energia S.A.	-	-	9.326	33
Usina Xavantes S.A.	-	-	6.439	37
Companhia Energética Jaguara	9.913	63	-	-
Linhares Geração S.A.	12.983	33	13.962	33
Enguia GenBaLtda – Jaguari	-	-	7.324	119
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	12.365	37	12.638	37
Rio PCHI S.A.	11.515	52	11.052	52
Rio Paraná Energia S.A	77.299	484	62.788	442
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	10.323	50	10.007	50
Empresa Energética Porto das Pedras	10.856	50	10.525	50
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	8.981	75	-	-
ECE Participacõess SA	8.507	62	7.707	56
ENEL Greem Power Mourão SA.	8.790	44	-	-
Empresa Metropolitana de Água – EMAE	8.740	38	-	-
Santa Fé Energia S.A.	8.223	38	8.103	38
SJC Bionergia Ltda	8.571	37	8.309	37
Energest SA.	8.143	40	7.942	40
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	15.026	97	15.503	134
Gestamp Eólica Macambira S.A.			7.166	16
Norte Energia S.A.	138.104	1.242	88.577	994
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	55.656	1.348	38.004	1.293
Santo Antônio Energia S.A.	89.224	686	142.610	1.137
Outros	182.846	1.935	145.926	1.036
	3.219.061	**18.949**	**2.988.549**	**18.282**
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	1.381.287	(756)	1.342.260	(240)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	914.390	-	590.613	-
Proinfa	158.107	379	146.843	389
Recuperação de Custos	-	-	(23.384)	-
	2.453.784	**(377)**	**2.056.332**	**149**
	5.672.845	**18.572**	**5.044.881**	**18.431**

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Pessoal				
Remunerações	12.962	16.077	291.366	309.907
Encargos Sociais	265	301	117.385	96.198
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	33.132	31.967
Benefícios Assistenciais	-	-	42.802	41.011
Provisões e Indenizações	116	66	149.020	189.661
Outros	72	66	126	128
Entidade de Previdência Privada	12	-	30.946	30.800
	13.427	**16.510**	**664.777**	**699.672**

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R$46.733, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Em 2018 foi reconhecido como receita financeira o montante de R$1.134 e recebido R$13.224, permanecendo um saldo de R$34.643.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.300	1.388	17.255	82.597
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	93.306	109.772
Variações Monetárias	-	-	28.528	25.833
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	96.079	50.820
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	1.200
Deságio Fornecedor	-	-	141	386
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	16.534	12.650
Renda de Dividendos	5	1.327	5	1.327
Reversão da provisão para perdas de Ativo Financeiro	-	-	80	2.984
Outras Receitas Financeiras	107	231	5.089	24.390
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(71)	(76)	(12.074)	(14.653)
	1.341	**2.870**	**244.943**	**297.306**
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(44.600)	(23.954)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(44.465)	(42.054)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(31.602)	(9.723)
Variações Monetárias	(3)	-	(17.710)	(661)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(16.476)	(23.070)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(114.798)	(52.036)
Atualização CDE	-	-	(46.331)	(223.041)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(33.316)	(46.976)
Outras Despesas Financeiras	(139)	(59)	(4.138)	(24.832)
	(142)	**(59)**	**(353.436)**	**(446.347)**
Resultado Financeiro	**1.199**	**2.811**	**(108.493)**	**(149.041)**

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**4.237.296**	**3.712.219**
Caixa e Equivalentes de Caixa	631.262	462.466
Contas a Receber de Clientes	1.575.606	1.381.421
Estoques	8.488	9.549
Tributos a Recuperar	61.160	73.310
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.511.003	1.532.912
Ativo Financeiro – CVA	226.737	-
Outros	223.040	252.561
Não Circulante	**4.689.251**	**4.401.945**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Contas a Receber de Clientes	51.634	35.380
Tributos Diferidos	712.532	641.806
Tributos a Recuperar	19.319	18.217
Depósitos Judiciais	150.318	143.465
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	438.609	394.934
Ativo Financeiro – CVA	26.522	-
Outros	2.725	3.524
INTANGÍVEL	**3.287.592**	**3.164.619**
Total do Ativo	**8.926.547**	**8.114.164**

Passivo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**4.472.487**	**4.349.039**
Fornecedores	1.003.457	828.637
Empréstimos Moeda Nacional	320.322	88.057
Empréstimos Moeda Estrangeira	767	-
Debêntures	104.425	101.648
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	207.892	199.630
Tributos a Recolher	207.393	189.463
Dividendos Propostos	28.859	7.919
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	92.385	45.454
Taxas Regulamentares	2.269.081	2.677.229
Partes Relacionadas	15.763	19.732
Passivo Atuarial	162.638	139.247
Passivo Financeiro – CVA	-	4.638
Outros	59.505	47.385
Não Circulante	**3.472.761**	**2.712.206**
Empréstimos Moeda Nacional	325.026	42.409
Empréstimos Moeda Estrangeira	272.686	
Debêntures	248.018	99.883
Taxas Regulamentares	103.411	154.583
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	46.988	41.060
Passivo Atuarial	1.842.197	1.738.673
Provisão para Contingências	631.959	611.433
Passivo Financeiro – CVA	-	21.689
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	**981.299**	**1.052.919**
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	785.641	704.067
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(704.738)
Total do Passivo	**8.926.547**	**8.114.164**

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D.

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	**7.509.010**	**6.933.379**
Receita de Serviço de Energia Elétrica	7.055.645	6.492.354
Receita de Construção	453.365	441.025
Custos Operacionais	**(6.789.334)**	**(6.160.359)**
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(6.335.969)	(5.719.334)
Custo de Construção	(453.365)	(441.025)
Resultado Operacional Bruto	**719.676**	**773.020**
Despesas Operacionais	**(397.841)**	**(533.000)**
Despesas com Vendas	(218.439)	(243.905)
Despesas Gerais e Administrativas	(277.962)	(336.317)
Outras Despesas Operacionais	98.560	47.222
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**321.835**	**240.020**
Resultado Financeiro	**(103.947)**	**(143.307)**
Receitas Financeiras	240.446	287.974
Despesas Financeiras	(344.393)	(431.281)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**217.888**	**96.713**
IRPJ e CSLL	(96.378)	**(63.371)**
Diferido	(82.479)	(43.849)
Corrente	(13.899)	(19.522)
Lucro Líquido do Exercício	**121.510**	**33.342**

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.890.950	6.182.379
Suprimento de Energia Elétrica (a)	294.191	237.144
Ativos e Passivos Financeiros	322.064	473.134
Disponibilização da Rede Elétrica	3.189.653	2.838.292
Energia de Curto Prazo	389.309	481.021
Doações e Subvenções	785.091	624.883
Receita de Construção	453.365	441.025
Atualização Ativo Financeiro – VNR	3.392	2.328
Outras Receitas Operacionais	18.281	15.909
	12.346.296	**11.296.115**
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(2.124.182)	(1.901.511)
PIS	(195.123)	(174.102)
COFINS	(898.748)	(801.923)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.533.122)	(1.133.196)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(35.327)	(32.522)
Programa Eficiência Energética – PEE	(35.327)	(32.522)
Taxa de Fiscalização	(6.775)	(6.572)
Outros Encargos	(8.682)	(280.388)
	(4.837.286)	**(4.362.736)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**7.509.010**	**6.947.678**

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017 (Reapresentado)
Residencial	2.335.964	2.271.604	5.664.374	5.527.718	3.675.283	3.260.163
Industrial	106.825	103.592	10.084.548	9.827.009	1.955.804	1.780.955
Comercial	271.240	263.044	4.067.724	3.987.093	2.274.935	2.059.269
Rural	234.759	234.545	1.464.659	1.437.752	613.634	550.149
Poder Público	23.104	22.791	442.137	435.802	294.760	261.628
Iluminação Pública	788	750	648.539	634.969	267.408	236.896
Serviço Público	3.411	3.227	358.724	350.486	201.462	178.101
Reclassificação da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(2.392.336)	(2.144.782)
Total do Fornecimento	**2.976.091**	**2.899.553**	**22.730.705**	**22.200.829**	**6.890.950**	**6.182.379**
Suprimento de Energia	46	49	1.833.559	1.778.053	294.191	237.144
Total	**2.976.137**	**2.899.602**	**24.564.264**	**23.978.882**	**7.185.141**	**6.419.523**

(i) Informações não auditadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.640.611	-	-	-	**5.640.611**
Pessoal	394.586	139.435	61.061	13.817	**608.899**
Despesa Atuarial	-	27.067	-	-	**27.067**
Entidade Previdência Privada	20.338	7.530	3.066	-	**30.934**
Material	9.018	6.060	-	-	**15.078**
Custo de Construção	453.365	-	-	-	**453.365**
Custos e Serviços de Terceiros	79.002	68.468	54.569	691	**202.730**
Depreciação e Amortização	184.930	22.408	-	-	**207.338**
Provisões Líquidas	-	-	32.778	(34.217)	**(1.439)**
Outros Custos e Despesas	7.484	6.994	66.965	(78.851)	**2.592**
	6.789.334	**277.962**	**218.439**	**(98.560)**	**7.187.175**

31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.055.944	-	-	-	**5.055.944**
Pessoal	405.022	154.376	63.473	12.996	**635.867**
Despesa Atuarial	-	73.047	-	-	**73.047**
Entidade Previdência Privada	20.007	7.612	3.181	-	**30.800**
Material	8.560	7.403	-	-	**15.963**
Custo de Construção	441.025	-	-	-	**441.025**
Custos e Serviços de Terceiros	70.375	59.678	49.184	504	**179.741**
Depreciação e Amortização	175.756	24.566	-	-	**200.322**
Provisões Líquidas	-	-	47.998	3.650	**51.648**
Outros Custos e Despesas	(2.031)	9.635	80.069	(64.372)	**23.301**
	6.174.658	**336.317**	**243.905**	**(47.222)**	**6.707.658**

Notas Explicativas
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**99.344**	**126.612**
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.035	77.080
Contas a Receber de Clientes	17.301	18.358
Estoques	148	183
Tributos a Recuperar	179	466
Despesas Antecipadas	134	-
Dividendos a Receber	89	-
Ativo Financeiro	31.433	30.277
Outros	25	248
Não Circulante	**566.083**	**497.993**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Tributos a Recuperar	1.773	1.223
Depósitos Judiciais	354	342
Partes Relacionadas	92.873	45.942
Ativo Financ. – Bonif. Outorga	249.585	241.886
Ativo Financ. Ind./Concessão	2.421	2.421
INVESTIMENTOS	56.033	51.058
IMOBILIZADO	160.029	151.631
INTANGÍVEL	3.015	3.490
Total do Ativo	**665.427**	**624.605**

Passivo	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	**67.276**	**186.083**
Fornecedores	3.544	2.931
Debêntures	26.964	150.685
Tributos a Recolher	16.418	19.283
Taxas Regulamentares	246	386
Partes Relacionadas	872	1.103
Dividendos Propostos	19.147	11.628
Outros	85	67
Não Circulante	**135.525**	**12.642**
Tributos Diferidos	10.144	9.613
Debêntures	121.855	-
Provisão para Contingências	989	1.002
Taxas Regulamentares	2.537	2.027
Patrimônio Líquido	**462.626**	**425.880**
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	196.920	158.251
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.706	17.629
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	-
Total do Passivo	**665.427**	**624.605**

Notas Explicativas
Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Receita Operacional Líquida – ROL	**160.471**	**148.877**
Receitas de Vendas e Serviços	160.471	148.877
Custos Operacionais	**(50.359)**	**(42.341)**
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(50.359)	(42341)
Resultado Operacional Bruto	**110.112**	**106.536**
Despesas Operacionais	**(27.348)**	**(22.731)**
Despesas com Vendas	(14.933)	(7.043)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.555)	(14.826)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(1.215)	2.347
Resultado da Equivalência Patrimonial	355	(3.209)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	**82.764**	**83.805**
Resultado Financeiro	**(5.745)**	**(8.545)**
Receitas Financeiras	8.743	11.689
Despesas Financeiras	(14.488)	(20.234)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**77.019**	**75.260**
IRPJ e CSLL	**(25.777)**	**(26.300)**
Corrente	(25.248)	(24.546)
Diferido	(529)	(1.754)
Lucro Líquido do Exercício	**51.242**	**48.960**

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de dezembro 2018	31 de dezembro 2017
Receita Operacional Bruta – ROB (i)		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	29.325	28.685
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	8.292	6.290
Suprimento de Energia Elétrica (a)	75.898	61.859
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	22.584	26.291
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	41.366	40.808
	177.465	**163.933**
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(2.656)	(2.339)
COFINS	(12.235)	(10.775)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(268)	(314)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(928)	(792)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(907)	(836)
	(16.994)	**(15.056)**
Receita Operacional Líquida – ROL	**160.471**	**148.877**

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Concessionária	RAG (R$) Ciclo 2018/2019	Receita Mensal (R$) Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453	788
Garcia	Celesc G	9.758	813
Bracinho	Celesc G	12.667	1.056
Cedros	Celesc G	9.267	772
Palmeiras	Celesc G	19.355	1.613
Salto	Celesc G	6.585	549

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
Descrição	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**	**31 de dezembro 2018**	**31 de dezembro 2017**
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	11	13	139.733	149.650	29.325	28.685
Comercial, Serviços e Outros	2	1	55.362	51.480	8.292	6.290
Suprimento de Energia	49	52	503.658	479.880	75.898	61.859
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	28.242	3.807	22.584	26.291
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	41.366	40.808
Total	**62**	**66**	**726.995**	**684.817**	**177.465**	**163.933**

(i) Informações não auditadas

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

31 de dezembro de 2018

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.340	-	-	-	15.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Pessoal	5.299	10.901	295	-	16.495
Material	181	79	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	1.745	507	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	1.433	-	-	15.748
Seguros	300	151	-	-	451
Provisões Líquidas	-	-	6.169	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	162	72	-	(61)
Aluguéis	-	289	-	-	289
Doações	-	-	-	600	600
Outros Custos e Despesas	(100)	66	-	82	48
	42.341	**14.826**	**7.043**	**2.347**	**61.863**

31 de dezembro de 2017

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.340	-	-	-	15.340
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.301	-	-	-	2.301
Pessoal	5.299	10.901	295	-	16.495
Material	181	79	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	5.000	1.745	507	-	7.252
Depreciação e Amortização	14.315	1.433	-	-	15.748
Seguros	300	151	-	-	451
Provisões Líquidas	-	-	6.169	(3.029)	3.140
Tributos	(295)	162	72	-	(61)
Aluguéis	-	289	-	-	289
Outros Custos e Despesas	(100)	66	-	682	648
	42.341	**14.826**	**7.043**	**(2.347)**	**61.863**

34. EVENTO SUBSEQUENTE

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 11 de março de 2019, aprovou a contratação de operação de crédito (Linha de Crédito Capital de Giro CCB) para capital de Giro da Celesc D, no valor de R$335.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de reais). As condições pactuadas são as seguintes: prazo de 36 (trinta e seis) meses, sendo 18 (dezoito) meses de carência de amortização, com pagamentos de juros de CDI+0,80% a.a. em pagamentos mensais, sem carência e fee de 0,50% (flat). Garantias: Real (recebíveis em 75% do saldo devedor) mais aval da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

Proposta de Orçamento de Capital

Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião ordinária em 13/12/2018, das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, tendo sua origem de recursos vinculada a financiamentos, geração de caixa e retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

a) Programa de Investimentos

Programas	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Valores (R$ Mil)
Ativos Elétricos	404.652			404.652
Ativos Não-Elétricos	45.600	1.000		46.600
Usinas Próprias		7.440		7.440
Ampliação de Usinas		18.705		18.705
Participadas		5.500		5.500
Novos Negócios		23.000	8.000	31.000
Apropriação da Mão de Obra	81.403			81.403
TOTAL	**531.655**	**55.645**	**8.000**	**595.300**

b) Origem dos Recursos

Origem	Celesc D	Celesc G	Celesc H	Valores (R$ Mil)
Recursos de Terceiros	207.000	16.126		223.126
Recursos Próprios	244.232	39.519	8.000	291.750
Participação Financeira Consumidor	80.424			80.424
TOTAL	**531.655**	**55.645**	**8.000**	**595.300**

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita - Notas nº 4.20 e n° 31.1

O faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia e suas controladas é volumoso e pulverizado.

A valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e da contabilidade. Observa-se, ainda, que as transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia são processadas substancialmente por meio de rotinas automatizadas.

A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui julgamento por parte da Administração quanto à estimativa em relação à parcela da receita de fornecimento de energia entregue no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Os riscos observados referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou estimativas e premissas complexas e críticas para estimar essas receitas, na medida em que envolvem: (a) estimar os volumes de energia consumida pelos clientes e (b) atribuir valor para mensurar o fornecimento não faturado.

Em virtude da relevância da receita nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento e das deficiências de controles de acesso e de mudanças identificadas no sistema de faturamento, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria. As principais evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas através de uma combinação de testes de controles e testes de transações. Tais testes incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita de fornecimento de energia elétrica, as classes de consumidores e as tarifas correspondentes, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; (iv) confronto dos cálculos efetuados com os preços homologados pelo Órgão Regulador; (v) recálculo dos valores não faturados e confronto das informações utilizadas referentes às quantidades de energia e tarifas com fontes extracontábeis, tais como: medições de consumo, tarifas definidas pelo órgão regulador, alíquotas de impostos vigentes, entre outras; e (vi) testes de verificação da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

Nossos testes revelaram deficiências significativas no desenho e na execução de controles de acesso e de mudanças no sistema utilizado para controle do faturamento. Em virtude disso, alteramos e ampliamos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao registro dessas transações e impacto das deficiências identificadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Benefícios pós-emprego – passivo atuarial – Notas nº 4.16 e nº 28

A Companhia patrocina planos vitalícios de benefício pós-emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos a previdência, assistência médica e outros. Os planos classificados como “benefício definido” geram passivos relevantes, os quais são calculados com referência a premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Esses passivos podem ser total ou parcialmente compensados pelos valores justos dos ativos dos respectivos planos. Os planos de saúde, em adição, incluem fatores de idade e incrementos futuros no custo dos planos na determinação dos passivos relacionados. Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos o passivo atuarial como um dos principais assuntos de auditoria. Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: (i) entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar; (ii) teste, com base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pela avaliação atuarial de 2018; (iii) avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial em comparação com a legislação e com as práticas de mercado, conforme aplicável; e (iv) revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelo atuário da Companhia. Nossos procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ativos e Passivos Regulatórios (Ativo Financeiro e Passivo Financeiro – “Parcela A” – CVA) – Notas nº 4.12.5 e nº 13

Os ativos e passivos regulatórios referem-se aos valores originados da diferença entre os custos originalmente previstos e aprovados anualmente pelo Órgão Regulador e aqueles que são efetivamente incorridos pelas distribuidoras ao longo do período de vigência da tarifa no período subsequente. Essa diferença constitui um direito a realizar, nos casos em que os custos efetivamente incorridos são superiores aos previstos, ou uma obrigação, quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em decorrência da relevância dos montantes envolvidos, da sistemática de apuração dos valores - que envolve considerações quanto à elegibilidade de determinados itens (apropriações) - assim como do processo de amortização que se dá pelo recebimento/devolução de valores em bases estimadas, em distintos períodos tarifários, por meio de tarifas aos clientes.

Os principais procedimentos de auditoria que foram realizados, em bases amostrais, para a obtenção de evidência de auditoria foram os seguintes: (i) recálculo dos ativos e passivos financeiros; (ii) conferência dos valores com as respectivas resoluções, despachos e notas técnicas; (iii) revisão da conciliação efetuada pela Companhia entre os valores dos ativos e passivos financeiros setoriais registrados contabilmente com aqueles homologados anualmente pelo Órgão Regulador para compor a tarifa da concessionária; e (iv) inspeção de selecionados documentos que compõe os custos incorridos com os valores de cobertura.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os valores contabilizados de apropriações e amortizações são adequadamente suportados e fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

•Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

•Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

•Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 29 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Administração para destinação do resultado, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e, considerando, ainda, o conteúdo do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, opina que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis/SC, 28 de março de 2019.

_____

Luis Hilton Temp

_____

Alfredo César Correa Rodrigues

_____

André Luis Nunes de Mello Almeida

_____

Paulo da Paixão Borges de Andrade

_____

Thiago Costa Jacinto

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC (“Companhia”), regido pela Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Decreto Estadual/SC nº 1484 de 7 de fevereiro de 2018 e o Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como principais atribuições: a) supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; b) supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia; c) monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e das informações e medições divulgadas pela Companhia com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeira; d) avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas e suas respectivas evidenciações; dentre outras.

O Comitê de Auditoria é composto pelo Conselheiro de Administração Sr. Luiz Alberton (Coordenador do Comitê), pelos Srs. Aloísio Macário Ferreira de Souza, Marcos Eduardo Teixeira, Marcelo Nome Silva e Sérgio Tadeu Nabas (especialista em contabilidade societária), conforme previsto na legislação brasileira.

Os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30/06/2016 e no artigo 31-C, §2º, da Instrução CVM n° 308 de 14/05/1999.

2. Resumo das atividades em 2018/2019

No período de 19 de setembro de 2018 (instalação do CAE) a 25 de março de 2019, o CAE da Celesc realizou 7 reuniões, envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores Executivos, Gerentes Executivos, Corregedor, Auditor Interno, Auditores Independentes, Advogados Internos e Partes Relacionadas, conforme atas do CAE disponíveis no portal da Celesc.

Foram examinadas as Informações Trimestrais – ITRs, da Companhia, neste período bem como as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2018 cuja recomendação do CAE está expressa a seguir.

3. Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

No exercício de nossas atribuições e responsabilidades analisamos as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2018 assim como as minutas dos Relatórios dos Auditores Independentes.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Celesc, Relatório da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes (PwC), somos de opinião que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2018 com respectivas notas explicativas, devidamente auditadas, estando portanto, habilitadas para sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres dos Comitês não são vinculantes, cabendo apenas aos acionistas e ao Conselho de Administração, conforme o caso, a tomada de decisões.

Florianópolis, 25 de março de 2019.

_____

Luiz Alberton (Coordenador)

_____

Aloísio Macário Ferreira de Souza

_____

Sérgio Tadeu Nabas

_____

Marcos Eduardo Teixeira

_____

Marcelo Nome Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras.

_____

Cleicio Poleto Martins

Diretor Presidente

_____

Marcelo Haendchen Dutra

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

_____

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

_____

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

_____

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

_____

Fábio Valentin da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

_____

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

_____

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

_____

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

_____

Cleicio Poleto Martins

Diretor Presidente

_____

Marcelo Haendchen Dutra

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

_____

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

_____

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

_____

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

_____

Fábio Valentin da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

_____

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

_____

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

_____

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Relatório da Administração 3. (Grupo Celesc) Correção do demonstrativo de participações no percentual de participação da GF LPAR FIA e Outros. Relatório da Administração 10. (Desempenho Econômico Financeiro) Correção do quadro demonstrativo na digitação do valor do total do patrimônio líquido em 31.12.2017. Nota Explicativa 3.1. (Declaração de Conformidade) Correção da data da aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração. Nota Explicativa 16. Item “b” (Remuneração do Pessoal Chave da Administração) Correção do quadro demonstrativo, suprimindo a rubrica passivo atuarial, substituindo-a na rubrica outros. Nota Explicativa 27. Item “b” (Contingências Possíveis) Correção do quadro demonstrativo na somatória em 31.12.2018. Nota Explicativa 32.2.1.Item “a” (Faturamento e Suprimento de Energia Elétrica) Correção do quadro demonstrativo na quantidade de MW/h em 31.12.2018. Alteração na formatação de tabelas e correções de digitações.